

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Doutorado

NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA: a construção da barragem de
Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo
Agostinho

Cicera Maria dos Santos Gomes

Recife,
2012

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Pós-Graduação em Serviço Social
Curso de Doutorado

NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA: a construção da barragem de
Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo
Agostinho

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de doutora
em Serviço Social, sob a orientação
do Prof Dr Denis Antônio de
Mendonça Bernardes.

Cicera Maria dos Santos Gomes

Recife,
2012

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

G633t

Gomes, Cícera Maria dos Santos

Na trilha da ecologia política : a construção da barragem de Pirapama e a Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho / Cícera Maria dos Santos Gomes. - Recife : O Autor, 2012.
252 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Profº. Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Espaço. 2. Ecologia política. 3. SUAPE. 4. Movimento dos atingidos por barragens. 5. Água. 6. Cotidiano. 7. Gênero. I. Bernardes, Denis Antônio de Mendonça (Orientador). II. Título.

361 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2012 – 063)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO

Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quinze horas do dia quinze de março do ano de dois mil e doze, na sala C-12 do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Tese intitulada: **"NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA E A ASSOCIAÇÃO VANGUARDA ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO."** de autoria da Doutoranda **Cícera Maria dos Santos Gomes**, o qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Doutora** em Serviço Social. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.012669/2012-16**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Denis Antônio de Mendonça Bernardes**, **Doutor em História Social**, Orientador e Examinador Interno; **Suzana Maria Gico Lima Montenegro**, **Doutora em PHD em Engenharia Civil**, Examinadora Externa; **Christine Paulette Yves Rufino Dabat**, **Doutora em História**, Examinadora Externa; **Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão**, **Doutora em Estudos Iberoamericanos**, Examinadora Externa; **Vitória Régia Fernandes Gehlen**, **Doutora em Planejamento e Desenvolvimento de Políticas Públicas**, Examinadora Interna; **Ana Cristina de Souza Vieira**, **Doutora em Serviço Social**, Suplente Interna; **José Esteban Castro**, **Doutor em Philosophy**, Suplente Externo. A **Drª Ana Cristina de Souza Vieira**, presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou a candidata a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, a candidata foi argüida pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu ^{APROVAR} a Tese com as seguintes menções: **Drª. Ana Cristina de Souza Vieira: aprovada**; **Drª. Suzana Maria Gico Lima Montenegro: aprovada**; **Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat: aprovada**; **Dr. José Esteban Castro: aprovada**; **Drª. Vitória Régia Fernandes Gehlen: aprovada**. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 15 de março de 2012.

BANCA:

Prof. Drª. Ana Cristina de Souza Vieira

Prof. Drª. Suzana Maria Gico Lima Montenegro

Prof. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Prof. Dr. José Esteban Castro

Profª. Drª. Vitória Régia Fernandes Gehlen

DOUTORA :

Cícera Maria dos Santos Gomes

Por favor, podemos esperar um momento e apanhar alguns? – disse Alice, desculpando-se. – Se a senhora não se importar de parar o bote por um minuto...

-Mas como vou eu parar o bote? Se você deixar de remar, ele para por si.

E o bote foi flutuando à toa na corrente, deslizando mansamente entre os juncos que ondulavam ao vento. Manguinhas arregaçadas, bracinhos mergulhados até os cotovelos Alice foi colhendo os juncos o mais abaixo que podia alcançar, para tê-los bem compridos; e esquecendo tudo –

Ovelha e tricô – lá ia ela, inclinada na borda do bote, cabelos mergulhados na água, olhos brilhantes de prazer, colhendo molhos e mais molhos de junco perfumado.

- Tomara que o bote não aderne! Pensava ela. –Mas... que lindo este! Pena que não posso apanhá-lo...

Aquilo parecia já irritante, “quase como se fosse de propósito”, pensava ela: sempre que alcançava, à custa de muito esforço, uma moita de juncos cobiçada, aparecia outra mais bonita, e mais afastada, que ela não podia alcançar.

- Os mais bonitos estão sempre mais longe! – disse ela, suspirando ao ver a obstinação dos juncos em ir para tão longe...

Afinal, com as faces vermelhas, o cabelo e as mãos escorrendo água, sentou-se quieta, e começou a pôr em ordem seus tesouros recém descobertos.

Alice através do espelho

Lewis Carroll

À minha mãe, Nicinha
(*in memoriam*).

Agradecimentos

Quando iniciei o caminho para a concretização desta tese não fazia ideia do melhor percurso a seguir, nem como seria o meu trilhar, mas um grande tesouro que descobri foi o apoio e a colaboração de muitas pessoas em várias etapas desta verdadeira saga. Quero então agradecer, à minha família, a colegas de turma, amigos e professores que colaboraram nesse desiderato.

Ao ler os meus agradecimentos, alguém pode achar um pouco pessoal demais, mas, para mim, não tem como separar e ser totalmente “objetiva”, já que convivi muito tempo com vocês. Assim, não poderia ser imparcial, pois não podemos abstrair ou suspender as questões da nossa vida cotidiana e a subjetividade na convivência, ainda que dentro da formalidade que o ambiente universitário requer. Penso que vocês e qualquer um que leia a minha tese irão notar a contribuição de cada um no meu trabalho final do doutorado.

À Espiritualidade Divina.

Ao meu orientador, professor doutor Denis Bernardes. O que falar desse intelectual? Nunca vi uma criatura tão modesta e simples no trato. “O senhor é um patrimônio da nossa universidade”. A mim só resta a gratidão e, para não fugir ao costume, vou citar a Bíblia aqui: muito obrigada pela sua paciência de Jó comigo, bem como pela disponibilidade e atenção.

Agradeço por acreditar em mim, pela liberdade e confiança “em me ver circular pelo mundo” e ainda assim me dizer “você é muito responsável e independente”. Como eu costumo dizer aos meus colegas de doutorado, “a nossa relação com o orientador é 90% do êxito do curso”.

À professora doutora Vitória Gehlen agradeço por me orientar, em todos os aspectos, na minha trajetória. O nosso afastamento na orientação formal e de obrigatoriedade, nos aproximou mais e enriqueceu o meu aprendizado. Saiba que a senhora é, foi e vai continuar sendo a base na qual ergui o meu alicerce acadêmico e profissional; como costumo dizer: “a senhora está incorporada no meu currículo lattes” e lembre-se “sempre vou pertencer ao seu grupo de estudos e pesquisas, de uma forma ou de outra”. E ao GRAPP - Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas.

Professor doutor Esteban Castro saiba que para mim a inserção na rede Waterlat, que o senhor coordena, foi de enorme importância na minha formação. Foi um “ambiente” que ampliou o meu acesso ao conhecimento e ao diálogo interdisciplinar e internacional. A proximidade com outras áreas do conhecimento e estudiosos de vários países na América, Europa e Ásia foram essenciais para a concretização do meu trabalho. Sinceramente espero que nesta nova etapa da minha vida profissional possa com a Waterlat “ampliar as minhas conexões em rede”.

À professora doutora Christine Dabat, que vai nos cativando aos poucos até que estamos completamente apaixonados pela sua postura, pela sua ética e comportamento num espaço tão competitivo como é a universidade. Pessoalmente, foi uma honra ser convidada a participar do seu grupo de estudos, o qual foi relevante para me fazer enxergar “o mundo com outros olhos” e conhecer “outros mundos” além das visões eurocêntricas e ocidentais. E aqui está a sua “desvendadora” contribuição. Muito obrigada pela acolhida neste outro “universo” de formação que é a história.

À diretoria e membros da Associação Vanguarda Ecológica, sem os quais esse trabalho não se concretizaria.

Aos meus pais, por me “trazerem até aqui”, sem vocês eu não teria conseguido. Vocês foram o maior estímulo e exemplo de fé, dedicação e perseverança para a concretização de cada etapa da minha educação.

Ao meu irmão, André, sempre lendo e contribuindo com a minha produção. Nunca vi uma pessoa vibrar tanto com as minhas conquistas.

À minha irmã, Roberta, sempre paciente com a minha ausência e distração eterna e me apoiando.

A Erlenias Sobral minha amiga, professora, terapeuta e confidente, pelas sugestões sempre enriquecedoras.

À Margareth, amiga ao longo de toda a minha trajetória acadêmica.

A Andrêvhity e Artemisia pela paciência, presteza e apoio.

Aos colegas de doutorado Sálvea, Ancizar e Tereza Cristina Esmeraldo.

À Secretaria da Pós-Graduação em Serviço Social (professora doutora Ana Vieira, Mirtes, Tamires, Raquel e Ana Cláudia).

Resumo

O estudo da temática ambiental, das necessidades de equilíbrio do metabolismo socioambiental e das ações do homem ante a natureza justifica-se pela importância de identificar as formas de utilização dos recursos naturais e os impactos desses usos para as pessoas e a natureza. Assim, nesta tese analisa-se os impactos socioambientais sofridos pela população outrora residente na área da barragem de Pirapama, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, em particular, um grupo de moradores, pequenos produtores rurais, que ocupam hoje outra área no município. Busca-se identificar as formas de organização utilizadas para ter acesso aos bens e serviços públicos, as mudanças no seu cotidiano decorrentes do deslocamento e a (re)construção de sua sociabilidade hídrica e espacial numa perspectiva de gênero. Estas questões vão ser desenvolvidas supondo-se que o modo de produção capitalista determina como ocorre o uso dos recursos naturais, mantendo as características de depreciação, desigualdade e exploração socioambientais.

Palavras-chave: Espaço, Ecologia Política, SUAPE, Movimento dos Atingidos por Barragens, Água, Cotidiano, Gênero.

Abstract

The study of environmental issues, the needs of social and environmental balance of metabolism and actions of man against nature is justified by the importance of identifying ways to use natural resources and the impacts of these uses for people and nature. Thus, this thesis analyzes the social and environmental impacts suffered by the people formerly living in the area of Piarapama Dam, located in the Cabo de Santo Agostinho city, in particular, a group of residents, small farmers, which now occupies another area in the city. Seek to identify the forms of organization used to have access to public goods and services, changes in their daily lives under the dislocation and (re)construction of their sociability and spatial water from a gender perspective. These issues will be developed assuming that the capitalist mode of production determines how is the use of natural resources, maintaining the characteristics of depreciation, inequality and exploitation social and environmental.

Keywords: Space, Political Ecology, SUAPE, Movement of People Affected by Dams, Water, Everyday Life, Gender.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

	Página
1. INTRODUÇÃO	20
Capítulo 2. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	33
2.1 A descrição do espaço da pesquisa	38
2.2. O relato da preparação e a entrada no trabalho de campo	40
2.3 Diário de campo	45
2.4 Observação participante	47
2.5 Análise das falas dos sujeitos da pesquisa	50
Capítulo 3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA	54
3.1 O processo de produção do espaço	55
3.2 Estado e espaço na sociedade capitalista	60
3.3 Intervenção do Estado e desenvolvimento	65
3.3.1 Desenvolvimento da sociedade capitalista	66
3.3.2 A política desenvolvimentista e o projeto de desenvolvimento no Brasil	72
3.4 A produção do espaço e os megaprojetos	76
3.4.1 A construção da barragem e o sistema Pirapama	79
3.4.2 Os impactos dos megaprojetos para as populações	88
Capítulo 4. NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA	92

4.1 Discussão teórica da ecologia política	93
4.2 Trabalhando o conceito de metabolismo socioambiental	100
4.3 A chamada crise ecológica	108
4.4 A questão da água	113

Capítulo 5. CABO DE SANTO AGOSTINHO: DO IMPÉRIO VERDE AO IMPÉRIO CINZA

5.1 Caracterização da área de estudo	132
5.2 O verde da cana: a cana-de-açúcar, os engenhos e as usinas	145
5.3 A paisagem cinza: a cidade-sede do polo Industrial Pernambucano	152
5.4 As lutas sociais no município do Cabo de Santo Agostinho	155
5.5 O Movimento dos Atingidos pela Barragem de Pirapama – MAB – Pirapama	158

Capítulo 6. O COTIDIANO E O LUGAR: A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A VIVÊNCIA DOS SUJEITOS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

6.1 O cotidiano	166
6.2 A questão de gênero	174
6.3 A Associação de Produtores Rurais e Amigos da Natureza - Vanguarda Ecológica numa perspectiva de gênero	180
6.3.1 O cotidiano e as atividades da Vanguarda Ecológica	180
6.3.2 As reuniões da Associação Vanguarda Ecológica	198
6.4 Práticas cotidianas e um novo lugar no município do Cabo de Santo Agostinho	203

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS	225
ANEXOS	246

Lista de Siglas e Abreviaturas

ADJ.	Adjetivo
AERH	Área de Elevado Risco Hídrico
ANA	Agência Nacional de Águas
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
APAs	Áreas Político-Administrativas
Apud	Citado por
BA	Bahia
BB	Banco do Brasil
BIOL.	(termo de) Biologia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
C-BT	Colorado – Big Thompson Project
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CE	Ceará
Cf	Confira
CENDHEC	Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPLAN	Consultoria Econômica e Planejamento
CFN	Companhia Ferroviária do Nordeste
cient.	Científico
CIPS	Complexo Industrial e Portuário de Suape
COBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COPLAE	Comissão de Planejamento dos Sistemas de Águas e Esgotos do Recife
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional

CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DERIV.	Derivado
DSE	Departamento de Saneamento do Estado
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
et al.	e outros
EUA	Estados Unidos da América
FACHUCA	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho
FETAPE	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco
FIDEM	Fundação de Desenvolvimento Municipal
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FR.	Francês
FUSAM	Fundação de Saúde Amauri de Medeiros
GAJOP	Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
GAPP	Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Gênero e Planejamento de Políticas Públicas
GR.	Grego
Há	Hectare
HC	Hospital das Clínicas
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPI	Imposto sobre Produção Industrial
KM	Quilômetros
LAT.	Latim
MA	Maranhão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MG	Minas Gerais
MP	Medida Provisória

MPO	Ministério do Planejamento e Orçamento
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
nº	Número
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
op. cit.	opere citato (na obra citado)
p.	Página
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDAA	Plano Diretor de Abastecimento de Água
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PISF	Projeto de Integração do Rio São Francisco
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RIMA	Relatório de Impactos Ambientais
RMR	Região Metropolitana do Recife
RN	Rio Grande do Norte
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SECTMA	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco
SF.	Substantivo feminino
SM.	Substantivo masculino

SINGREH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais na Agricultura Familiar do Cabo de Santo Agostinho
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
t.	Tonelada
TARD.	Tardio
TCU	Tribunal de Contas da União
TRANSNORDESTINA	Ferrovia Companhia Ferroviária do Nordeste
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
UNIÀGUA	Universidade da Água
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UHE	Unidades de Produção de Energia Hidrelétrica
VOC	Vocábulo
WATERLAT	Rede de investigação sobre governança e cidadania na gestão da água e saúde ambiental com foco na América Latina e no Caribe

Lista de Quadros, Gráficos e Figuras

Quadros	página
Quadro 1. Descrição do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado de Pernambuco	78
Quadro 2. Distribuição das finalidades de uso outorgadas pela ANA em 2008	126
Quadro 3. Situação Brasileira em relação ao acesso aos serviços básicos de água encanada e rede esgoto	127
Quadro 4. Domicílios com rede de esgoto por, região	128
Quadro 5. Domicílios com acesso à água encanada, por região	129
Quadro 6. Falta de acesso a água potável e esgotamento sanitário, por região (1990-1996).	130
Quadro 7. Distribuição dos recursos hídricos, superfície e população do Brasil, por região, em relação ao total do País.	132
Quadro 8. Produção agrícola do Cabo de Santo Agostinho em 2007	141
Quadro 9. Síntese do uso e ocupação do solo da bacia hidrográfica do rio Pirapama	142
Quadro 10. Preços do PAA aplicados nos projetos de 2010	197

Gráficos	página
Gráfico 1. Distribuição das pessoas entrevistadas, por estado civil e sexo	206
Gráfico 2. Distribuição das pessoas entrevistadas, segundo o tipo de trabalho realizado por integrantes da família e por sexo	206
Gráfico 3. Distribuição das pessoas entrevistadas, quanto ao	207

	recebimento de benefícios pela família	
Gráfico 4.	Distribuição das pessoas entrevistadas, por escolaridade e sexo	208
Gráfico 5.	Distribuição das pessoas entrevistadas sobre quem é o chefe da família	209

Figuras		página
Figuras 1, 2, 3, 4	Caminhão utilizado na coleta das culturas	49
Figura 5.	Nosso almoço	50
Figura 6.	Barragem de Sobradinho	82
Figura 7.	Rio Pirapama	84
Figuras 8 e 9.	Imagem aérea da barragem de Pirapama	85
Figura 10.	Propaganda do Sistema Piapama	86
Figuras 11, 12, 13 e 14.	Trechos da adutora do sistema Pirapama à margem da BR- 101	87
Figuras 15 e 16.	Estação de tratamento de água	87
Figura 17.	Reservatório do sistema produtor Pirapama – Cabo de Santo Agostinho	88
Figura 18.	Mapa da cidade do Cabo de Santo Agostinho	134
Figura 19.	Mapa das Áreas Político-Administrativas do Cabo de Santo Agostinho	135
Figura 20.	Sede da Associação de Produtores Rurais e Amigos da Natureza - Vanguarda Ecológica	181
Figura 21.	Sala onde são realizadas as reuniões da Vanguarda Ecológica	182
Figura 22.	Plantação de mamão	188
Figura 23.	Cará de são tomé pronto para o plantio	190
Figura 24.	Coleta das culturas dos associados da Vanguarda	196

1. INTRODUÇÃO

“Menina, olha essa água!” Essa era a frase que mais ouvia da minha mãe durante a infância no sertão do Ceará, em Juazeiro do Norte, na Região do Cariri. E confesso que, mesmo na capital do Estado de Pernambuco, Recife, ela ainda falava o mesmo quanto aos longos banhos; não sei de fato se posso chamar isso de uma preocupação diretamente ambiental ou uma questão de economia mesmo, com os gastos domésticos, por sinal, a bandeira da economia e do não desperdício era ostentada em na minha casa.

Lembro-me de que havia caixas d’água em cima da casa, na cozinha. Até os meus nove ou dez anos de idade, os banheiros ficavam no fundo do quintal, depois do pé de juá¹, bem distantes da casa, e eram separados - um onde havia um chuveiro, de plástico, com uma caixa d’água em cima e no outro ao lado, o que para mim, na época, era um buraco negro no chão para fazer as “nossas necessidades”, o qual até ali não sabíamos que também tinha a denominação de banheiro turco.

Numa família de classe média/média - oscilando entre média/média e média/baixa, isso dependia se o meu pai estava bem no trabalho, pois ele é caminhoneiro, se tinha algum problema de saúde ou, ainda, havia algum problema grave com o seu caminhão. Minha mãe era professora do ensino fundamental, concursada do Governo Estadual do Ceará - as prioridades para a manutenção de seus três filhos eram a nutrição física e intelectual; segundo a minha mãe, a única herança que iria nos deixar era a educação. E mãe, onde você estiver, aí está, a minha tese de doutorado!

Desse modo, não me surpreende o fato de que, durante a graduação (1997 - 2001) o meu interesse pela temática de estudo do meio ambiente tenha se sobressaído quando tive a oportunidade de escolher entre uma bolsa de iniciação científica pelo Hospital das Clínicas (HC) com uma pesquisa na área da saúde, e uma pesquisa no Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas (GAPP)[∞], coordenado pela Profª Drª Vitória Gehlen, do Departamento de Serviço Social da UFPE, no

¹ *Zizyphus joazeiro* juazeiro, juá, joá, juá-espinho, laranjeira-de-vaqueiro. Centro de Pesquisas Eco-naturais - CEPEN. Lista de árvores nativas do Brasil. http://www.cepen.com.br/arvore_nat_list.htm#Introdução em 13/04/2011

[∞] Grupo fundado em 1991 e atualmente tem a denominação de Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas (GRAPP/CNPq/UFPE)

projeto intitulado: Desastre, Políticas Públicas de Desenvolvimento e Vulnerabilidade de Gênero: suas implicações na pobreza rural e urbana.

Na pesquisa escolhida, estudei a agricultura familiar no semiárido nordestino, no município de Arcoverde, no sertão de Pernambuco, enfocando o convívio da população rural do distrito de Caraíbas, com o desastre da seca, não somente como um fenômeno² físico, mas também dentro de um contexto sociopolítico.

Após a graduação, tive uma experiência profissional de dois anos (entre 2001 e 2003) na Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, no Programa-Piloto de Saneamento Integrado nas comunidades da Mangueira e Mustardinha. Foi ainda na COMPESA que conhecemos a Associação Eco-Pirapama, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, quando participei de um treinamento sobre associativismo.

Nesse período, já no mestrado (2002 - 2004) despertei o interesse por aprofundar o conhecimento sobre a temática ambiental, agora não mais voltada para a escassez de água, mas para a regulação, utilização e gestão deste recurso natural e vital e os impactos socioambientais para os pequenos produtores rurais.

Durante os estudos do doutorado tive várias experiências que colaboraram para a realização do meu trabalho, tais como:

a inserção como Integrante na *rede de investigação sobre governança e cidadania na gestão da água e saúde ambiental com foco na América Latina e no Caribe (WATERLAT)*, coordenada pelo Profº Drº José Esteban Castro da Universidade de Newcastle - UK. (www.waterlat.org) e

a participação no grupo de estudo *Trabalho e ambiente na história das sociedades açucareiras* do Departamento de História da UFPE coordenado

² Fenômeno *sm.* ‘tudo que é percebido pelos sentidos ou pela consciência’ ‘maravilha, raridade’ | *phe-* 1813 | Do lat. tard. *phaenomenon*, deriv. do gr. *Phainómenon* || **fenomenal** | *phe-* 1873 || **fenomenologia** | *phe-* 1813 | Do lat. cient. *phaenomenologia*, voc. criado por J. H. Lambert, em 1764, e difundido por Hegel (1804). CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

Toda essa trajetória contribuiu para o surgimento de outras questões sobre como os fenômenos se apresentam na realidade, em especial, como os pequenos produtores rurais se organizam ou utilizam os processos de organização social para minimizar os impactos socioambientais, decorrentes de grandes obras como a construção de uma barragem, e para garantir suas condições de subsistência.

O estudo da temática ambiental, das necessidades de equilíbrio do metabolismo socioambiental e das ações do homem frente à natureza justifica-se pela importância de identificar as formas de utilização dos recursos naturais, e aqui, observamos, especificamente, o recurso natural água, e os impactos desses usos para o homem e a natureza.

A questão da água vai além de uma visão técnica restrita da engenharia sobre os sistemas de fluxo e controle da água e do esgotamento sanitário; devemos evitar abordagens restritas e considerar os vários elementos que contextualizam tal questão com base nas singularidades e variedades dos contextos socioeconômico, político e cultural quanto ao acesso à água.

Desde a Antiguidade (4.000 a.C a 476 d.C), a água era vista como elemento substancial para a sobrevivência humana. E hoje, mais do que nunca, essa afirmação é válida na medida em que frequentemente ocorrem conflitos sociais e ambientais ligados ao uso da água.

Nesta tese, analisamos os impactos socioambientais sobre a população outrora residente na área da barragem de Pirapama, em particular um grupo de moradores, pequenos produtores rurais, que ocupam hoje uma outra área no município do Cabo de Santo Agostinho - PE. Buscamos captar as formas de organização e institucionalização utilizadas por eles para a sua sobrevivência, bem como identificar de que forma eles têm acesso aos bens e serviços públicos como o esgotamento sanitário e o abastecimento de água. Tratamos estas questões **supondo que, do ponto de vista macro, o modo de produção capitalista determina como acontece o uso dos recursos naturais, mais especificamente os recursos hídricos, mantendo as**

características de depreciação, desigualdade e exploração sociais e ambientais.

Temos como objeto de estudo a organização social e a criação de associação comunitária como formas de luta pela garantia da subsistência dos/as pequenos/as produtores/as rurais diante dos impactos causados pela construção da barragem de Pirapama.

Assim, faz todo sentido analisar as questões ambientais, estando inserida no serviço social, tendo em vista que não podemos separar esses dois aspectos, o social e o ambiental, ainda que para o senso comum e até mesmo no mundo acadêmico eles muitas vezes não sejam vistos ou analisados conjuntamente ou relacionados diretamente. Dizemos que não somente são correlatos como também estão interligados.

Na contemporaneidade, o Serviço Social depara-se com novas demandas, como trabalhar as questões ambientais na sua prática profissional tanto no meio urbano como no meio rural, confirmando, de acordo com Iamamoto (2000), que:

A pesquisa da realidade social torna-se um recurso fundamental para a formulação de propostas de trabalho e para a ultrapassagem de um discurso genérico, que não dá conta das situações particulares. Essa pode ser uma trilha fértil para se pensar as relações entre indivíduo e sociedade, entre a vida material e a subjetividade (...) tendo como instrumento básico de trabalho a linguagem (p.56). Suas atividades dependem da competência na leitura e acompanhamento dos processos sociais com os sujeitos sociais junto aos quais atua (p.97).

Com uma formação inserida no campo do Serviço Social, realizando pesquisas e atuando profissionalmente nas áreas ligadas à questão ambiental, ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, na qualidade de pesquisadora e profissional concordamos com Guerra (1995) quando ela acentua que,

[...] a posição dos sujeitos, ou o fator subjetivo, no processo do conhecimento, na escolha de referências teóricas capazes de proporcionar explicações mais aproximadas possíveis da realidade não é de importância secundária. Tampouco o são os seus resultados, já que ao apreender a racionalidade objetiva dos processos sociais, os sujeitos a expressam nas suas ações,

comportamentos, relações sociais. É o processo de objetificação dos sujeitos (p. 179).

Então, aqui, utilizamos o método dialético. Com o intuito de entender as relações entre o fato e a totalidade o método utilizado indica a complexidade em trilhar esse caminho; o caminho percorrido buscou apanhar no movimento, na historicidade do objeto em questão, suas expressões e transfigurações na racionalidade da ordem capitalista contemporânea.

Acreditamos que a reflexão que busca extrair dos processos sociais suas determinações concretas, seu caráter ontológico, considera que os processos sociais possuem uma racionalidade objetiva; um núcleo fundante por meio do qual se torna possível à *razão* apreender tanto sua legalidade tendencial quanto suas possibilidades internas. Assim, há uma causalidade na realidade que obedece ao movimento do universo material, regido pelo princípio da substancialidade, ou seja, pela relação de continuidade e ruptura entre matéria e movimento, produzindo e reproduzindo a história (GUERRA, 1995, p. 32).

Ao tratarmos da temática ambiental, consideramos que o modo de produção capitalista submete a natureza à lógica do mercado e às normas de produção de mais-valia, ao mesmo tempo em que as potencialidades da natureza e do ser humano se convertem em objetos de apropriação econômica. Porém, isso, não anula os processos organizativos e produtivos da natureza e os sentidos das culturas. O fenômeno da vida e os processos de organização ecológica, dominados pela racionalidade da produção capitalista, estão latentes, esperando ser incorporados a uma nova racionalidade produtiva (LEFF, 2006, p. 57).

Assim, é necessária uma compreensão mais plenamente teorizada da dialética espaço/lugar no desenvolvimento capitalista. Como lugares, regiões e territórios evoluem dadas relações espaciais em mudança? Os jogos geopolíticos de poder entre Nações-Estado (ou outras unidades territoriais), por exemplo, se interligam com a posição no mercado numa estrutura mutável de relações espaciais que privilegia, por sua vez, certas localizações e certos territórios para a acumulação capitalista (HARVEY, 2006, p.51). Nesse sentido, regiões e locais dotados de *fartos* recursos naturais, a exemplo dos rios

propícios à edificação de barragens para fins de construção de hidrelétricas ou para o abastecimento de água como no caso em estudo.

O espaço, nesta tese, é entendido como espaço-natureza e também como uma elaboração social. E não é indiferente a todo o processo de globalização e desenvolvimento do grande capital, ao contrário é um agente atuante, até mesmo determinante, no decorrer de todo e qualquer processo histórico.

O argumento aqui é que não devemos somente reconhecer estas mudanças na organização espacial das relações sociais, mas, igualmente, como consequência, para repensar a unidade do espaço e o lugar em termos diferentes, confrontar conceitualmente, de uma maneira crítica, estas transformações (MASSEY, 1994, p.13).

A cidade do Cabo de Santo Agostinho passa pelo que chamamos de transição do império verde ao império cinza. O município foi preponderantemente rural até meados dos anos 1900, com suas vastas plantações de cana e suas usinas funcionando a pleno vapor e agora configura-se como um espaço onde são construídas a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, bem como um complexo industrial para o fornecimento de material e suporte a estes dois grandes empreendimentos, o que levará, após a conclusão das obras, o Estado de Pernambuco a ser o maior polo industrial do Norte/Nordeste do País.

A Zona da Mata pernambucana, mais intensamente a Zona da Mata sul, é marcada por sua história de resistência às mais diversas formas de violência, negligência e opressão às pessoas trabalhadoras do campo, tendo uma trajetória de conflitos, tensões, lutas e reivindicações sociais.

Tais conflitos estão caracterizados no conceito de ecologia política, o qual propõe uma ecologia crítica cujo objeto de estudo central são as lutas sociais ligadas aos problemas ecológicos. “*A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente, conflitos socioambientais*” (PORTO & MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p.06).

Para Leff (2006) a ecologia política se estabelece no campo do conflito pela reapropriação da natureza e da cultura, ali onde a natureza e a cultura resistem à homologação de valores e processos (simbólicos, ecológicos,

políticos) incomparáveis e a serem absorvidos em termos de valor de mercado. É ali que a diversidade cultural adquire direito de cidadania como uma política da diferença, de uma diferença radical, mais além da distribuição equitativa do acesso e dos benefícios econômicos derivados da atribuição de um valor à natureza (p. 303-304).

É, neste contexto de conflitos socioambientais e nesta fase de transição, do império verde ao império cinza, que analisamos o processo de lutas e protestos das pessoas deslocadas da área onde foi construída a barragem de Pirapama, a qual tem como finalidade abastecer a zona sul da Região Metropolitana do Recife (RMR). A luta da população rural residente no espaço onde foi construída a barragem ocorreu por intermédio de passeatas, protestos e ocupação de prédios de órgãos públicos. Esta luta foi engendrada no Movimento dos Atingidos pela Barragem de Pirapama (MAB Pirapama).

A remoção das populações é imprescindível, e, muitas vezes, vista apenas como uma questão técnica de simples 'remoção de algo' de um 'obstáculo' que está no 'meio do grande projeto voltado para o desenvolvimento'.

Para Gohn, há movimentos sociais constituídos com base em determinados problemas sociais: todo coletivo enfrenta dificuldades a serem superadas na sobrevivência cotidiana. Independente da classe social de um indivíduo, ele precisa ter acesso a condições de abrigo, alimentação etc. Várias dessas condições só são possíveis à maioria da população no nível do coletivo. [...] Além das dificuldades a serem superadas, existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc. (1997, p. 269-270).

A luta contra as barragens é a luta pelo direito a ter terra, casa e uma vida digna. Assim, o MAB é um movimento social por justiça ambiental e pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural) e foi no contexto da abertura política no final da década de 1970 que surgiram as condições para a emergência dos movimentos organizados das populações atingidas por barragens. O dia 14 de março é instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o País.

A Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica já foi palco de luta e resistência dos atingidos contra projetos que beneficiaram empresas privadas e multinacionais. Em 1977, com a conclusão da barragem de Sobradinho, a 50 km de Juazeiro (BA), formou-se um lago artificial com área de 4.214 km² e capacidade para 37,5 bilhões de metros cúbicos de água, 'o coração artificial e doente do Rio São Francisco'. Essa represa submergiu quatro cidades (Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado) e dezenas de vilarejos, onde mais de 70.000 pessoas foram deslocadas.

O primeiro grande aproveitamento hidrelétrico em São Paulo foi a UHE de Jupia, no rio Paraná, inaugurada em 1969. A cidade de Itapura, atingida parcialmente pelo reservatório, foi totalmente relocada (REBOUÇAS, 2000, p. 48).

A construção da barragem de Pirapama (PE) teve forte impacto sobre a vida das 400 famílias residentes na área alagada, no espaço, na paisagem, na sociabilidade hídrica e espacial, nas atividades cotidianas e nas condições de vida e trabalho em torno do rio Pirapama.

O deslocamento trouxe várias mudanças no cotidiano e nas condições de trabalho da população, ainda que tenham continuado a morar na cidade do Cabo, como, por exemplo, a adaptação a uma terra menos fértil, a falta de espaço para criar animais e a convivência com as cercas, numa construção de uma nova sociabilidade hídrica e espacial.

Algumas famílias aceitaram viver nas terras oferecidas pelo governo do Estado por meio da COMPESA localizadas no Agreste e Zona da Mata (como São Benedito do Sul, Tamandaré, Gameleira e Buenos Aires). Outras resolveram tentar a vida na 'rua' ou no ambiente urbano e acabaram povoando a periferia dos municípios de Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho (a Charnequinha área que concentra grande parte da população de baixa renda do município).

Neste trabalho, o recorte analítico incide sobre as pessoas que recusaram o reassentamento proposto pelos órgãos governamentais optando por permanecer na área rural do município, na tentativa de (re)construir sua sociabilidade hídrica e espacial e manter sua autonomia como agricultores/as com o 'documento da terra'.

A busca desta autonomia foi feita com a organização por meio da Associação Vanguarda Ecológica, a qual possibilitou o acesso a crédito e financiamento que deram outra caracterização no cultivo, como por exemplo o financiamento para o plantio do cará de são tomé que não é comum na região.

Todas essas mudanças tiveram forte impacto no cotidiano destas famílias e, ao falarmos das atividades, do trabalho e das relações socioespaciais no cotidiano da produção e reprodução social e material, percebemos a relevância da Associação como fruto de uma luta coletiva por melhores condições de vida no campo. A Vanguarda Ecológica, desde a sua fundação, em 2000, teve mulheres na maioria dos cargos da diretoria, assim o nosso estudo considerou a perspectiva de gênero ao conhecer a história da fundação da Associação e o cotidiano dos/as entrevistados/as.

O estudo da vida cotidiana mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina, assim, o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

Para Martins (2000) a vida cotidiana não é um resíduo desprezível à realidade social, histórica, política, cultural etc. Ela domina a vida social no mundo moderno e, ao mesmo tempo, se tornou mediação fundamental na historicidade da sociedade moderna (p. 151).

Optamos por fazer uma análise do cotidiano dos membros da Vanguarda Ecológica numa perspectiva de gênero. O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (SCOTT, 1991, p.14).

Na realidade, ambos os aspectos - o gênero como significado simbólico e como conjunto de relações sociais materiais – são inseparáveis. Ao definir o gênero, deve-se considerar que as atuações sociais, entre elas um amplo conjunto de interações em múltiplos lugares e situações, e as distintas formas

de pensar e representar o lugar e o gênero se relacionam entre si e se criam umas às outras (McDOWELL, 2000, p. 20).

A Associação Vanguarda Ecológica tem aproximadamente cem sócios com idade entre 25 e 65 anos. Entre os sócios, 70% são homens e 30% são mulheres. E muitas mulheres se associam, juntamente com seus maridos, para terem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como licença-maternidade e aposentadoria.

Apesar da participação da mulher em todas as etapas do trabalho produtivo no campo os associados e membros da diretoria (homens e mulheres) associam a filiação da mulher na Vanguarda Ecológica porque ela ‘colabora’ na produção, na agricultura familiar.

Atualmente a filiação junto à Associação e o acesso aos programas governamentais voltados para a pequena produção agrícola como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), são as principais conquistas e têm forte impacto na constituição do cotidiano e na reprodução do modo de vida destes/as pequenos/as produtores/as rurais, diante da conjuntura de transformação do espaço, com a ampliação da industrialização, que o município do Cabo de Santo Agostinho passa na contemporaneidade.

Aqui, pretendemos conhecer as especificidades, particularidades e singularidades nas transformações do espaço, decorrentes dos grandes empreendimentos, como a construção da barragem de Pirapama, considerando que a aproximação dialética no conhecimento da singularidade não pode ocorrer separadamente das suas múltiplas relações com a particularidade e com a universalidade. *Estas já estão, “em si”, contidas no dado imediatamente sensível de cada singular, e a realidade e a essência deste só pode ser exatamente compreendida quando estas mediações (as relativas particularidades e universalidades) ocultas na imediatricidade são postas à luz* (LUKÁCS, 1968, p. 106).

Os objetivos propostos neste trabalho foram:

- ✓ *Analisar quais as transformações socioambientais decorrentes da construção da barragem de Pirapama;*
- ✓ *Identificar como a população deslocada da área da barragem, os/as pequenos/as produtores/as rurais, têm suas condições de vida transformadas*

pela execução dos grandes projetos implantados no município do Cabo de Santo Agostinho;

- ✓ *Pontuar quais as estratégias de organização utilizadas pelos/as pequenos/as produtores/as rurais deslocados/as da área da barragem para garantir a sua sobrevivência; e*
- ✓ *Verificar como se dá o seu acesso aos bens e serviços públicos, como esgotamento sanitário e abastecimento de água.*

Para concretizar os objetivos acima expostos, esta tese foi estruturada em cinco capítulos. No *primeiro* abordamos os detalhes de todo o processo metodológico, desde a nossa compreensão epistemológica, “como conheço o mundo?”, os momentos prévios da entrada em campo até a elaboração final do trabalho.

No *segundo* capítulo vamos analisar a relação Estado, produção do espaço e o processo de desenvolvimento, identificando as mediações expressas na mesma e considerando algumas das determinações da intervenção do Estado nas transformações e (re)estruturações do espaço perpassadas por suas múltiplas contradições e interesses de classe, bem como seus impactos para as populações rurais.

No *terceiro* capítulo abordaremos a temática da ecologia política ou os também chamados conflitos ecológicos distributivos, numa sociedade onde os impactos sociambientais são praticamente desconsiderados, ou negligenciados, ao se priorizar a produção e o crescimento econômico.

No *quarto* capítulo caracterizamos o nosso local de estudo o município do Cabo de Santo Agostinho e apresentamos a constituição e a transição do que chamamos *império verde*, a implantação e forte influência da *plantation* da cana-de-açúcar; ao *império cinza*, com a expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), dentro de um sistema de produção contraditório onde os aspectos de criação e destruição avançam juntos.

No *quinto* capítulo trabalhamos a análise dos nossos dados empíricos coletados junto à diretoria da Associação Vanguarda Ecológica e com os/as pequenos/as produtores/as rurais associados/as à Vanguarda e para um maior desvendamento do nosso objeto, iniciaremos o capítulo conceituando

teoricamente as duas categorias, que, estão bem próximas da nossa discussão empírica, o cotidiano e a questão de gênero.

Acreditamos que o nosso estudo contribuirá para a produção científica, na compreensão de como a realidade se apresenta em suas várias determinações e complexidade, ao passo que trilhamos todo um caminho na análise do nosso objeto, considerando o processo histórico, as questões teóricas e as vivências encontradas no caminhar da investigação.

Capítulo 2

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Neste trabalho partimos dos dados e expressões fenomênicas próprias ao objeto em questão, que então se apresentam de forma imediata e nos apropriamos dos dados para entender as relações entre o fato e a totalidade numa possibilidade inicial de aproximação do objeto.

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão “como se pode conhecer a realidade?” é sempre precedida por uma indagação mais fundamental: o que é a realidade? (KOSIK, 1976, p.43).

Toda a mudança essencial e importante para o conhecimento manifesta-se como mudança da relação com o todo e por isso mesmo como mudança da própria forma de objetividade. Marx exprimiu essa ideia em numerosas passagens (...): “um negro é um negro, só em certas condições se torna um escravo. Uma máquina de tecer algodão é uma máquina de tecer algodão; só em certas condições se torna capital. Separada destas condições é tão pouco capital como o ouro em si é dinheiro ou o açúcar o preço do açúcar”. Esta permanente transformação das formas de objetividade de todos os fenômenos sociais na sua ação recíproca dialética contínua, a origem da inteligibilidade de um objeto a partir da sua função na totalidade determinada em que funciona, fazem com que a concepção dialética da totalidade seja a única a compreender a realidade como devir social (LUKÁCS, 1974, p. 28-29).

Toda a nossa trajetória profissional e acadêmica, e o conhecimento da literatura sobre esta temática, contribuíram para instigar mais questões sobre como os fenômenos se apresentam na realidade, ou seja, como a sociedade, de uma forma em geral e alguns segmentos específicos tratam a problemática ambiental, especificamente no que se refere ao uso da água e os processos organizativos utilizados pela classe subalterna como estratégia para garantir a sua sobrevivência.

Tratamos as inquietações apresentadas, buscando captá-las por meio da apreensão de seus nexos causais, suas relações e contexto sócio-histórico, portanto, numa opção teórico-metodológica baseada numa perspectiva crítico-dialética³.

³ A dialética é tematizada na tradição marxista mais comumente como (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética *epistemológica*; (b) um conjunto de leis e princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética *ontológica*; e (c) o movimento da história: a dialética *relacional*. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. OP. Cit., p. 101.

Cada epistemologia (como conheço o mundo?) implica uma posição ético-moral: qual a relação entre o investigador e o conhecido? A ontologia levanta questões básicas a respeito da natureza da realidade e da natureza do ser humano no mundo. A metodologia concentra-se nos melhores meios para a aquisição do conhecimento sobre o mundo (DENZIN & LINCOLN, 2006, p.163).

Sendo assim, para maior aproximação da realidade e apreensão do objeto de estudo na sua totalidade, realizamos sistematizações, considerando o percurso histórico, bem como suas macrodeterminações e mediações que vinculam o singular ao universal, na identificação das particularidades.

Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como, ao mesmo tempo, nele se esconde. Compreender o fenômeno é atingir a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível (KOSIK, 1976, p.12).

Para que a totalidade seja uma categoria dialética, para que possa estar em condições de oferecer a máxima eficácia científica que lhe é inerente, a sua constituição passa, durante cada efetivo exercício de análise, por alguns procedimentos filosóficos que se apresentam como pressupostos imprescindíveis para o alcance do seu pleno e rico significado. Isto quer dizer que o todo pode não passar de mera aparência se for utilizado sem determinado trajeto filosófico de constituição. Esse trajeto teórico (dialético) é o único procedimento capaz de proporcionar estatuto rigorosamente científico à referida categoria (CARVALHO, 2007, p. 180).

Ao situarmos os elementos do objeto em termos do método materialista-dialético, expressamos elementos quantitativos e qualitativos como dados estatísticos, mapas, pesquisas e estudos sobre a temática ambiental, considerando sempre os elementos históricos, econômicos e sociais.

O problema da compreensão unitária do processo histórico surge, necessariamente, como o estudo de todas as épocas e de todos os setores parciais, etc. E é aqui que se revela a importância decisiva da concepção dialética⁴ da totalidade, pois é muito possível que qualquer

⁴ A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se, sobretudo, no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independentemente de si, tem primeiro de submetê-las à própria *práxis*:

pessoa compreenda e descreva um acontecimento histórico de maneira essencialmente justa sem que por isso seja capaz de perceber este mesmo acontecimento no que ele realmente é, na sua função real no interior do todo histórico a que pertence, isto é, de o perceber no interior da unidade do processo histórico (LUKÁCS, 1974, p. 27).

E foi nessa perspectiva dialética que, com origem na exposição sobre a nossa trajetória profissional e acadêmica num contato constante com a teoria e a realidade no que se refere à temática do meio ambiente, conseguimos com o estudo do doutorado maior aproximação com o tema ao descrever e expor o objeto em suas mais variadas determinações.

Trazer a temática da ecologia política baseada no estudo da realização de megaprojetos como a construção de barragens para o Serviço Social, considerando as peculiaridades da profissão, bem como a produção do espaço e o desenvolvimento na sociedade capitalista e as questões ambientais tem como objetivo geral:

- ✓ *Analisar quais as transformações socioambientais decorrentes da construção da barragem de Pirapama.*

Isto por que supomos, de saída, que o modo de produção capitalista se apropria e determina o trato do “mundo do trabalho”, da (re)produção do espaço e dos recursos naturais numa insustentabilidade socioambiental, alijando os pequenos produtores.

Especificamente objetivamos:

- ✓ *Identificar como a população deslocada da área da barragem, os pequenos produtores rurais, têm suas condições de vida transformadas pela execução dos grandes projetos implantados no município do Cabo de Santo Agostinho;*
- ✓ *Pontuar quais as estratégias de organização utilizadas pelos pequenos produtores rurais deslocados da área da barragem para garantir a sua sobrevivência; e*

para poder constatar como são elas quando não estão em contato consigo, tem primeiro de entrar em contato com elas. O conhecimento não é contemplação. A contemplação do mundo se baseia nos resultados da *práxis* humana. O homem só conhece a realidade na medida em que ele *cria a realidade* humana e se comporta antes de tudo como ser prático. KOSIK. **Dialética do concreto**. Op. Cit. p. 28.

- ✓ *Verificar como se dá o seu acesso aos bens e serviços públicos como, esgotamento sanitário e abastecimento de água.*

Desse modo, temos como motivação para realizar esta tese, a questão:

- ✓ *Quais as estratégias e as formas de luta que os/as pequenos/as produtores/as rurais utilizam para manter as suas condições de vida e trabalho?*

Aqui, vamos pormenorizar as etapas da pesquisa, a fim de oferecer uma ideia clara e detalhada do que foi acontecendo no seu transcurso. Com isso, percebemos quais os entraves, dúvidas e dificuldades (pessoais e acadêmicas) foram aparecendo e como foram paulatinamente solucionadas.

Em outras palavras, definimos as perspectivas da pesquisa, a base teórico-metodológica e as técnicas utilizadas no estudo; não somente como uma descrição do que foi utilizado, mas também numa análise e reflexão sobre o porquê de tal eleição para a nossa investigação.

Ao fazermos nossa investigação consideramos que,

Em tese, toda absoluta primeira investigação tem, de fato, algo de arbitrário, mas é preciso dar-se conta de que toda verdadeira investigação científica não constitui nem um ato e nem um início isolado e absoluto, antes é também um processo social e histórico de produção do conhecimento, ou seja, quase nunca é uma investigação totalmente nova e sem antecedentes que legasse patamares e pontos de partida criticamente abordáveis – com continuidade e rupturas. Assim, à medida que a própria investigação avança, e que, portanto, as descobertas de categorias sucessivas vão sendo feitas, as categorias-chave vão aparecendo, vão revelando as suas potencialidades no sentido apontado anteriormente e vão dando ordem à investigação à medida que vão revelando o caráter totalizante que possuem, de tal maneira que, depois de certo desenvolvimento da própria investigação, a casualidade vai sendo substituída pela necessidade no mesmo passo em que vão avançando, sucessivamente, as novas conexões entre categorias – fato que, se é verdadeiro para a continuidade de uma investigação, passa a ser mais verdadeiro ainda para investigações futuras “iniciais”, nas quais aquelas categorias tornam-se pontos de partida necessários para os novos esforços e seus respectivos avanços (CARVALHO, 2007, p. 190-191).

Para esboçar com maior clareza este estudo, consideramos o que Milton Santos fala sobre o uso das variáveis e da práxis em seu livro *Da totalidade ao lugar*:

As mesmas variáveis, que fomos gradualmente abandonando no afã (objetivo) de purificar os conceitos e propor uma teoria mais abstrata e, por isso mesmo, mais válida, essas mesmas variáveis, baseadas agora na teoria, serão gradualmente reincorporadas e readicionadas por estágio a modelos, que – esses sim – devem aproximar-se da realidade completa. Partimos da prática humana para as teorias através dos conceitos e voltamos da teoria para a práxis por intermédio dos modelos. A “redução” sistemática e a “reconstituição” baseada na teoria, conceitos e modelos representam um processo dialético no qual se elimina a pseudocontradição entre dedução e indução. Contrastando a “realidade” reconstituída com a prática humana, submetemos a teoria a um “teste” e sabemos então se há necessidade de reconstituí-la. O processo é contínuo e novas conceitualizações e modelizações se sucedem umas às outras. Assim deve ser por que a teoria e a práxis não devem estar separadas, nem mesmo no caso de aceleração da evolução social (2008a, p. 50 – 51).

Sob a perspectiva do materialismo histórico, a dupla determinação do processo, a saber, *historicidade* e *práxis*, somente o pensamento materialista e dialético a apreende, segundo Marx, percebendo a complexidade, as diferenças, os conflitos e as contradições. Isto constitui o *materialismo histórico*. (LEFEBVRE, 2001, p. 37-38).

2.1 A descrição do espaço da pesquisa

Para a melhor compreensão do local e do objeto em estudo utilizamos diversos recursos. Na coleta de dados, privilegiamos tanto os dados primários quanto os secundários, bem como utilizamos várias fontes no intuito de compreender as várias determinações da temática pesquisada.

Na coleta dos dados, foram utilizados as análises de documentos institucionais e os recursos iconográficos, pretendendo obter o maior número de informações possíveis sobre a temática em estudo. O uso de recursos iconográficos, como gráficos, quadros, mapas e fotos, permite visualizar e

interpretar os dados da literatura e dos estudos, bem como delimitar mais precisamente o local do estudo.

Aqui concordamos com L'ESTOILE (2006) ao dizer que, *a câmera fotográfica é ao mesmo tempo um instrumento de trabalho (mas menos que o gravador ou o caderno de campo) uma caixa de lembranças, e uma maneira de “devolver” aos pesquisados parte daquilo que nos dão* (p.21).

A análise documental consistiu em estudar alguns documentos como, relatórios, Estudos de Impacto Ambiental (EIA), disponíveis nos acervos de instituições como a Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) e a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho. A pesquisa em dossiês, jornais e periódicos tem, igualmente, um importante lugar neste trabalho, na tentativa de desvendar as circunstâncias sociais, políticas, econômicas e ecológicas com as quais o objeto pode estar relacionado.

Como subsídio para obtenção dos dados primários deste estudo de caso e para maior conhecimento da realidade investigada, além das entrevistas semiestruturadas, utilizamos o diário de campo e a observação participante como recursos auxiliares.

A entrevista como técnica de pesquisa pode nos fornecer tanto dados secundários quanto dados primários de duas naturezas:

os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos e outros; os segundos - que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia (MINAYO 2007, p. 64-65).

Para a autora, entrevista semiestruturada combina perguntas abertas e fechadas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi organizado em blocos temáticos, congregando perguntas afins num mesmo bloco e numa sequência, de acordo com a finalidade das informações que coletamos.

Nesta pesquisa, a fim de atingir nossos objetivos, entrevistamos agricultores/as residentes no município do Cabo de Santo Agostinho, deslocados/as da área onde foi construída a barragem de Pirapama e são sócios/as da Associação Vanguarda Ecológica.

Esta escolha justifica-se porque consideramos analisar a atual condição dos/as pequenos/as agricultores/as deslocados/as da área da barragem e suas estratégias para a manutenção das suas condições de vida no campo como a sua institucionalização e inserção comunitárias.

No Cabo de Santo Agostinho, escolhemos a Associação Vanguarda Ecológica, considerada como a associação no município que reúne o maior número de agricultores/as deslocados/as da área da barragem em seu quadro de sócios/as, num total de sessenta, de acordo com dados obtidos no Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais na Agricultura Familiar (SINTRAF) do Cabo de Santo Agostinho.

A amostra foi definida com suporte nos dados obtidos no SINTRAF, a qual foi de aproximadamente 17% (dez agricultores/as) deste universo de sessenta famílias. Tendo em vista o caráter qualitativo da pesquisa acreditamos que a amostra foi suficiente para a nossa análise e para atingir os objetivos do trabalho.

2.2 O relato da preparação e a entrada no trabalho de campo

A preparação inicial para o trabalho de campo⁵ foi realizada durante o período de 2010-2011, após a qualificação do nosso projeto de tese, tendo em mente a citação do livro *El enfoque de La Antropologia – luz intensa, foco difuso* de Peacock:

A um nível mais abstrato, o trabalho de campo com um grupo, deve desenhar esse grupo, por que os que formam esse grupo são pessoas vivas [...] o trabalho de campo pode ter nobres propósitos

⁵ Enfatizamos que a nossa pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (CEP/CCS/UFPE), sendo liberada para a coleta de dados em campo com registro de nº 113/11.

acadêmicos, mas acontece em um contexto de necessidades humanas e de relações humanas, das quais não é possível escapar (1989, p. 170).

Com uma ideia de flexibilidade e com muitas questões em mente, começamos a delinear os objetivos para o trabalho de campo, como forma de aproximação da realidade do objeto e do campo de estudo.

Uma vez delimitado o espaço da pesquisa, iniciamos o trabalho de campo em dezembro de 2010. Esta etapa concluiu-se em meado de março.

Em primeiro lugar, procuramos a direção do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais na Agricultura Familiar do Cabo de Santo Agostinho (SINTRAF), nos apresentamos e explicamos o projeto, esclarecendo os objetivos, a importância e as possíveis repercussões advindas da pesquisa. Nesse momento, solicitamos a colaboração para desenvolver as entrevistas com pequenos/as produtores/as rurais vinculados/as a alguma associação de agricultores/as. A direção do Sindicato aceitou a participação na pesquisa, manifestando a intenção de colaborar no que fosse possível, inclusive disponibilizando o uso da sede do Sindicato para a realização das entrevistas.

A seguir, na Associação Vanguarda Ecológica, voltamos a apresentar o projeto. A mediação com os/as agricultores/as a serem entrevistados/as foi efetuada por intermédio da diretoria da Vanguarda Ecológica.

Em muitos sentidos a obtenção do acesso é uma questão totalmente prática. [...] esta envolve uma série de estratégias e recursos interpessoais que todos temos que desenvolver no transcorrer da vida cotidiana. Mas o processo de ganhar o acesso não é simplesmente uma questão prática. Seu logro não só depende de uma compreensão teórica, de desvelar o “código nativo”; o descobrimento dos obstáculos que dificultam o acesso e também os meios efetivos para esquivá-los, por si mesmos aportam indícios da organização social do lugar (HAMMERSLEY e ATKINSON, 1994, p. 69).

Deparamos-nos com o fato de haver muitas mulheres na Diretoria, como na presidência e na tesouraria, componentes bem ativos com as quais tivemos mais contato; nossa limitação ocorria em razão da falta de tempo

delas, por estarem sempre muito ocupadas com as tarefas ligadas à Associação e à sua vida familiar (principalmente o cuidado com os filhos).

Para compreendermos a institucionalização dos/as pequenos/as produtores/as rurais deslocados/as da área onde hoje se encontra a barragem de Pirapama, elaboramos um roteiro, direcionado aos membros da diretoria, com algumas indagações para conhecermos as práticas e atividades realizadas pela Associação Vanguarda Ecológica. As perguntas se vinculam aos seguintes temas:

- a fundação ou os precedentes da instituição da Associação Vanguarda Ecológica;
- a interação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar do município do Cabo de Santo Agostinho (SINTRAF);
- o perfil dos/as associados/as;
- a constituição da questão de gênero e da participação das mulheres nas diversas instâncias institucionais;
- quais as principais atividades desempenhadas pela Associação;
- quais os produtos cultivados pela maioria dos integrantes; e
- quais as principais dificuldades enfrentadas pela Vanguarda Ecológica.

O contato com os/as agricultores/as ocorreu por intermédio da presidente e da tesoureira da Associação, as quais sugeriram que as visitas para entrevistas fossem no período da tarde por ser mais conveniente para as famílias.

Foram entrevistadas dez pessoas, em casas diferentes, entre homens e mulheres de famílias remanejadas da área de Matapagipe, onde foi construída a barragem; a escolha das famílias foi aleatória entre os engenhos e loteamentos mais acessíveis e próximos ao centro da cidade do Cabo.

Após a entrada no trabalho de campo, realizamos dez entrevistas semi-estruturadas, que abordaram os seguintes temas:

- ✓ variáveis de identificação - sexo, idade, estado civil, escolaridade;
- ✓ descrição tipológica da moradia; e
- ✓ acesso aos serviços públicos.

✓ conteúdos norteadores

- percepção sobre a construção da barragem em geral;
- qual a contribuição da Vanguarda Ecológica para a melhoria das suas condições de vida; e
- como é o abastecimento de água e o esgotamento sanitário.

✓ conteúdos específicos

- levantamento sobre as mudanças no cotidiano da família após o deslocamento; e
- identificação das mudanças em suas atividades e sua percepção sobre a água e o meio ambiente.

A primeira versão do roteiro da entrevista foi pré-testada com dois agricultores. Esse teste teve por objetivos, em primeiro lugar, verificar a utilização de uma linguagem apropriada que facilitasse a compreensão das perguntas, e, em segundo lugar, observar a sequência das perguntas de forma adequada. Como resultado desse teste, mudamos a sequência de algumas questões, a fim de estabelecer melhor encadeamento. Melhoramos a forma de perguntar, modificando a linguagem para tornar as perguntas mais compreensíveis, e reduzimos também o número de indagações, visto que muitas delas eram bastante parecidas, levando a obter informações repetidas. Dessa forma, ficou definido o roteiro final e iniciamos as entrevistas.

As entrevistas aconteceram, em sua maioria, no período da tarde quando realizadas na residência dos/as entrevistados/as e, durante o período da manhã nas sedes do SINTRAF e da Vanguarda Ecológica. Os ambientes eram diversos e, na maioria das vezes, ficávamos no terraço das casas ou na sala de estar, o que nem sempre nos permitia um espaço propício para o desenrolar da entrevista.

Em geral, nos dirigíamos a cada agricultor/a de forma a nos apresentar, introduzir a pesquisa e seus objetivos e situar clara e detalhadamente o tema abordado, o sigilo, o anonimato, e o uso do gravador.

Quanto ao desenvolvimento da entrevista propriamente dita, podemos dizer que, em alguns casos, houve um certo receio dos entrevistados/as em responder às perguntas relacionadas às condições socioeconômicas, já que, muitas vezes, mesmo após a apresentação da pesquisadora como estudante e dos objetivos da pesquisa, eles nos perguntavam: Você é do banco? (do Banco do Brasil, com o qual eles têm pendências/dívidas, onde eles retiraram empréstimos, para o cultivo). Muitas vezes algumas informações eram obtidas com o gravador desligado, enquanto tomávamos água, ou comentávamos sobre o calor escaldante e sufocante e as chuvas “fora de época”; dando-nos a impressão de que aquele momento de informalidade garantia mais espontaneidade para falarem.

O transporte até os engenhos São Pedro, Mercês, Serra/flor do Vale e Pirapama para fazer as entrevistas foi feito de mototáxi pelo meio das estradas de barro, rezávamos, durante todo o percurso para não cairmos da moto e nos quebrarmos, fora o esquisito e “*o medo de estar*” com um homem estranho (apesar de ter sido indicado pela diretoria) numa moto “no meio do nada”; no final do dia, precisávamos de relaxante muscular em decorrência da tensão.

Os nossos maiores obstáculos foram: 1) como realizar as entrevistas, já que não conseguimos identificar um local como igreja, clube onde os/as agricultores/as se reunissem com certa frequência e onde poderíamos realizá-las; e apesar de todos/as serem sócios/as da Vanguarda Ecológica, eles/as não estavam frequentando as reuniões mensais, porque a maioria deles/as permanecia inadimplente com o Banco do Brasil; 2) como chegar às suas residências, localizadas na área rural do município com estradas íngremes; e 3) o medo de andarmos de moto nas estradas de terra.

Paramos durante um mês, até termos fôlego para continuar as entrevistas. Essa letargia de forma alguma, comprometeu a pesquisa e a coleta de dados; contudo, tomarmos fôlego foi preponderante para trabalhar as sensações de medo, insegurança, impotência, solidão, abandono e incapacidade (em termos físicos e emocionais, não intelectuais) de realizar estas entrevistas como uma etapa do processo.

[...] Há um impacto subjetivo que geralmente se vivencia durante as pesquisas de campo, mesmo que não “essencialmente” etnográficas. O “campo” parece ser também esses e essas interlocutores/as, uma oportunidade de aprendizado, sensibilização, superação. A exposição – sobretudo pessoal – ao mundo concreto dos dados marca os/as pesquisadores/as e demanda que novos espaços sejam criados para compartilhar e analisar estas experiências (BONETTI e FLEISHER, 2007, p. 21).

Daí, entre outras coisas, a importância do nosso contato com a diretoria da Associação, com colegas e professores que nos indicaram referências bibliográficas que tratavam dessas “*desventuras e saias justas*” da pesquisa de campo, para a nossa retomada das entrevistas, após pensarmos em trabalhar somente com as seis já feitas até então e abandonar o projeto inicial de 15 famílias entrevistadas, o que caracterizava aproximadamente 20% do nosso universo de 60 famílias, ainda conseguimos realizar mais quatro e fechar o campo com dez entrevistados/as.

As entrevistas foram realizadas num período de dois meses (janeiro e março). A média de duração de cada entrevista foi de 30 minutos, variando entre 25 minutos e 40 minutos.

A análise e interpretação dos dados, as mediações que vinculam o singular ao universal e o delineamento da relação do fenômeno em foco com a totalidade e a história possibilitaram a identificação das particularidades⁶ deste estudo.

2.3 Diário de campo

Ressaltamos que no nosso estudo fizemos a associação entre o diário e o campo. Para Bonetti e Fleisher (2007, p. 16), é relevante enfatizar o lugar – delicioso e pesadíssimo ao mesmo tempo – que o diário de campo toma em

⁶ No plano da realidade, o particular representa a mediação concreta entre os homens singulares e a sociedade; a particularidade da vida humana está eivada da singularidade dos “fatos irrepetíveis” e saturada da universalidade, que é a legalidade que articula e impulsiona a totalidade social. A particularidade é em última análise, um *campo de mediações*. É um espaço onde a legalidade universal se singulariza e a imediatidade do singular se universaliza. PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 86.

nossas trajetórias profissionais e pessoais. Sendo assim, esclarecemos que ele tem certo peso na nossa análise e descrição dos dados.

O diário de campo é uma das documentações indispensáveis ao processo de investigação, devendo fazer parte da vida acadêmica do/a pesquisador/a. É um instrumento de registro diário e, segundo Minayo, nele

[...] constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Fala, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais (1994, p.100).

Nesse sentido, o nosso diário teve como objetivo registrar, em tempo real, atitudes, fatos e fenômenos percebidos no campo. Por meio dos registros estabelecemos relações entre a nossa vivência e o aporte teórico adquirido na academia, bem como nos estimulou a

[...] **formular perguntas** em relação ao estar em campo e ao escrever sobre ele; nos perguntar continuamente sobre como o nosso campo nos afeta como pesquisadores/as, nos forja como tais, e, nesse processo, forja também a própria pesquisa. Ou seja: refletir sobre como fomos recebidos/as, definidos/as e manipulados/as semanticamente em nossos campos de pesquisa específicos (BONETTI e FLEISHER, 2007, p. 28).

[...] esse diário é um instrumento ao qual recorremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um "amigo silencioso" que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas (MINAYO org., 1994, p. 63).

Os registros foram feitos diariamente, sempre datados, sinalizando os sujeitos envolvidos, o local, a situação observada e as condições que poderiam interferir no fato.

2.4 Observação participante

O/A pesquisador/a no contexto da observação participante pode atuar como observador/a do grupo, mesmo não participando das atividades, vendo e ouvindo atentamente, registrando as informações pertinentes. Angrosino destaca a importância da observação participante no desenvolvimento da pesquisa:

A observação participante não é propriamente um método, mas sim um estilo pessoal adotado pelos pesquisadores em campos de pesquisa que, depois de aceitos pela comunidade estudada, são capazes de usar uma variedade de técnicas de coleta de dados para saber sobre as pessoas e seu modo de vida (2009, p. 34).

Isto implica compreender a observação participante como forma de perceber as atividades e inter-relações das pessoas no local em estudo, o que exige do/a pesquisador/a o registro da vivência do cotidiano⁷ dos sujeitos.

Neste sentido, a observação participante não pode ser vista como uma técnica isolada, mas sim como um processo gradual,

O observador científico necessita de uma teoria que forneça um modelo do ator, o qual está orientado para agir num meio de objetos com características atribuídas ao senso comum. O observador precisa distinguir as racionalidades científicas que usa para ordenar sua teoria e seus resultados, das racionalidades do senso comum que atribui aos atores estudados (CICOUREL, 1975 apud MINAYO, 1994, p. 140).

Os/as observadores/as são muito mais sistemáticos/as em suas observações do que o povo em sua vida diária. Os/as pesquisadores/as registram detalhadas notas de campo logo depois de deixar o local. Logo, eles devem concentrar-se em palavras e ações para que possam se lembrar delas depois. Finalmente, os/as pesquisadores/as são treinados na arte da

⁷ Ver mais sobre o conceito de cotidiano no capítulo seis deste trabalho.

observação e as análises são familiares aos problemas da observação, trazendo para campo uma perspectiva única para a compreensão.

Como estratégia para conhecer melhor o universo e o objeto de pesquisa, resolvemos participar das mais diversas atividades da Associação Vanguarda Ecológica, como a coleta de culturas, realizada de 15 em 15 dias nas quartas-feiras, participar das reuniões no 2º domingo de cada mês da Associação, das reuniões do Conselho municipal de Agricultura Familiar, observando o atendimento que a diretoria da Associação presta aos seus membros todas as sextas-feiras no horário da manhã na sede do SINTRAF, que fica no centro da cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Para acompanhar a coleta de culturas tivemos que andar num caminhão (ver figuras seguintes) “caindo aos pedaços”, literalmente, pois, à medida que íamos andando e sacudindo no caminhão os pedaços de ferrugem caíam em cima de nós (e só conseguíamos pensar que não tínhamos tomado o reforço da vacina antitetânica) e, para melhorar, o motorista, de 62 anos de idade parou, duas vezes para tomar cachaça; ou seja, ele dirigia um caminhão *Chevrolet* do ano de 1973, “*mais velho que eu*”, e ainda com a cachaça nas veias,

A primeira parada foi por volta das 10:00 hs onde coletamos algumas culturas e os homens, o motorista e outros dois e eu fomos em um lugar onde uma mesa de madeira redonda grande fica embaixo de uma jaqueira e quando eu subi eles já estavam tomando cachaça com caju e coca-cola falamos que bebíamos cachaça, mas “hoje estou estudando e não posso”, então nos limitamos ao refrigerante, a dona do bar perguntou pela integrante da associação e o motorista disse: “ela não vem, se o marido dela sabe que ela está num bar com homens ele não vai gostar” (NOTA DE CAMPO, 01/12/10 quarta-feira).

A segunda parada foi por volta das 13:00 hs para descarregarmos o caminhão no terraço de uma casa cedido temporariamente para armazenar as culturas e em seguida fomos almoçar em um bar/restaurante (ver figura abaixo) bastante popular no município e circunvizinhança e para acompanhar o almoço os homens, inclusive o motorista do caminhão, tomaram o aperitivo de cachaça oferecido pelo estabelecimento e ainda pediram cerveja (NOTA DE CAMPO, 01/12/10 quarta-feira).



Fig. 1, 2, 3 e 4. Caminhão utilizado na coleta das culturas
Fotos: Cicera Gomes – área rural do Cabo de Santo Agostinho, 2010.



Fig 5. **Nosso almoço**
Foto: Cicera Gomes, 2010.

Para participar das reuniões, andávamos pelo meio do mato sozinha, até chegar à Associação dos agricultores, e, na primeira vez, nos perdemos, fomos parar numa propriedade privada com uns homens, digamos, nada receptivos, pensamos: *“agora vou ser ser assassinada e quase tive um ataque”*; foi muita tensão, não foi fácil, e torcíamos: *“espero sair ilesa do processo”*.

2.5 Análise das falas dos sujeitos da pesquisa

Concordamos com Minayo (1994: 26) na ideia de que, *“o tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”*.

Inicialmente realizamos as transcrições das entrevistas escutando e escrevendo, foi possível identificar algumas ideias relevantes que surgiram das falas dos entrevistados. Concluída a transcrição, retomamos as leituras, que nos permitiram continuar com as anotações de questões que as falas nos suscitavam.

Uma das principais preocupações durante a transcrição foi com respeito às consequências da pesquisa para as pessoas envolvidas nessa elaboração coletiva. Pensamos, não só, nos resultados da pesquisa em si, mas também

em manter um compromisso ético⁸ e político com as questões sociais, com a produção do conhecimento e, principalmente, com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Daí o nosso cuidado em não utilizar suas imagens ou fotografias e em ocultar os seus nomes; para tanto, cada um dos/as entrevistados/as, ao abrimos a Bíblia, recebeu um nome que, de forma alguma, faz menção ou referência ao seu nome verdadeiro.

Organizamos os dados segundo os temas tratados no roteiro da entrevista; após a segunda "leitura" das entrevistas, elaboramos uma classificação dos dados, buscando apreender as estruturas de relevância e as ideias centrais que os sujeitos da pesquisa tentavam transmitir.

Desta forma, delineamos algumas categorias empíricas constituídas com base na confrontação permanente com as categorias analíticas estabelecidas como balizas da investigação. Por exemplo, as concepções que os/as agricultoras têm sobre as mudanças no seu cotidiano permitiram que elaborássemos as categorias empíricas que começaram a vislumbrar considerações desses fenômenos tanto como o acesso deles aos bens e serviços e que perpassa também a vivência de sua cotidianidade.

A combinação das categorias empíricas e de temas nos permitiu definir os "conteúdos temáticos" sobre os quais se organizariam as discussões, por exemplo, as transformações no cotidiano decorrentes do acesso aos bens e serviços.

Analiticamente, as questões que pretendemos captar podem ser desdobradas em três níveis: em primeiro lugar, o que diz respeito às concepções dos/as agricultores/as sobre como veem e percebem as transformações decorrentes do deslocamento; em segundo, no que concerne ao vínculo com a Associação Vanguarda Ecológica como veem e explicam as atividades daquela para a melhoria das condições de vida e, em terceiro lugar, no que se refere às mudanças no seu cotidiano.

⁸ Ético *adj.* 'pertencente ou relativo à ética' XVII. Do lat. *ethicus*, deriv. do gr. *ethikós* || *ética sf.* 'ramo do conhecimento que estuda a conduta humana, estabelecendo os conceitos do bem e do mal, numa determinada sociedade em determinada época' | *eética XV* | Do lat. *èthica*, deriv. do gr. *èthiké*. CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. OP. Cit.

Durante a classificação dos dados, percebemos que os sujeitos do estudo elaboram e reconstituem os significados e as explicações, tanto sobre a presença e a proximidade/distância do rio Pirapama, como acerca da importância do acesso aos bens e serviços públicos, mediante a referência permanente às suas práticas cotidianas e como a migração ou a mudança/deslocamento facilitou seu acesso aos bens e serviços.

Para a análise, privilegiamos os seguintes temas:

- ❖ a percepção⁹ das transformações decorrentes do deslocamento;
- ❖ as atividades realizadas pela Associação Vanguarda Ecológica;
- ❖ as questões de gênero;
- ❖ as mudanças no cotidiano;
- ❖ as contribuições da Associação Vanguarda Ecológica para a melhoria das condições de vida dos/as agricultores/as;
- ❖ a percepção sobre o meio ambiente e a água; e
- ❖ o abastecimento de água e o esgotamento sanitário.

O bom treinamento teórico e a familiaridade com os mais recentes resultados científicos não são equivalentes a estarem carregados de “ideias preconcebidas”. Se um indivíduo inicia uma pesquisa com a determinação de

⁹ [...] A dimensão da percepção, é o que chega aos sentidos. Por isso o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista veem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum. A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a ver de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência (SANTOS, 1988, p.19). SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

provar certas hipóteses, se não é capaz de mudar constantemente seus pontos de vista e de rejeitá-los sem relutância, sob a pressão da evidência, é desnecessário dizer que seu trabalho é inútil (MALINOWSKI, 1975 *apud* MINAYO, 1994, p. 138).

Assim, na nossa análise final, procuramos estabelecer articulações entre os dados coletados em campo e os referenciais teórico-conceituais presentes na pesquisa, sistematizando, por via do desvendamento do percurso histórico, desvendando suas macrodeterminações e mediações que vinculam o concreto e o abstrato, a teoria e a prática, o singular ao universal, na identificação das particularidades da realidade do campo em estudo.

Capítulo 3

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Este capítulo tem como finalidade debater a relação Estado, produção do espaço e o processo de desenvolvimento, identificando as mediações nesta relação. Vamos analisar a interlocução do desenvolvimento do capitalismo com o crescimento da indústria e todas as transformações e modernizações que vieram com a sua implementação, bem como a ascensão ou surgimento de uma classe dominante peculiar, em todos os seus aspectos, ao sistema de produção capitalista – a burguesia.

Os estudos mais significados da Geografia Humana apontam uma interlocução estreita do Estado com a questão do espaço ou do uso e transformação dos espaços geográficos, considerando não somente os aspectos físicos como a construção de ferrovias, estradas e indústrias, mas também toda a história da organização do território, das formas de colonização e do imperialismo, do desenvolvimento geográfico desigual, assim como dos conflitos geopolíticos.

Aqui consideramos algumas das determinações da intervenção do Estado nas transformações e (re)estruturações do espaço perpassadas por suas múltiplas contradições e interesses de classe; e seus impactos para as populações rurais.

3.1 O processo de produção do espaço

Neste trabalho o espaço é entendido como espaço-natureza¹⁰, também como uma construção social, e não é indiferente a todo o processo de globalização e desenvolvimento do grande capital. Pelo contrário, ele é um

¹⁰ Por natureza, entendemos o conjunto dos seres que conhecemos no nosso universo, seres que precederam o surgimento dos primeiros grupos humanos e continuaram a existir e a se desenvolver depois desse surgimento. Ela se compõe de seres que podem ser agrupados em dois grandes níveis: aqueles que não dispõem da propriedade de se reproduzir (a natureza *inorgânica*) e aqueles que possuem essa propriedade, os seres vivos, vegetais e animais (a natureza *orgânica*). A distinção entre os níveis inorgânico e orgânico, contudo, não significa a existência de uma “dupla natureza” – de fato, a natureza é uma *unidade*, articulando seus diferentes níveis numa *totalidade complexa*. NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. Op. Cit. p. 35.

agente atuante, até mesmo determinante, no decorrer de todo e qualquer processo histórico.

Ciência do Espaço? Não. Conhecimento (teoria) da produção do espaço. A ciência do espaço (Matemática, Física etc.) é do domínio da lógica, da teoria dos conjuntos e coesões, sistemas e coerências. O conhecimento do processo produtivo, que faz entrar na existência social este produto que é o mais geral de todos – o espaço – é do domínio do pensamento dialético, que lhe apreende as contradições. É neste espaço dialetizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução das relações de produção, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico (LEFEBVRE, 1973, p. 18-20).

Resta claro, nesta expressão do autor, que na, análise da produção é essencial, o estudo do espaço não somente no aspecto da produção do espaço como na (re)produção das condições de vida e trabalho e das suas várias determinações.

Com efeito, o capitalismo conseguiu atenuar (sem resolver) durante um século as suas contradições internas e, conseqüentemente, logrou realizar o crescimento durante esse século posterior ao Capital. Qual o preço disso? Não há números que expressem. Por que meios? Isso o sabemos: ocupando o espaço, produzindo um espaço (LEFEBVRE, 1973, p. 21).

O capitalismo não pode sobreviver sem seus ajustes “espaciais”. O capitalismo tem recorrido repetidas vezes à reorganização geográfica (tanto em termos de expansão como de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses. [...] Se, portanto, a palavra “globalização” significa alguma coisa relativa à nossa geografia histórica recente, é bem provável que designe uma nova fase de exatamente esse mesmo processo intrínseco da produção capitalista de espaço (HARVEY, 2004, p. 80-81).

Fronteiras interiores e invisíveis começam a partilhar o espaço, dominado, no entanto, por uma estratégia global e para um poder único (LEFEBVRE, 1994, p. 38).

Nesse sentido, a hegemonia da classe capitalista é renovada mediante a segregação espacial e por intermédio dos efeitos da força normatizadora da intervenção estatal no espaço (GOTTDIENER, 1997, p. 131).

O capitalismo contemporâneo não produz mais apenas objetos no espaço, mas o próprio espaço, da micro à macroescala, dominando e instrumentalizando, assim, a totalidade da vida social (LEFEBVRE, 1994, p. 124).

O autor argumenta ainda que,

O espaço é formado, ou melhor, contém as relações sociais e também certas representações dessas relações sociais de (re)produção. As representações do espaço têm considerável peso e influência na produção do espaço, principalmente levando em conta corresponderem a um sistema de signos, símbolos e códigos de representação dominantes em uma sociedade e que estão relacionados ao exercício do poder e à conformação do espaço abstrato. [...] A tensão entre espaço abstrato e espaço social tem produzido efeitos de fragmentação, criando guetos hierarquizados representando com sua espacialidade a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados (1994, p. 41).

De acordo com ele, as características fundamentais do espaço abstrato moderno são a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização. Um espaço homogêneo e fragmentado, pois se torna materialidade fungível, quantificada e intercambiável no mercado, vendida aos pedaços; e um espaço hierarquizado, pois organizado pela divisão do trabalho e controlado politicamente (1994, p. 325).

Na análise da problemática da 'produção do espaço', levantamos as seguintes questões: "quem produz e para quem? O que é produzir? Como e por que produzir?" As respostas devem levar em consideração o fato de que o conceito de produção não possui um só sentido isto é, há uma dupla determinação e, portanto, sentidos diferenciados quanto ao valor explicativo. Pode-se dizer que existem um sentido estrito e um sentido geral, mais amplo (LEFEBVRE, 1973, p. 78).

E continua:

a dupla acepção do termo decorre de que 'os homens' em sociedade produzem ora coisas (produtos), ora obras (todo o resto). As coisas são enumeradas, contadas, apreciadas em dinheiro, trocadas. E as obras? Dificilmente. Produzir, em sentido amplo, é produzir ciência, arte, relações entre seres humanos, tempo e espaço, acontecimentos, história, instituições, a própria sociedade, a cidade, o

Estado, em uma palavra: tudo. A produção de produtos é impessoal; a produção de obras não se compreende se ela não depende de sujeitos (1973, p. 79-80).

Devemos pensar o espaço como contendo dupla dimensão: o espaço como valor de troca e como valor de uso. Neste aspecto, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural. É ao mesmo tempo um meio de produção, como terra, e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base econômica. Além disso, o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político e um elemento na luta de classes (LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 127)

O espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, pois constitui também um produto dessas mesmas relações. Lefebvre observa que, além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo do espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo (GOTTDIENER, 1997, p. 129).

Segundo Santos o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. Neste sentido, diz o autor, a Geografia se ocupa da análise do espaço transformado pelo movimento histórico em diferentes escalas mediante as noções de totalidade e de tempo. Isso ocorre pelo fato de não ser possível definir os eventos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem. O espaço social não pode ser explicado sem o tempo social” (1980, p. 206).

No espaço, atrás dele, não há qualquer substância desconhecida, nenhum mistério. E, no entanto, a transparência engana, tudo se esconde: o espaço é armadilha [...] o espaço de uma ordem se esconde numa ordem do espaço (LEFEBVRE, 1994, p. 331-2).

O termo produção é tomado num sentido muito mais amplo do que o encontrado na visão economista; ele recolhe o sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de ideias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades. [...] Quem diz

‘produção’ diz também ‘reprodução’, ao mesmo tempo, física e social: reprodução do modo de vida (LEFEBVRE, 2001, p. 37-39).

Todas estas transformações do espaço, estas especificidades das relações e modos de produção, as relações sujeito/objeto, são determinações que atribuem novas funções e mudam o espaço, já ocupado ou não, o qual é permeado e, ao mesmo tempo, é produto das relações de produção.

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida as formas são importantes. Essa materialidade sobrevive aos modos de produção que lhe deram origem ou aos momentos desses modos de produção (SANTOS, 2008b, p. 105).

Assim, o espaço também deve ser visto como um produto do ser social, resultante, ao mesmo tempo, da dinâmica do modo de produção capitalista com suas contradições inerentes e da ação coletiva dos sujeitos.

Este [o espaço], que é o lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção), é simultaneamente ocasião e instrumento de uma planificação (ordenamento do território), de uma lógica do crescimento. A prática social do capitalismo implica e contém saber, lógica (busca coerência), uma ideologia da coesão e das contradições à escala local (LEFEBVRE, 1973, p. 17).

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (SANTOS, 2008b, p. 106).

A forma do espaço social é o encontro, a concentração, a simultaneidade. O que é que se concentra? O que é que está concentrado? Tudo o que há no espaço, tudo o que é produzido seja pela natureza, seja pela sociedade – seja por sua cooperação, seja por seus conflitos. Tudo: seres vivos, coisas, objetos, obras, signos e símbolos. O espaço natureza justapõe, dispersa; ele coloca ao lado uns dos outros os lugares e quem os ocupa. Ele particulariza. O espaço social implica a concentração atual ou possível em um

ponto, em torno desse ponto. Portanto, a acumulação possível (virtualidade que se realiza em certas condições (LEFEBVRE, 1994, p. 205).

O espaço aparece como objetividade, mas não existe socialmente senão para a atividade (para e pelo mercado, dos deslocamentos a cavalo, de veículo automotor, de barco, de trem, por avião) por um lado, ele oferece direções homólogas, e por outro, certas direções valorizadas. De igual modo, para os ângulos e rotações (à esquerda, sinistra – à direita, retidão). De uma parte, o espaço se quer homogêneo, aberto às ações racionais, autorizadas ou comandadas; de outra parte, ele se encarrega de proibições de qualidades ocultas, de favores e desfavores para os indivíduos e seus grupos (LEFEBVRE, 1994, p. 228).

Para Santos:

o espaço organiza-se segundo uma atuação dialética de fatores de concentração e de dispersão. [...] Modernização e tecnocracia, sendo sinônimo nas condições atuais, o movimento para concentração é apoiado por uma poderosa argumentação técnica, que faz entrever, num futuro não distante, a difusão geográfica e social do crescimento. O resultado, entretanto, é o contrário: **pobreza difundida por toda a parte, pobreza concentrada nos pontos de crescimento. Isso, não podemos negar, constitui um dos resultados mais graves da associação funcional do estado com os monopólios**¹¹ (2004, p.281-282).

3.2 Estado e Espaço na sociedade capitalista

Ao falarmos sobre a produção do espaço na contemporaneidade, não podemos deixar de analisar alguns aspectos referentes a uma das mais importantes instituições que permeiam e interferem na organização e reorganização do espaço, na sua definição e demarcação, o Estado,

¹¹ Grifo nosso.

Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o ‘controle abrangente’ sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. [...]. Contudo, a eficácia desse dinamismo depende de “um pacto faustiano com o diabo”, sem nenhuma garantia de que no momento devido apareça algum deus salvador para derrotar Mefistófeles, quando este vier a reclamar o preço acertado¹² (MÉSZÁROS, 2002, p. 107).

E o firmamento desse pacto traz subjacentes obrigações e compromissos por parte do Estado, os quais, quase sempre, privilegiam o setor econômico em detrimento dos encargos sociais; isso não exclui o fato de que há concessões no campo dos direitos sociais por parte do Estado a partir das ações das classes subjugadas e exploradas, ao se manifestarem e criarem estratégias de ‘protesto’ e luta pela conquista de seus direitos; contudo,

A participação nas condições de modernização tecnológica conduz o aparelho do Estado a uma série de obrigações, seja nas relações com o mundo exterior, seja para estar em condições de responder às novas necessidades da população nacional. [...] O estado modernizador aparece, portanto, também como uma condição fundamental da criação e do fortalecimento das atividades modernas e das formas monopolísticas de atividade (SANTOS, 2004, p. 279-280).

Engels em seu livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* assinala que,

¹² N. do autor. Como única saída possível para a desagradável situação autoimposta por Fausto, O Fausto de Goethe – muito diferente do de Marlowe – termina com a salvação divina do herói. Entretanto, longe de ser exageradamente idealista ou de estar cego pela racionalidade explicativa, Goethe apresenta essa solução com uma cena de ironia suprema. Nesta cena, o fausto às portas da morte imagina que o som que chega até ele de fora é o eco de uma grande atividade industrial – uma boa recuperação de terra do mar pela construção de monumentais canais para o avanço e felicidade futura da humanidade – e assim se convence de que pode agora morrer feliz, embora tenha perdido o seu pacto com o demônio. No entanto, o som que ele escuta é o dos espectros cavando seu túmulo. Desnecessário dizer que hoje não há nenhum indício no horizonte de qualquer operação de salvamento divino.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impõe à sociedade de fora para dentro; tampouco é a 'realidade da ideia moral', nem a 'imagem e a realidade da razão'. É antes um produto da sociedade quando chega a um determinado grau de desenvolvimento [...] Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para repressão e exploração da classe oprimida (1982, p.196).

Certos liberais definem o Estado como uma vasta associação de indivíduos que harmonizam livremente as suas vontades, que se reúnem em obediência a um consenso ou contrato social. Para outros liberais, o Estado não é mais do que o lugar donde se exerce o poder que domina a comunidade, conseguindo tornar legítima esta autoridade mediante procedimentos hábeis e contestáveis (LEFEBVRE, 2004, p. 10).

De acordo com Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista*, as ideias (*Gedanken*) da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes;

ou seja a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. [...] As ideias dominantes são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, [...]. Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo (2008, p. 78).

Se essas ideias dominantes, contudo, têm de ganhar aceitação como representantes do “interesse comum”, precisam ser apresentadas como idealizações abstratas, como verdades eternamente universais. Assim, essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autônoma. Na contemporaneidade as noções de “justiça”, “direito” e “liberdade” são

apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico (HARVEY, 2005, p.81).

A teoria geral das formas foi exposta em diversas tomadas (por exemplo, a propósito da forma espacial e do espaço social), mas de uma maneira limitada, sob certo aspecto. Trata-se agora de generalizá-lo mostrando como algumas grandes formas, tal como a forma jurídica (o direito, a lei), a forma moral (o imperativo), a forma lógica (coerência - coesão), a forma política, enfim, tornam-se produtoras (de relações sociais) e se realizam na existência social (o concreto), tudo se identificando no e pelo Estado (LEFEBVRE, 2004, p. 18).

Podemos, diante de tudo o que foi exposto aqui, dizer que o Estado corresponde a relações de produção na sociedade capitalista e 'organiza' de um modo peculiar a dominação de classe, bem como mencionar que a interface do Estado com as relações de produção capitalistas não é causal ou simples de ser analisada.

É claro que o Estado é apenas uma das muitas instituições mediadoras que influenciam a dinâmica da acumulação e da luta de classes. É imperativo também dar lugar ao dinheiro e às finanças (HARVEY, 2004, p. 54).

Milton Santos, em seu livro *O Espaço Dividido*, ao analisar a intervenção do Estado na economia por meio dos investimentos; mais especificamente a participação do Estado na indústria privada ou a criação de indústrias de base nacionais com capitais públicos, enfatiza

A modernização das infraestruturas, entre elas os transportes, favorece as grandes firmas situadas nos maiores centros urbanos, que, então, veem seu mercado ampliado e unificado. O Estado modernizador aparece, portanto, também como uma condição fundamental da criação e do fortalecimento das atividades modernas e das formas monopolísticas de atividade (2004, p. 280).

A ação do Estado é exercida em todos os níveis e escalões do espaço, mas ela é única no nível da Nação, no sentido de que, para serem eficazes, todas as outras ações são obrigadas a se adaptar, a menos que estejam em condições de comandar a ação do próprio Estado. Entretanto, do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da armadura. O Espaço-Estado

é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros (SANTOS, 2004, p. 279).

Assim, o Estado é determinante na dinâmica da sociedade capitalista inclusive na forma, como ocorre com o uso e a ocupação do espaço, entendida como um produto social, resultante, ao mesmo tempo, da dinâmica de acumulação capitalista, de suas contradições e da ação dos sujeitos coletivos. A hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político. O problema imediato, porém, é compreender os processos sociais mediante os quais suas qualidades objetivas são estabelecidas (HARVEY, 2007, p. 207).

O espaço pode ser visto como sistema produtivo, destacando a primazia econômica na intervenção estatal, expressando os interesses da classe dominante; e, ao mesmo tempo em que, voltado para as classes subalternas, ele lança mão de políticas redistributivas ou ações legais que, de alguma forma, minimizam o empobrecimento e a exclusão desse segmento.

No mercado mundial, a utilização do espaço, para a redução das barreiras geográficas, tem imensa importância na história do capitalismo, não de forma linear e progressiva, mas encontra diversas contradições:

As barreiras espaciais só podem ser reduzidas por meio da produção de espaços particulares (estradas de ferro, autoestradas, aeroportos, centrais telefônicas etc.). [...] O contínuo incentivo para os capitalistas individuais se mudarem para locais de custos mais baixo ou mais lucrativos também é prejudicado pelos custos da mudança. Em consequência, a intensificação da concorrência e o surgimento de crises tendem a acelerar o ritmo de reestruturação espacial por intermédio da desvalorização seletiva e localizada de ativos (HARVEY, 2007, p. 212).

De acordo com estas contradições podemos dizer que certos empreendimentos contextualizados na contemporaneidade neste circuito de globalização e internacionalização, como as obras em andamento no Estado

de Pernambuco, são, muitas vezes, financiados direta e indiretamente pelo Estado:

A criação de infraestrutura é uma maneira de financiar indiretamente (e às vezes diretamente, em função do nível de corrupção dos planejadores ou funcionários) a implantação das indústrias modernas. Sem dúvida, é necessário distinguir as infraestruturas indispensáveis à modernização de um estado daquelas que são criadas com o objetivo deliberado de atrair investimentos. Mas, nos dois casos, os resultados são mais ou menos os mesmos. De resto, excetuando-se o que concerne às instalações de interesse militar ou geopolítico, os governos são fortemente influenciados e mesmo constrangidos pelas grandes firmas em função dos seus interesses (SANTOS, 2004, p.169).

De forma alguma, esta breve sistematização pretendeu esgotar a discussão sobre o espaço, mas sim destacar alguns aspectos sobre a temática, na medida em que aborda alguns elementos necessários à sua compreensão. Isto porque, aqui neste trabalho, pretendemos salientar o desenvolvimento e a industrialização no sistema de produção capitalista numa perspectiva histórico-dialética, enfatizando as relações mais elementares da transformação do espaço e a atuação do Estado ante a organização global da acumulação do capital.

3.3 Intervenção do Estado e Desenvolvimento

A pretensão, após essa breve sistematização de alguns autores que trabalham o espaço e o Estado, não foi resumi-los, mas sim apontar aspectos de suas argumentações, destacando os elementos necessários para a compreensão da temática em estudo. Isto porque falar sobre as transformações do espaço permite particularizar alguns elementos, como a globalização e o desenvolvimento, principalmente quando se considera o dinamismo da sociedade capitalista contemporânea.

O progresso do processo, que inclui a internacionalização financeira de capitais, de câmbio e de títulos, mudança na divisão internacional do trabalho,

traz ainda mudanças no tamanho e nas atribuições do Estado, alterando consequentemente sua natureza, expressa na desregulamentação e internacionalização das economias nacionais. Hoje a prioridade se tornou a busca de adaptação das economias nacionais aos requerimentos da economia globalizada, [...] (IANNI, 2001, p. 38-39).

3.3.1 Desenvolvimento na sociedade capitalista

Com a globalização neoliberal todo o conceito de desenvolvimento está mudado. A ideia também mudou, o crescimento está destinado a ser compartilhado entre os países do Norte, enquanto o Sul tem que aproveitar o que cai da mesa dos ricos. A ideia de que o progresso científico e tecnológico serve para aprimorar as condições de vida dos países pobres se confronta com a realidade de que as diferenças de riquezas entre as várias regiões do mundo têm se expandido (VASAPOLLO, 2007, p. 52-53)

Expressa a ideia de que os problemas do desenvolvimento surgiram com a descolonização e afetam em primeiro lugar aos Países do Sul – porque – é aí onde reina a miséria mais insuportável – o certo é precisamente o contrário. Em primeiro lugar, pelo que diz a história, mas também porque os grandes temas deste debate contemporâneo (meio ambiente, reintegração da dívida, a liberação do comércio internacional) nascem de preocupações dos Países industrializados. Por último, a opção por determinados “episódios”¹³ desta história do “desenvolvimento” (RIST, 2002 p.16).

A presente globalização neoliberal não é nada além da continuação no tempo do mito do desenvolvimento definido como um meio para permitir que toda a humanidade possa aproveitar uma vida própria e decente. Na realidade, porém, o chamado “desenvolvimento verdadeiro” nunca teve lugar. Tivemos

¹³ É evidente que todo o conhecimento da realidade parte dos fatos. Trata-se de saber quais os dados da vida que merecem (e em que contexto metodológico) ser considerados como fatos importantes para o conhecimento. O empirismo tacanho contesta a bem dizer, que os fatos só se tornam fatos propriamente ditos através dessa elaboração metodológica – a qual varia consoante a finalidade do conhecimento. LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974. P.20.

apenas um tipo de desenvolvimento ligado à história dos países ocidentais, que mercantilizou as relações entre a humanidade e a natureza para que muito poucas pessoas pudessem lucrar com isso (VASAPOLLO, 2007, p. 53).

[...] A palavra desenvolvimento, tem sido imposta progressivamente, na linguagem comum, para designar umas vezes um estado, outras um processo, relacionados ambos com as ideias de bemestar, de progresso, de justiça social, de crescimento econômico, de expansão pessoal, e inclusive equilíbrio ecológico (p.19) [...] O autor ao citar algumas definições, coloca que nelas estão implícitas distintas ideias como: evolucionismo social (alcançar aos Países industrializados), individualismo (o objetivo de desenvolver a personalidade dos seres humanos), economicismo (crescimento, acesso a ingressos). Se poderia também mostrar seu caráter umas vezes normativo (o que deve chegar), outras instrumental (a quem beneficia) ou inclusive o uso de termos de intensificação (“mais democrático e mais participativo”, que sugerem o “contrário” as carências ou os defeitos atuais) (RIST, 2002 p. 20).

O desenvolvimento ocorre em um determinado tempo, e é decorrente de um processo histórico, o qual não deve ser atrelado diretamente a uma localização específica de maneira hermética, mas sim considerando as transformações do espaço natural e social, ocorridas nas diversas épocas históricas.

Ele se realiza no espaço global, mas de modo deveras descontínuo e não simultâneo nas diversas nações e regiões do mundo. Algumas das sociedades altamente industrializadas estão se transformando em países pós-industriais; deste modo, como encarnação de modernização e de progresso, a industrialização torna-se parcialmente obsoleta, tomando um significado diferente. Outros países procuraram recuperar o atraso na industrialização somente há poucas décadas. Usualmente, o desenvolvimento é medido pelo tamanho do produto social *per capita*. Este indicador é problemático, contudo é adequado para se obter uma impressão inicial (ALTVATER, 1995, p. 21).

A definição que se pretende se faz por meio de elementos sucessivos e se explicitará progressivamente. O “desenvolvimento” *está constituído por um conjunto de práticas às vezes aparentemente contraditórias (...)* (RIST, 2002, p.24).

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpétua realização de “ajuste espacial” das contradições internas do capital (registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica) associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital, cujo caráter precisa ser bem entendido (HARVEY, 2006, p. 40).

Todas as descobertas e os avanços na produção de instrumentos (meios de produção) e artefatos bélicos, bem como nos meios de transportes, possibilitaram, de um lado, que povos e territórios os quais ainda não tinham desenvolvido estes instrumentos e principalmente pautado suas relações sociais no comércio e nas transações monetárias fossem dominados, saqueados e invadidos, e, de outro, que as comunicações e intercâmbios comerciais se desenvolvessem a uma velocidade extrema.

De acordo com Marx & Engels no, *Manifesto do Partido Comunista* (1848)

A grande indústria criou o mercado mundial, preparado pela descoberta da América. O mercado mundial expandiu prodigiosamente o comércio, a navegação e as comunicações. Por sua vez, esse desenvolvimento repercutiu sobre a extensão da indústria, e à medida que indústria, comércio, navegação, e ferrovias se desenvolviam, a burguesia crescia, multiplicava e relegava para o segundo plano as classes tributárias da Idade Média¹⁴ (2008, p. 26).

A emergência ou o desenvolvimento da Modernidade foi o resultado de processos de mudanças sociais na estrutura econômico-produtiva, na organização político-institucional, bem como da interação desses processos.

¹⁴ A Idade Média tinha uma sua cotidianidade, que se dividia entre as várias classes, camadas e corporações. É fato que a vida diária de um servo da gleba era diferente da de um monge, de um cavaleiro andante e de um senhor feudal, mas o denominador comum, que marcava o tempo e impunha o ritmo segundo o qual se desenrolava a vida de todos era um fundamento único: a sociedade feudal. A indústria e o capitalismo, juntamente com os novos instrumentos de produção, as novas classes e as novas instituições políticas, trouxeram consigo também um novo tipo de existência cotidiana, essencialmente diferente do das épocas anteriores (KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Op. Cit. p. 79).

Do ponto de vista histórico, o conceito de Modernidade designa um período específico no qual surgiram e se difundiram formas de organização da vida social radicalmente diferentes das existentes em épocas anteriores (ACANDA , 2006, p. 51).

[...] Não basta afirmar que o “desenvolvimento” se reduz à mudança social. Este constitui, efetivamente, uma constante na vida de todas as sociedades desde o surgimento da humanidade. Trata-se, nesse caso, de identificar a especificidade – qualificada de “desenvolvimento” – para dar a conhecer *o que distingue as sociedades modernas daquelas que as tem precedido* (RIST, 2002 p.24).

A economia capitalista é radicalmente diferente das anteriores. Acanda, ao falar das peculiaridades da economia capitalista, comenta uma das principais teses expostas por Karl Polanyi em seu livro *A grande transformação* (1989). Mesmo sendo verdade que todas as sociedades devem satisfazer suas necessidades biológicas para continuar existindo, só na sociedade moderna a satisfação de algumas dessas necessidades, em quantidades que aumentam continuamente, se converte no motivo central da ação. O autor identifica essa transformação com o estabelecimento de uma economia em torno de um mercado em expansão ininterrupta (2006, p. 54).

Ao longo do século XX, houve diferentes processos de industrialização, sob bases fordistas, atrelados à expansão das relações capitalistas imperialistas. A partir destes diversos processos de industrialização, é inevitável identificar *reestruturações produtivas* diferenciadas quanto aos seus motivos, resultados, feições e época de implantação (FERRARI, 2005, p. 58).

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia, nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas são privatizadas. O

agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2004, p. 121).

De forma concomitante, estão associados às características primitivas de acumulação, com algum incremento decorrente das condições históricas atuais bem como, das suas novas configurações, os novos processos de acumulação por pilhagem, numa nova etapa na história do capitalismo, denominada imperialismo.

A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de 'habitats', que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala. A corporativização e privatização de bens até agora públicos, a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de "expropriação das terras comuns". Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular (HARVEY, 2004, p. 123).

Apesar de centralizar seu objetivo na organização global do proletariado na luta anticapitalista, o *Manifesto do Partido Comunista* menciona algumas características do processo, hoje tão alardeado, da globalização:

pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. [...] As antigas necessidades, antes satisfeitas pelos produtos locais, dão lugar a novas necessidades que exigem, para sua satisfação, produtos dos países e dos climas mais remotos. A autossuficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações. Isso vale tanto para as produções materiais quanto para as intelectuais [...] (2008, p.30).

Ao falar da atual dinâmica do grande capital para a indústria, com a expulsão e transferência de indústrias nacionais para os grandes centros tecnológicos dos chamados países desenvolvidos, Ferrari demonstra que esse processo descrito no *Manifesto* ainda está presente nos nossos dias:

Sem deixar de aproveitar-se das – historicamente construídas – infraestruturas logísticas de tradicionais centros industriais, o grande capital remodela a cadeia produtora de valor promovendo eventuais realocações das indústrias transformadoras com o objetivo de encontrar nichos de força de trabalho e terrenos mais baratos em lugares distintos destes centros tradicionais. Lugares distintos, mas desde que inseridos nos limites dos territórios econômicos possuidores de algum grau de produtividade infraestrutural. O grande capital, assim, realocaliza e reformula territórios econômicos impondo à rede de fornecedores seguir estas modificações para que permaneçam conectados aos circuitos de valorização (2005, p. 64-65).

O modelo de industrialização capitalista, visivelmente, não é universalizável; as exceções bem-sucedidas desta regra não chegam a invalidá-la. A sociedade capitalista afluenta possui um lado ordeiro ao Norte, e um lado desordeiro ou caótico ao Sul. Não parece ser possível espalhar pelo mundo inteiro um modo de vida e de trabalho, que, em *primeiro lugar*, se baseia em um elevado consumo energético e material; que, em *segundo*, precisa dispor de sistemas energéticos e de transformação material eficientes e inteligentes; e que, em *terceiro*, precisa realizar e organizar nesta base uma prática de vida europeia-ocidental, com os correspondentes modelos ideológicos e de pensamento e de instituições políticas e sociais reguladoras (ALTVATER, 1995, p. 25).

E, sem dúvida, o “desenvolvimento” existe, de certa maneira, através das ações que legitima, as instituições as quais faz viverem e os signos que atestam sua presença. Como negar que existem Países “desenvolvidos” e outros “em desenvolvimento”, projetos de “desenvolvimento”, ministros de “cooperação e desenvolvimento”, um Programa de Nações Unidas para o desenvolvimento” um “Banco Internacional para a Reconstrução e o desenvolvimento” – mais conhecido pelo nome de “Banco Mundial”-, institutos de estudo do “desenvolvimento”, Organizações não Governamentais (ONGs) encarregadas de promover o “desenvolvimento” e muitas outras instituições e ações que se identificam com o mesmo objetivo? Assim, em nome desta palavra fetiche¹⁵, que é também um termo

¹⁵ A ilusão do fetichismo brota da fusão da característica social com as suas configurações materiais: o valor parece inerente às mercadorias, natural a elas como coisas. Por extensão desse fetichismo elementar, qualquer coisa, ao desempenhar o papel de dinheiro – o ouro, por exemplo -, converte-se na verdadeira encarnação do valor, na concentração pura e aparente de um poder que é, de fato, social. De modo similar, no fetichismo do capital, as relações econômicas específicas que dotam os meios de produção da condição de capital são obscurecidas. As forças que o capital comanda, todas as potencialidades produtivas do trabalho social, aparecem como se lhe pertencessem naturalmente: a aparência mistificada cuja expressão suprema é a capacidade que o capital tem de, mesmo sem

cômodo ou uma palavra plástica¹⁶, se tem-se construído escolas, aumentam as exportações, cavam-se poços, constroem-se estradas, recolhem-se fundos, traçam-se planos, redimensionam-se os pressupostos nacionais, escrevem-se informes, contratam-se 'experts', inventam-se estratégias, mobiliza-se a comunidade internacional, exploram-se os bosques, repovoam-se os desertos, criam-se novas variedades de plantas com alto rendimento, libera-se o comércio, importa-se tecnologia, instalam-se fábricas, lançam-se satélites de vigilância [...] Pensando bem, todas as atividades humanas modernas podem ser realizadas em nome do desenvolvimento (RIST, 2002 p. 22).

E é nesta perspectiva que, no próximo item, vamos analisar o projeto de desenvolvimento brasileiro e a política desenvolvimentista dos anos 1950, as quais se configuram como as bases para as transformações do espaço e do uso e ocupação do solo no Brasil, e, mais especificamente, no Estado de Pernambuco na atualidade.

3.3.2 A política desenvolvimentista e o projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro

As décadas de 1930, 1940 e 1950 são o período básico de implantação do sistema industrial brasileiro. Nessa época, ocorreu uma rápida e profunda divisão do trabalho nacional, por meio de um fenômeno que introduziu e disseminou, em parcela significativa do sistema produtivo em transformação, o progresso técnico mundial, até então praticamente confinado aos limites do comércio exterior do País (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 05).

Em 1957, com o Plano de Metas do governo Kubitschek, a atuação do setor público dirigiu-se conscientemente à consecução do crescimento

empregar trabalho produtivo, gerar juros. BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Op. Cit. p. 149-150

¹⁶ Nota do autor. Veja-se Uwe Pörksen, *Plastikwörter. Die Sprache einer Internationalen Diktatur*, Stuttgart, klett-Cotta, 1989, p. 127. Para Pörksen a característica de uma palavra plástica é ter pertencido em um primeiro momento à língua coloquial na qual tinha um sentido claro e preciso (o desenvolvimento de uma equação), ter sido utilizada mais tarde pela linguagem culta (o desenvolvimento das espécies segundo Darwin) e ter sido retomada atualmente pelo idioma dos tecnocratas em um sentido tão amplo que não significa nada, senão aquilo que quer fazer-se dizer quem fala em cada caso.

econômico baseado na industrialização, via substituição das importações (CARNEIRO, 1979, p. 188).

Algumas medidas importantes de estímulo às exportações, se bem que não tenham sido de todo implementadas, datam do final dos anos 1950 e dos primeiros anos dos 1960, como a lei do *Drawback* (promulgada em 1957) e a isenção do imposto federal de consumo – o atual IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) – para exportação de produtos industrializados (datada de 1960). Além do mais, vários estudos, durante a época de elaboração do Plano Trienal – a ter vigência no período de 1963 a 1965 – foram realizados contendo muitas sugestões para modificações da política comercial brasileira, a maior parte implementada a partir de 1964 (GALVÃO, 1979, p. 161-2).

Com a implantação da indústria pesada no Brasil, com a formação dos grandes grupos econômicos públicos e privados, e a oligopolização da economia brasileira em praticamente todos os segmentos produtivos, os excedentes econômicos, antes concentrados na região industrial do País, passam a abrir novas frentes de investimentos, e que se tornaram atraentes em regiões como o Nordeste graças aos investimentos governamentais ou à intervenção do setor produtivo estatal, ou, ainda, graças aos estímulos fiscais e financeiros que passaram a ser oferecidos aos empreendimentos privados que se instalassem na região. *A integração produtiva* é em grande parte resultante das novas formas de atuação que o Estado brasileiro passa a adotar a partir de 1960 (NETO, 1997, p. 40).

Para Bielschowsky (2000), desenvolvimentismo é a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) *A industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;*
- b) *Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;*
- c) *O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e*
- d) *O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (p. 07).*

No Brasil, ao Estado Desenvolvimentista correspondem, da mesma forma, os investimentos de vulto, a infraestrutura estratégica (portos, aeroportos, estradas, eletricidade, telecomunicações) e zonas industriais (RÜCKERT, 2004, p.10).

Kowarich (1979, p. 68-9) apresenta dados ilustrativos desta atuação do Estado: os gastos relativos “às necessidades de reprodução do capital passaram de 54%, entre 1950-1954, para 83% nos dois primeiros anos do governo Geisel, enquanto os recursos destinados às despesas do “bem-estar social” entre aquele período e os anos de 1970-1973 decresciam de 7% para 2% (*apud* SCHERER-WARREN, 2005, p.81).

De acordo com Bielschowsky (2000) o planejamento e o protecionismo eram vistos como meio de se alcançar industrialização rápida e eficiente e, conseqüentemente, de se alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos (p.11). Para ele, um argumento muito comum nos textos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) foi a ideia de que o uso da moderna tecnologia deveria ser cuidadosamente planejado nos países subdesenvolvidos, em virtude de sua inadequação à disponibilidade interna de recursos (p.15).

Carneiro (1979), ao falar que, no período de 1970-74, a indústria da transformação registrou um desempenho excepcional com taxa média de crescimento do produto de 19% a.a, superior em mais de três vezes às dos anos 1960, explica:

Este desempenho é explicado pela nova orientação da política econômica do início do governo Costa e Silva (1967-1969), quando foram acelerados os investimentos do setor público, principalmente em infraestrutura e indústrias básicas (siderurgia, mineração e petroquímica) e estimuladas as demandas de bens finais e intermediários, através de políticas creditícias e de comércio exterior (estímulo às exportações). O Governo passou a expandir o financiamento oficial para investimentos no setor (p. 194).

Segundo Barbieri (1997), o Governo brasileiro, naquela época, empenhava-se na sustentação de uma política desenvolvimentista, por via da

industrialização substitutiva de insumos industriais e da expansão das fronteiras agrícolas e dos distritos minerais em áreas de ecossistemas frágeis, como são as áreas do cerrado e da floresta Amazônica. Destaca o fato de que os planos de desenvolvimento elaborados até então, não contemplavam nenhuma preocupação com o meio ambiente, fato que só veio a ocorrer no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), aprovado para o período de 1975-79, ou seja, somente após a Conferência de Estocolmo é que medidas efetivas com relação ao meio ambiente foram tomadas no Brasil (p. 20).

A integração produtiva do Nordeste ao restante da economia nacional criou e consolidou os polos, os complexos e as áreas dinâmicas dentro de um contexto mais geral, no qual áreas dinâmicas coexistem com grandes sub-regiões estagnadas, como o Semiárido e a Zona da Mata (NETO, 1997, p. 48).

A distribuição espacial dos incentivos governamentais tem acentuado a tendência à concentração das atividades industriais na Região Metropolitana do Recife. Em 1959, 63,1% da produção e 67,4% do valor da transformação industrial eram gerados nessa região. Em 1970, os percentuais subiram para 68,6% e 72,7%, respectivamente (CARNEIRO, 1979, p. 188).

Além das contradições espaciais dentro da própria cidade do Recife, na “distribuição espacial do desenvolvimento”, não podemos deixar de considerar o que Smith (1988) denomina de desenvolvimento desigual:

A lógica do desenvolvimento desigual deriva especificamente das tendências opostas, inerentes ao capital, para diferenciação, mas com a simultânea igualização dos níveis e condições da produção [...] O padrão que resulta na paisagem é bem conhecido: desenvolvimento de um lado e subdesenvolvimento de outro. Isto ocorre em várias escalas espaciais. A teoria da dependência, a teoria centro periférica e as várias teorias do subdesenvolvimento capturam todas alguma coisa deste processo. Mas, elas tendem a focalizar somente a escala global, enquanto que pouco se trabalha com as dimensões geográficas do desenvolvimento desigual. [...] O capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência (p.19).

Concordamos com o autor, quando ele exprime que dificilmente se pode olhar para o mundo de hoje sem se perceber que, nas mãos do capital, as

últimas duas décadas testemunharam uma emergente reestruturação do espaço geográfico mais dramática do que qualquer outra já ocorrida. A desindustrialização e o declínio regional, a gentrificação e o crescimento extrametropolitano, a industrialização do terceiro mundo e uma nova divisão internacional do trabalho, a intensificação do nacionalismo e uma nova geopolítica de guerra são coisas em desenvolvimento integrado, sintomas de uma transformação muito mais profunda na geografia do capitalismo (p.14).

3.4 A produção do espaço e os megaprojetos

O ideário da política de Desenvolvimentismo tinha como projeto para o Brasil o "progresso" e o "desenvolvimento", os quais se concretizariam por meio de megaprojetos, subordinação aos capitais estrangeiros e destruição acelerada dos ecossistemas, bem como do deslocamento de comunidades inteiras como as de pequenos produtores rurais e pescadores.

Assim, podemos dizer que neste momento um dos 'projetos', decorrente deste ideário - o Complexo Industrial Portuário de Suape Governador Eraldo Gueiros - está em curso, a pleno vapor.

*Situado na extremidade oriental da Costa Atlântica da América do Sul, o Porto de Suape tem uma localização estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação, conectando-se com mais de 160 portos em todos os continentes, o que o coloca em condições de ser um dos principais portos concentradores de carga (*hub port*) no Atlântico Sul.

Sua concepção de porto-indústria dispõe de 50 Km de rodovias e 41 Km de ferrovias próprias, com acesso direto ao terminal de *contêineres*, ao parque de tancagem de graneis líquido, de minérios e aos cais público 1 e 4. **Os**

* As informações contidas nessa parte do texto foram coletadas do RELATÓRIO ANUAL SUAPE 2009 publicado no *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de março de 2010.

terminais dispõem, ainda, do fornecimento de gás natural, energia elétrica e água bruta e tratada¹⁷.

De acordo com o presidente do Complexo Industrial Portuário de Suape Fernando Bezerra Coelho:

Com os seus 31 anos de existência, o Complexo vive sua melhor fase. Investimentos públicos e privados transformam o local em um imenso canteiro de obras que gera milhares de empregos. São mais de 100 empresas instaladas e outras 37 em fase de implantação que estão mudando o perfil da economia pernambucana através da formação de novas cadeias produtivas.

O refino de petróleo e a construção de navios agora fazem parte da matriz industrial pernambucana.

Novos cais, píeres e estradas estão sendo construídos para oferecer as condições necessárias de operação para as novas empresas. A duplicação das vias internas do porto, assim como do trecho da PE-60 que vai até a entrada de Porto de Galinhas, atenderão à intensa movimentação de veículos que cresce a cada dia.

E, é nesse ritmo que damos continuidade ao desenvolvimento de Pernambuco. Além da prospecção de novas empresas para Pernambuco e para Suape, estamos investindo ainda mais no Complexo no intuito de torná-lo ainda mais competitivo na escolha dos investidores nacionais e internacionais.

Certamente, ante o exposto, podemos dizer que o espaço e/ou a paisagem¹⁸ do município mudou profundamente desde a época áurea da cana-de-açúcar até a atualidade e, apesar de ainda ser representativa a produção de cana, a cidade tem outra caracterização (isto fica explícito ao passarmos pela BR 101 Sul que dá acesso ao município onde podemos observar a sinalização de placas indicando a construção da adução do Sistema Pirapama e nas propagandas das obras do polo petroquímico e a publicidade tanto no meio televisivo, como na imprensa escrita).

¹⁷ Grifo nosso.

¹⁸ Paisagem é tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc. (p. 18). A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea (p. 20). **Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais**, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtiva (p. 19). SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

Para fins de compreensão das obras do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPs), ou melhor, da amplitude e do alcance espacial deste empreendimento que após a finalização de sua ampliação será o maior complexo do Norte-Nordeste do Brasil, descreveremos o que está sendo conceituado em termos de gestão e administração do Território Estratégico Ampliado de Suape.

♦ O Território¹⁹ Estratégico Ampliado de Suape constitui os seguintes municípios sendo os quatro primeiros na Região Metropolitana do Recife (RMR) e os outros quatro na Zona da Mata Sul pernambucana: Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Moreno, Escada, Serinhaém, Ribeirão e Rio Formoso.

Quadro 1. Descrição do Produto Interno Bruto (PIB) no Estado de Pernambuco

Pernambuco em números	
PIB de Pernambuco	R\$ 62,25 bilhões
PIB <i>per capita</i> de Pernambuco	R\$ 7.337
PIB do Território Ampliado de Suape	R\$ 14,62 bilhões
Participação do Território Ampliado de Suape no PIB de Pernambuco	23,49%

Fonte: adaptada Agência Condepe/Fidem – Governo de Pernambuco, ano de referência do PIB - 2007. (preços de mercado)

Se Pernambuco já está sendo chamado de locomotiva do Nordeste, Suape certamente é a locomotiva de Pernambuco. O Território Estratégico

♦ Dados coletados no Diário de Pernambuco. Um ABC diferente; caderno de economia de 22 de agosto de 2010.

¹⁹ O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (p. 213). ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

Ampliado de Suape concentra 23,49% do Produto Interno Bruto Estadual (PIB), número que deve subir para 25% em cinco anos.

Recife e Jaboatão dos Guararapes sempre despontaram para o setor terciário. Jaboatão é o principal parque logístico do Estado, lembrando também a forte presença da atividade sucroalcooleira da Mata Sul.

3.4.1 A construção de barragens e o sistema pirapama

A utilização da energia hidráulica no Brasil é quase tão antiga quanto a história da colonização do país pelos portugueses. Há fortes indícios de que na primeira metade do século XVI, o Engenho do Governador²⁰ usava essa fonte energética para produzir açúcar (REIS, 1999).

Com o crescimento da produção de açúcar, aumenta o número dos engenhos. Mas, somente os mais afortunados possuíam rodas d'água, pois o aproveitamento do potencial hidráulico exigia um elevado investimento. Os engenhos movidos a energia hidráulica, com uma roda d'água, de eixo horizontal, eram chamados engenhos reais (SILVA, *et alii*, 2010, p. 02).

Os autores colocam, ainda, que, essa elitização da energia hidráulica, aliada à concentração dos cursos d'água apenas em áreas com relevo favorável, criou uma barreira para a disseminação mais ampla dessa fonte energética nos engenhos produtores de açúcar, consequentemente o uso de animais para fornecer energia mecânica para o processo produtivo se tornou a prática mais comum nesses estabelecimentos.

Apesar da potencialidade, desde os séculos XVI e XVII, o uso da energia hidráulica como um empreendimento público de grande escala, e não mais de investimentos privados de alguns proprietários de engenhos, só ocorreu a partir da segunda metade do século XX.

²⁰ Nota do autor. A construção do Engenho do Governador ou de São Jorge foi iniciada em 1534 na Capitania de São Vicente. O local foi escolhido com cuidado, em um ponto praticamente no centro da ilha, de forma a estimular a ampliação da cultura da cana e a dinamização econômica dos colonizadores. Frei Gaspar informa que "para que os lavradores as pudessem moer, fabricou quase no meio da sobredita ilha um engenho d'água, com capela dedicada a São Jorge [...]" (Azevedo, 1953, p. 84). AZEVEDO, Gaspar Teixeira de (Frei Gaspar da Madre de Deus). *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. São Paulo, Martins, 1953.

O início da construção de grandes barragens²¹ no Brasil foi marcado pelas trágicas consequências da drástica seca iniciada em 1877, que se alastrou por todo o Nordeste do País. [...] (MELLO, 1982, p. 09-10).

No Estado de Minas Gerais, os primeiros aproveitamentos hidráulicos foram realizados durante os últimos anos do século XIX. Empresas de mineração e fábricas têxteis promoveram a iniciativa nesse período, construindo as *Unidades de Produção de Energia Hidrelétrica* (UHE) com vistas à autoprodução. A mineração Santa Maria, em Diamantina, construiu e explorou a primeira UHE no Brasil, a usina de Ribeirão do Inferno, inaugurada em 1883 (MIELNIK e NEVES, 1988, p.17).

A partir da década de 1950, observou-se um aumento contínuo no número e porte de barragens construídas, em sua maioria destinadas à geração de eletricidade. Bacias de grandes rios, tais como o São Francisco, Grande, Paraíba e Paraná são aproveitadas sistematicamente, iniciando-se recentemente o aproveitamento de rios na região Amazônica (MELLO, 1982, p. 05).

*A história dos atingidos por barragens no Brasil é marcada pela resistência na terra, luta pela natureza preservada e pela elaboração de um Projeto Popular para o Brasil que privilegie uma nova Política Energética justa, participativa, democrática e que atenda aos anseios das populações atingidas, de forma que estas tenham participação nas decisões sobre a de construção de barragens, seu destino e o do meio ambiente.

Na década de 1970, foi intensificado no Brasil o modelo de geração de energia a partir de grandes barragens. Usinas Hidrelétricas são construídas em todo o país. Projetos “faraônicos” são levados adiante, com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias que consomem muita energia chamadas de eletrointensivas e para a crescente economia nacional, que passava pelo chamado “milagre econômico”, durante a ditadura militar.

²¹ Barragem: Construção elevada no leito de um curso de água, dotada de uma série de comportas e outros mecanismos de controle, com o fim de assegurar a regulação do nível da água a montante, regular o caudal e/ou derivar caudais. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). **Glossário Internacional de Hidrologia**. UNESCO. s/d.

* Dados coletados no site do MAB nacional <http://www.mabnacional.org.br/menu/historia.html> Acesso em 21/02/2012.

Estas grandes obras desalojaram milhares de pessoas de suas terras, uma enorme massa de trabalhadores que perderam suas casas, terras e o seu trabalho. Muitos acabaram sem-terra, outros tantos foram morar nas periferias das grandes cidades. Desta realidade, surge a necessidade da organização e da luta dos atingidos por barragens no Brasil, como forma de resistir ao modelo imposto.

Três focos principais de resistência, organização e luta podem ser considerados como o berço do que viria a ser o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) anos mais tarde:

Na região Nordeste, no final dos anos 1970, a construção da UHE de Sobradinho no rio São Francisco deslocou mais de 70.000 pessoas, e mais tarde a UHE de Itaparica foi palco de muita luta e de mobilização popular.

Na região Sul, quase que simultaneamente, em 1978, ocorre o início da construção UHE de Itapu na bacia do rio Paraná, e é anunciada a construção das usinas de Machadinho e Ita, na bacia do rio Uruguai, que criou um grande processo de mobilizações e organização nesta região. E na região Norte, no mesmo período, o povo se organizou para garantir seus direitos em virtude da construção da UHE de Tucuruí.

Todas as obras ora citadas apresentam dois fatos marcantes: a existência ainda hoje, de organização popular, e, como aspecto negativo, a existência de problemas sociais e ambientais sem solução.

Nestas obras e nas demais regiões do Brasil, a luta das populações atingidas por barragens, que no início era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, logo evolui para o próprio questionamento da construção da barragem. Assim, os atingidos passam a perceber que, além da luta por direitos, deveriam lutar por um modelo energético mais justo. Para isso, seria necessária uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil.

Quando as disponibilidades de água já estão quase completamente comprometidas em diversas regiões do mundo, o Brasil permanece sendo um dos Países mais bem dotados de recursos hídricos ainda inexplorados (MELLO, 1982, p. 11).

Entre os Países em desenvolvimento, o Brasil se destaca como um dos que mais investiram em grandes projetos, principalmente na década de 1970. Certamente contribuíram para isto a participação ativa de grupos industriais e

financeiros transnacionais. A realização de grandes projetos foi um dos mecanismos no processo acima, que gerou também disponibilidades de recursos para financiamento de investimentos em Países não exportadores de petróleo, mas com forte potencialidade econômica e crescente capacidade industrial, como o Brasil (ROSA, 1988, p. 09).

Os estudos e ações desenvolvidas para os dois maiores reservatórios, Sobradinho²² ($34,2 \times 10^9 \text{ m}^3$) (ver figura abaixo) e Tucuruí ($34 \times 10^9 \text{ m}^3$), incluíram estudos do padrão de vida, comportamento social, trabalho, situação



Fig 6. **Barragem de Sobradinho**
Fonte: Comitê Brasileiro de Grandes Barragens, 1982.

econômica, atividades agrícolas, pesca, infraestrutura urbana e rural, sistemas locais e regionais de transporte, cultura, educação e saúde, desenvolvidos nos 4.214 km^2 do reservatório de Sobradinho, possibilitaram a efetivação de um projeto de restabelecimento de população que pode ser considerado um modelo de planejamento socioeconômico para esta finalidade. Os resultados obtidos confirmam a importância de serem evitadas mudanças abruptas nas condições de vida da população afetada pela inundação da área do reservatório ((MELLO, 1982, p. 15).

O autor menciona ainda que,

²² Localização: no rio São Francisco, 470 km acima da Usina HE de Paulo Afonso perto de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). Início das obras 1973, término 1979. Finalidade: geração, navegação, irrigação, regularização.

Estudos de meio ambiente, na fase do projeto básico de hidroelétricas, tiveram início nos primeiros anos da década de 1970, efetuados, na sua maioria, de maneira individual e muito resumida em relação aos que são feitos em outros Países. (...) Normalmente, nenhum registro foi conservado a respeito do início de operação das nossas barragens mais atingidas (MELLO, 1982, p. 14).

A literatura produzida a partir de Sobradinho tende a ressaltar como aspectos negativos da barragem a questão das indenizações dos bens da população e as novas condições de vida nos núcleos. Quanto às indenizações, ressalta-se frequentemente a ocorrência de inúmeras arbitrariedades (SIGAUD, 1988, p.115).

O Estado brasileiro, por meio da Eletrobrás e de suas concessionárias, promoveu, ao longo das duas últimas décadas, a inundação de vastas extensões do território nacional e o deslocamento compulsório de seus milhares de habitantes: foram alagados 23.847 km² e retiradas dos locais onde viviam e produziam mais de 200 mil pessoas, em sua maioria camponeses (SIGAUD, 1992, p. 18).

Os mais recentes destes empreendimentos no Estado de Pernambuco têm sido a construção de barragens para a contenção das cheias que ocorreram nos últimos dois anos, da barragem sobre o rio Pirapama e a implantação do Sistema Pirapama.

▼As barragens de Cupira e Lagoa dos Gatos (PE) começaram a ser construídas em setembro de 2011, as represas integram um sistema do qual fazem parte outras três barragens, cuja construção deve demandar um investimento total de R\$497 milhões, 50 por cento dos quais serão financiados pelo governo federal, o restante será bancado pelo Estado.

O sistema tem por objetivo funcionar como barreira de contenção para as constantes inundações na Zona da Mata Sul, onde 68 municípios foram atingidos em 2010, sendo que 11 deles ficaram em estado de calamidade pública e 30, em situação de emergência. Segundo o governo do estado, 400 mil pessoas da região vivem em situação de vulnerabilidade devido às

▼ Barragens em Pernambuco estão em construção, mas em ritmo lento. Letícia Lins. **O Globo** 05/01/2012. Disponível em: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/1/5/barragens-em-pernambuco-estao-em-construcao-mas-em-ritmo-lento>. Acesso em 15/02/2012.

constantes cheias do Rio Una. As duas últimas, em 2010 e 2011, causaram um prejuízo estimado pelo governo em R\$ 2 bilhões.

Enquanto as barragens de Pannels II e Gatos estão em construção, as três outras - Serro Azul, Igarapeba e Guabiraba permanecem em fase de licitação. A de Pannels II deve acumular 17 milhões de metros cúbicos de água, represando o rio Pannels, que atravessa o município de Cupira. A de Gatos é menor: terá capacidade para 6,3 milhões de metros cúbicos de água do rio dos Gatos, que corta a cidade de Lagoa dos Gatos.

As duas represas deverão custar R\$ 27 milhões, sem incluir vias de acesso, desapropriações e realocação de famílias, até o momento, 63 fazendas e sítios da região foram desapropriados.

A barragem de Pirapama (ver figura 7) foi construída sobre o rio Pirapama (“Peixe bravo” - no tupi-guarani), percorre 80 km até a confluência com Jaboaão. Nasce em Pombos, no Agreste, acerca de 400 metros de altitude, transpõe a RMR pelo Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Ipojuca e Jaboaão dos Guararapes; e a Mata por meio de Escada e Vitória de Santo Antão (ANDRADE & LINS, 1984).



Fig. 7. **Rio Pirapama**
Foto: Cicera Gomes, 2010

Estudos contratados em 1974 para o abastecimento do complexo industrial de SUAPE concentraram a atenção no boqueirão²³ de Matapagipe para represamento do rio Pirapama (AQUA-PLAN, 1987 *apud* COMPANHIA... 2001, p. 12).

²³ Boqueirão: grande boca; quebrada da serra; garganta nas serras por onde passam rios. **Dicionário da língua portuguesa**. João Pessoa: SOLIBRAL Sociedade Comercial de Livros Brasileira, s/d.

A construção da barragem sobre o rio Pirapama – finalizada em 2001 (ver figuras abaixo) - tem como finalidade principal, reforçar o abastecimento e, conseqüentemente aumento da oferta de água para a população das diversas localidades dos municípios da zona sul da Região Metropolitana do Recife (PLANO ..., 2001).



Fig. 8 e 9. Imagem aérea da barragem de Pirapama

Fonte: lagoaolhodagua.com.br, 2011

Um fator de preocupação expresso por Fernandez (2000) é a qualidade das águas. Descartes de efluentes industriais e esgotos sanitários sem tratamento têm comprometido o rio. A atividade industrial é um importante segmento produtivo da área com muitas indústrias ali estabelecidas.

A agroindústria canavieira, também, degradou o ambiente. Cerca de 90% da área é coberta por canavial que destruiu a cobertura de Mata Atlântica original, restando hoje poucas ilhas de vegetação. O intenso ritmo de devastação não poupou, como no resto do Brasil, as formações florestais ribeirinhas, denominadas genericamente de florestas ou matas ciliares,

causando sérios comprometimentos à proteção de mananciais e à qualidade da água em rios e reservatórios (GEOSISTEMAS,2000 *apud* COMPANHIA ..., 2001).

*O complexo do Sistema Produtor de Pirapama (ver figuras abaixo) é um dos projetos mais importante do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ao todo, sete municípios do Grande Recife serão beneficiados: Cabo de Santo Agostinho, Jaboatão dos Guararapes, Recife, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Olinda e Paulista.



Fig. 10. **Propaganda do Sistema Pirapama**
à margem da BR-101
Foto: Cicera Gomes, 2010.

De acordo com entrevista concedida ao *Diário de Pernambuco* em 30 de junho de 2010, por João Bosco de Almeida, secretário de recursos hídricos e presidente da COMPESA: “O governo trabalhou muito em busca de recursos. (...) ***Tirando a Transposição do Rio São Francisco, Pirapama é a maior obra hídrica do Brasil em execução***²⁴”.

* Esses dados foram coletados do *Diário de Pernambuco*. Especial Sistema Pirapama. De 30 de junho de 2010

²⁴ Grifo nosso



Fig. 11, 12, 13 e 14. Trechos da adutora do sistema Pirapama às margens da BR- 101
Fotos: Cicera Gomes, 2010.

O Sistema Pirapama é composto por: estação elevatória de água bruta, adutora de água bruta, estação de tratamento de água (ver figuras abaixo), adutora de água tratada, várias subadutoras e reservatórios (ver figura abaixo), construção de grandes anéis de distribuição, automação e instalações elétricas e desapropriação de áreas para implantação do projeto.



Fig. 15 e 16. Estação de tratamento de água Pirapama – BR – 101 Sul
Fotos: Cicera Gomes, 2010.



**Fig. 17. Reservatório do Sistema Produtor Pirapama
Cabo de Santo Agostinho**

Fonte: Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS)
Governo do Estado de Pernambuco, 2009.

3.4.2 Os impactos dos megaprojetos para as populações

Para Shiva e Mies (1993), barragens, minas, centrais de energia, bases militares – estes são os templos da nova religião denominada “desenvolvimento”, uma religião que fornece o fundamento racional ao Estado modernizador, às suas burocracias e tecnocracias. O que é sacrificado no altar desta religião é a vida da natureza e dos indivíduos [...]. Baseiam-se no desmantelamento da sociedade e da comunidade, no desenraizamento de pessoas e de culturas (p. 133-134).

Nos processos de remanejamento das populações, a etapa mais traumática consiste, justamente, na retirada das famílias e de bens, que podem ser transportados, das terras desapropriadas em função da obra planejada. O sentimento de perda se aguça, terrivelmente, diante das imagens de residências e demais edificações grosseiramente destruídas pelas máquinas encarregadas de limpar o terreno, de modo a evitar um retorno indesejado pelos executores do empreendimento. A suspensão dos plantios, a comercialização apressada dos produtos agrícolas porventura colhidos, a venda dos animais, o futuro marcado por incertezas, em um local bem mais árido do que as margens férteis do rio, são elementos que caracterizam as dificuldades das populações atingidas pela construção de barragens (ARAÚJO et alii, 2000, p. 127).

Segundo Martins (1993), os grandes projetos econômicos, tais como hidrelétricas, rodovias e planos de colonização, algumas vezes, têm como pressuposto “inconfessado” e “inconfessável”, “... o próprio aniquilamento das populações que passam a representar algum estorvo para a implantação dos grandes projetos governamentais”:

Não se trata de introduzir nada na vida dessas populações, mas de tirar-lhes o que têm de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material, social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade (...) aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grande impacto social e ambiental, mas que não têm por destinatárias as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações (MARTINS, 1993, p.62-63).

A remoção dessas populações é imprescindível, e muitas vezes vista apenas como uma questão técnica de simples ‘*remoção de algo*’ de um ‘*obstáculo*’ que está no ‘*meio do grande projeto voltado para o desenvolvimento*’, para a ocupação e transformação do espaço por meio do uso dos recursos naturais com a extração de minérios e a utilização da água, para a implantação dos empreendimentos:

grandes unidades produtivas, a maioria das quais para o desenvolvimento das atividades básicas, como arranque ou início de possíveis cadeias produtivas, para a produção de aço, cobre, alumínio, outras para extração de petróleo, gás e carvão, dedicados à sua exploração em bruto e/ou transformação e refinarias ou centrais termelétricas (...) grandes represas e obras de infraestrutura associadas ou não aos exemplos anteriores (...) complexos industriais portuários, e, em outra escala, usinas nucleares, geotérmicas, etc. (LAURELLI, 1988, p. 133).

Não falamos da introdução da banana no Caribe, ou do contingente de cavalos, bovinos e suínos trazidos para América por Colombo²⁵. “*Aqui não se*

²⁵ Cf. CROSBY, Alfred. **The Columbian Exchange**. Biological and cultural consequences of 1492. United States of America: Greenwood Press, 2003.

trata de 'introduzir' nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatárias as populações locais" (MARTINS, 1993, p.61-62).

A ocupação do espaço através dos projetos de grande escala tem sido apontada na literatura como resposta a uma "necessidade": a da criação de condições gerais para a produção ampliada; visa estimular principalmente o desenvolvimento das indústrias de bens duráveis, em grande medida associada ao capital externo, através da criação da infraestrutura necessária. São exemplo desta política cidades industriais planejadas, a construção de rodovias especiais e de grandes usinas para a geração de energia (hidroelétricas e nucleares) (SCHERER-WARREN, 2005, p. 80).

No contexto das grandes obras, as áreas beneficiadas constituem *territórios ocupados pelo Governo Federal que subordina as organizações locais, configurando uma estrutura de poder particular com escassa presença de mediações entre a população regional e o poder central* (LAURELLI, 1988, p.141)

Na perspectiva da maioria da população atingida por grandes obras, a proximidade da mudança e a hora do traslado assumem o sentido de situação extraordinária. É o momento de desocupação final da terra de trabalho e de transferência para localidades relativamente próximas, mas com características socioambientais bastante diversas das do lugar de origem (ARAÚJO *et alii*, 2000, p. 129).

A implantação de grandes obras não resgata elementos tradicionais da região, reproduzindo, ao contrário, modelos encontrados em várias partes do mundo; padrões homogêneos, alheios a cada região, em particular. Nela não é considerada a heterogeneidade social. Na realidade, há uma vulnerabilidade das populações atingidas, nos distintos momentos da história microrregional (projeto, construção e operação do empreendimento) (LAURELLI, 1988, p.149-150).

Acreditamos que, no cômputo dos bens indenizados, não há como incluir a dimensão das perdas afetivas, associadas às maneiras como as pessoas e as comunidades se relacionam com o meio ambiente, com uma paisagem

peculiar, onde a convivência com o rio determinou modos de vida e práticas culturais (ARAÚJO *et alii*, 2000, p. 127).

No próximo capítulo, conceituaremos as mobilizações decorrentes dos conflitos socioambientais ou conflitos distributivos, chamados de ecologia política, bem como o agravamento da chamada crise ambiental e, particularmente, da depreciação e escassez dos recursos hídricos.

Capítulo 4

NA TRILHA DA ECOLOGIA

POLÍTICA

Para a finalidade deste capítulo, abordaremos a temática da ecologia política ou os também chamados conflitos ecológicos distributivos, numa sociedade onde os impactos ambientais e sociais são praticamente desconsiderados ao se priorizar a produção e o crescimento econômico.

Na tentativa de minimizar a sua vulnerabilidade, decorrente dos impactos socioambientais gerados pelas grandes obras e empreendimentos, os quais não são absorvidos pelas políticas públicas, as classes subalternas, aqui especificamente o/a pequeno/a produtor/a rural, utilizam a organização social, os seus protestos e resistência em prol de obter condições mínimas de subsistência, e essas não podem ser denominadas diretamente como ecológicas.

Nesta tese, consideramos os aspectos do metabolismo socioambiental, ou melhor, as distorções da relação homem-natureza, caracterizadas pelo teor exploratório que o sistema capitalista mantém com os recursos naturais e a chamada crise ecológica como uma das determinações dessa relação e mais, especificamente, dentro desse contexto, a expropriação e a exploração do recurso natural água.

4.1 Discussão teórica da ecologia política

O conceito de ecologia política propõe uma ecologia crítica, cujo objeto de estudo central são as lutas sociais conectadas com os problemas ecológicos. Segundo os autores que trabalham esse conceito, “Enquanto a economia política (na tradição clássica) estuda os conflitos econômicos distributivos, um novo campo está surgindo, a ecologia política, que estuda os conflitos ecológicos distributivos”.

É fato que, ultimamente, os conflitos decorrentes de grandes obras, as quais subsidiam imensos empreendimentos industriais e comerciais, proporcionando a ampliação e crescimento do sistema capitalista em todo o mundo, estão se intensificando e cada um deles tem características específicas.

O primeiro contato com a moldura conceitual supracitada nos fez refletir sobre os aspectos não só sociais mais também políticos dos conflitos ambientais.

As leituras histórico-filosóficas sobre as atitudes do homem perante a natureza, de dominação e exploração do homem pelo homem, e as formas limitadas de resistência das classes subalternas, considerando nesse estudo o pequeno produtor rural, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento indígena e o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB no Brasil, foram as mediações entre o nosso objeto de estudo e a trilha para a ecologia política.

A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou simplesmente conflitos socioambientais. Ela se fortalece principalmente a partir dos anos 1980, pela crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais. A ecologia política amplia a crítica dos fundamentos filosóficos da economia neoclássica, ao avançar sobre a economia política de tradição marxista, incorporando questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder que caracterizam as sociedades modernas (PORTO & MARTÍNEZ-ALIER²⁶, 2007, p. 06).

As formas emergentes de intervenção na natureza, assim como as novas manifestações de seus impactos e riscos ecológicos, colocaram no senso comum e na retórica oficial noções antes reservadas aos meios científicos e acadêmicos; essa terminologia se inscreve nas novas estratégias conceituais que alimentam a ecologia política, onde se expressam visões conflitantes, conflitos de interesses contrapostos e estratégias diferenciadas no processo de reapropriação da natureza (LEFF, 2006, p. 148-9).

Para o autor:

²⁶ Para Martinez Alier, nas suas obras, Marx não teve a preocupação ou o interesse de estudar as questões referentes à natureza ou a ecologia. Para ele, falar que Marx, apesar de ter como objeto dos seus estudos o trabalho, também dava pistas e argumentos para as chamadas questões ecológicas e da natureza é uma falácia; ao contrário de vários outros autores, como Foster, Schmidt e Burkett; contudo, acreditamos que, apesar desta posição de Martinez quanto à ideia de Marx se preocupar com as questões ambientais em seus escritos, percebemos que o seu conceito de ecologia política tem um caráter, ou melhor, um recorte de classe. Assim como na teoria marxiana ou marxista o autor tem a questão da classe como central na sua conceituação, e isto, a nosso ver, nos permite discutir as questões ambientais ou da ecologia política utilizando os dois autores.

[...] A ecologia política se localiza nas fronteiras do ambiente que pode ser recodificado e internalizado no espaço paradigmático da economia, da valorização dos recursos naturais e dos serviços ambientais. A ecologia política se estabelece no campo do conflito pela reapropriação da natureza e da cultura (...). É ali que a diversidade cultural adquire direito de cidadania como uma política da diferença (...) (p.303-304).

Alguns estudiosos afirmam que há uma “ecologia da abundância” que caracteriza as sociedades industriais avançadas (ou pós-industriais) do Norte; e um “ecologismo dos pobres”, mais típico das sociedades do Sul, menos urbanizadas e industrializadas.

Em 1980 o economista estadunidense Lester Thurow assinalou que,

‘Se olharmos que indivíduos são os que apoiam o ambientalismo em qualquer país, é notável que sempre se trata de pessoas das classes médias-altas, os países pobres e os indivíduos pobres simplesmente não se interessavam pelo meio ambiente.’ Esse ponto de vista coincidia com o de outros autores, para quem o ambientalismo ou ecologismo é tipicamente um fenômeno social ‘pós-materialista’, de pessoas com estômagos cheios, uma inquietude de luxo e de tempo de ócio que surge somente quando as necessidades materiais básicas de comida, roupa e moradia já estão satisfeitas (apud GUHA, 1994, p.138).

As experiências em diversos países no final do século XX e início do século XXI nos fazem pensar que, ao contrário do que diziam esses autores, as classes subalternas podem realmente ser vistas como ecologistas, principalmente porque (1) elas quase sempre dependem direta, e às vezes exclusivamente, dos recursos *in natura* e (2) elas são mais vulneráveis aos extremos ambientais como situações de escassez ou desastres naturais. E a luta pela sua sobrevivência, quase sempre, está intrinsecamente ligada ao uso adequado e baseado na justiça e no direito ao acesso dos recursos naturais.

Guha ao falar, que diante da injustiça as comunidades locais na Índia não tem outra opção a não ser a ação direta, resistindo-se contra o Estado e contra os exploradores de fora mediante uma grande variedade de técnicas de protestos, argumenta:

Poderíamos considerar essas lutas como expressões de um novo tipo de conflitos de classe. Enquanto os conflitos de classes ‘tradicionais’ ocorriam nos campos ou nas fábricas, essas lutas tem por objeto os dons da natureza (como os bosques e a água), que todos querem, mas que são cada vez mais monopolizados por alguns [...]. Enquanto os conflitos de classes ‘tradicionais’ têm por objeto a distribuição econômica (por exemplo, os salários), essas lutas são sobre a ‘distribuição ecológica’, quer dizer, sobre as assimetrias e desigualdades sociais, espaciais, temporais no uso dos recursos e serviços ambientais. (...). O ecologismo dos pobres também luta pela propriedade, não só para impedir a privatização da propriedade comunal ou dos produtos da propriedade comunal (o que não é um fenômeno social novo) (GUHA, 1994, p.139).

O autor, ao falar dos múltiplos conflitos: os ricos contra os pobres, o urbano contra o rural, o uso da natureza para ganhar dinheiro contra seu uso para a subsistência, o Estado contra o povo, diz que estes expressam o mesmo em uma terminologia ecológica, tais conflitos opõem a “gente do ecossistema” – isto é, as comunidades que dependem quase exclusivamente dos recursos naturais de sua localidade – aos “omnívoros”, quer dizer, indivíduos e grupos que dispõem do poder social para captar, transformar e usar os recursos naturais de grandes áreas, e em alguns casos em todas as partes do mundo (p.145).

Swyngedouw, E; Kaïka, M & Castro, E. no texto intitulado *Urban water: a political-ecology perspective*, colocam que, embora haja uma diversidade ao se falar de ecologia política, há algumas características comuns entre as várias formas que tratam da temática, quais sejam:

1. *As mudanças ambientais e sociais são co-determinantes. Os processos socioambientais acarretam transformações em ambos os meios social e físico e produz alterações sociais e físicas com novas e distintas qualidades.*
2. *Nada é a ‘priori’ ou anti-natural na produção dos ambientes como as cidades, represamento de rios, ou a irrigação de campos. Ambientes produzidos são resultados historicamente específicos dos processos socioambientais.*
3. *O tipo e o caráter físico e ambiental da mudança, e o resultado das condições ambientais não são independentes das condições específicas históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas, bem como das instituições que a acompanham.*
4. *Todos os processos sócio-espaciais são também invariavelmente baseados na transformação ou metabolismo dos componentes físico, químico ou biológico.*
5. *Esses metabolismos produzem uma série de condições de capacidades ou incapacidades sociais e ambientais. Certamente, estes ambientes produzidos personificam frequentemente tendências contraditórias. Enquanto ambientalmente*

(nos aspectos social e físico) talvez as qualidades realçadas em alguns lugares e para alguns povos, conduzam frequentemente a circunstâncias de deterioração das qualidades sociais e físicas em outras partes (Peet and Watts, 1993; Keil and Graham, 1998; Laituri and Kirby, 1994).

Joan Martínez Alier, em seu livro intitulado *O ecologismo dos pobres* (2007), destaca três correntes do ecologismo. Aqui fica evidente o recorte de classe que Alier dá ao tratar dos conflitos distributivos e da luta por justiça ambiental, quais sejam:

“O culto ao silvestre” – surge do amor às belas paisagens e de valores profundos, jamais para os interesses materiais. Eventualmente, essa corrente ambientalista apela para a religião (p. 22).

Pode apelar para o panteísmo²⁷ ou para as religiões orientais, menos antropocêntricas do que o cristianismo ou o judaísmo. Pode ainda escolher eventos bíblicos apropriados, como a Arca de Noé, um caso notável de conservação *ex situ*²⁸. Seria igualmente possível constatar na tradição cristã o caso excepcional de São Francisco de Assis, que se preocupou com os pobres e os animais (Boff, 1988). Entretanto, mais razoável seria, nas Américas do Norte e do Sul, procurar respaldo numa realidade bem mais próxima: a do valor sagrado da natureza nas crenças indígenas que sobreviveram à conquista europeia. [...] Durante os últimos trinta anos, o “culto ao sagrado” tem sido representado no ativismo ocidental pelo movimento da “ecologia profunda” (Devall e Sessions, 1985), que propugna uma atitude biocêntrica ante a natureza, contrastando com a postura antropocêntrica superficial. A principal proposta política dessa corrente do ambientalismo consiste em manter reservas naturais, denominadas parques nacionais ou naturais, ou algo semelhante, livres da interferência humana (p. 23-24).

²⁷ Panteísmo (gr. pan, “todo” y theos, “dios”). Doutrina segundo a qual tudo quanto existe é Deus e Deus é imanente ao mundo, “*el todo en todo*”. Assim, o panteísmo nega a personalidade divina. Spinoza foi panteísta, assim como Bruno, Vanini e muitos outros pensadores do Oriente e Ocidente. PIKE, Royston E. **Diccionario de religiones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Adaptação de Elsa Cecilia Frost.

²⁸ A conservação *ex situ* é conhecida como a conservação de fauna ou flora fora do seu *habitat* natural. DIEGUES, Savana; PAGANI, Maria Inês. **O papel dos zoológicos paulistas na conservação *ex situ* da diversidade biológica**. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG, 2007.

Essa corrente nos remete tanto ao romantismo, que durante um certo tempo predominou no pensamento Ocidental em relação à natureza quanto, a uma visão não judaico-cristã na relação do homem com a natureza, onde os outros seres vivos, que não os humanos, não são tidos como inferiores ou sendo feitos para serem dominados pelos homens, mas, até mesmo, como os próprios criadores das coisas sagradas.

“O evangelho da ecoeficiência” – sua atenção está direcionada para os impactos ambientais ou riscos à saúde decorrentes das atividades industriais, da urbanização e também da agricultura moderna. Essa segunda corrente do movimento ecologista se preocupa com a economia na sua totalidade. Muitas vezes defende o crescimento econômico, ainda que não a qualquer custo. Acredita no “desenvolvimento sustentável”, na “modernização ecológica” e na “boa utilização” dos recursos. Preocupa-se com os impactos da produção de bens e com o manejo sustentável dos recursos naturais, e não tanto pela perda dos atrativos da natureza ou dos seus valores intrínsecos. [...] Esse credo é atualmente um movimento de engenheiros e economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção do sagrado (p. 26-27).

A modernização ecológica caminha sobre duas pernas: uma econômica, com ecoimpostos e mercado de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas (p. 28).

Assim, a ecologia se converte em uma ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização (Visvanathan, 1997, p. 37). [...] Efetivamente, a “ecoeficiência” tem sido descrita como “o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável”. Mas além dos seus múltiplos usos para a “limpeza verde”, a ecoeficiência conduz a um programa extremamente valioso de investigação, de relevância mundial, sobre o consumo de matérias-primas e energia na economia e sobre as possibilidades de desvincular o crescimento econômico da sua base material (p. 28);

Muitas vezes imbuídos do sentimento e hasteando a bandeira do ‘desenvolvimento sustentável’, da ‘responsabilidade socioambiental’, as empresas apelam para o chamado ‘consumo consciente’, onde o maior propósito é vender, aumentar os lucros e criar uma imagem límpida diante da

expansão das vendas e dos novos consumidores que aderirem ao seu 'ideal ecológico'.

O ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental. Esse também tem sido denominado ecologismo da *livelihood* (em inglês, subsistência ou ganha-pão), do sustento, da sobrevivência humana (GARI, 2000) e, inclusive, como ecologia da libertação (PEET e WATTS, 1996) (p. 33).

Alguns grupos ameaçados apelam para os direitos territoriais indígenas e igualmente para a sacralidade da natureza para defender e assegurar o seu sustento. [...] Apesar disso, o eixo principal desta terceira corrente não é uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência; não em razão de uma preocupação relacionada com os direitos das demais espécies e das futuras gerações de humanos, mas, sim, pelos humanos pobres de hoje. Essa corrente não compartilha os mesmos fundamentos éticos (nem estéticos) do culto ao silvestre. Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos (p. 34).

Consideramos que entre este 'ecologismo popular' encontram-se as lutas e protestos pela justiça ambiental das chamadas comunidades tradicionais (comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombolas etc.) e/ou os chamados povos originários em vários Países da América Latina, os quais têm uma relação muito estreita com a biodiversidade dos seus "*habitats*", já que os seus modos de vida e trabalho e cotidiano estão intrinsecamente ligados ao uso sustentável dos recursos naturais. O saber ambiental destas pessoas, quase sempre transmitido de forma oral de geração em geração, constitui-se de uma multiplicidade de práticas culturais e sociais.

Este quê de proximidade, intimidade e saber não é construído de forma linear e homogênea, mas sim de maneira complexa, em que os elementos do natural, e muitas vezes do sobrenatural (caracterizados na cultura nordestina com as lendas, os contos e "*causos*"), a religiosidade e as relações sociais dialogam. A formação ou a identidade desta espacialidade das populações tradicionais não se dá apenas com o local de onde eles retiram os insumos

necessários para sua existência, e sim é carregada de um valor de uso e também simbólico com características essencialmente específicas.

Joan Martínez Alier destaca, ainda, que uma coisa une todos os ambientalistas: é a existência de um poderoso *lobby* antiecológico, possivelmente mais forte no Sul do que no Norte. No Sul, os ambientalistas são em muitas ocasiões atacados pelos empresários e pelo governo (e pelos remanescentes da velha esquerda), considerados serviços de estrangeiros cujo objetivo é estancar o desenvolvimento econômico. Na Índia, os ativistas antinucleares são considerados contrários à pátria e ao desenvolvimento. Na Argentina, os escassos ativistas antitransgênicos também são tidos como traidores pelos exportadores agrícolas (2007, p. 39).

Podemos dizer que esses *ecologismos* são algumas das determinações decorrentes dos processos de desenvolvimento marcados pelas desigualdades econômicas e sociais e pela degradação ambiental. E desenvolvimento pautado na racionalidade de uma economia utilitarista e excludente, ao tratar dos interesses de uma determinada classe em detrimento de outra e sem considerar os limites e ciclos dos recursos naturais, é um dos elementos que desencadeia uma “falha” no chamado metabolismo socioambiental, conceito com o qual trabalharemos no próximo item.

4.2 Trabalhando o conceito de metabolismo socioambiental

É por meio do trabalho, quando se modificam a composição e a forma dos recursos naturais, bem como os seus ciclos originários, que o homem interage e se relaciona de forma mais direta com a natureza. Foi com base nessa interação e relação que se desenvolveu o conceito de metabolismo socioambiental.

Algumas colocações de Jacob Moleschott, no livro *Der Kreislauf des Lebens* (O ciclo da vida), se referem ao seu conceito de intercâmbio orgânico; delas se pode deduzir com um certo grau de segurança que foram utilizadas por Marx, supostamente não em seu sentido literal:

O que o homem elimina, nutre a planta. A planta transforma o ar em elementos sólidos e nutre o animal. Os carnívoros vivem dos herbívoros, que por sua vez são presas da morte e difundem uma nova vida que germina no mundo vegetal. A esta mudança da matéria se tem denominado intercâmbio orgânico (p.40).

O movimento das matérias-primas, a vinculação e separação, a assimilação e desassimilação, constituem a essência de toda atividade sobre a terra (p. 42).

Não vacilo em afirmar que o eixo em torno do qual gira a sabedoria cósmica atual é a doutrina do intercâmbio orgânico (p.394) (*apud* SCHMIDT, 1977, p. 95).

Concordamos com o autor ao pensar que Marx teve a influência deste conceito de intercâmbio baseado nas leis naturais da composição da vida na terra, na elaboração do seu conceito de intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza trabalhado em algumas de suas obras e bem definido em *o Capital*, como veremos em seguida.

Para Marx, a produção humana é parte do metabolismo material entre as pessoas e a natureza, envolvendo a parte operacional do trabalho humano em e por meio de relações sociais específicas e sob determinadas condições naturais. Portanto, dizer que o trabalho e a força de trabalho são de ordem social e natural das forças produtivas, de modo algum implica a existência de dois reinos autônomos ou aspectos separados da produção humana, uma social e outra mais natural ou material. O trabalho só pode operar como uma força - a força produtiva social, satisfação das necessidades humanas desenvolvidas na e pela sociedade, na medida em que é uma força natural materialmente capaz de se apropriar, transformando e, finalmente, conservando os valores de uso reais e potenciais presentes na natureza (BURKETT, 1999, p. 53).

Marx parte da natureza como “a primeira fonte de todos os meios e objetos de trabalho”, quer dizer, a vê de entrada em relação com a atividade humana. Todos os demais enunciados sobre a natureza, sejam de caráter especulativo, gnosiológico²⁹ ou referente às ciências naturais, pressupõem já

²⁹ Gnosiologia: a palavra é formada do grego *gnosis* (conhecimento) e *logos* (doutrina, teoria), significa a doutrina que se debruça sobre o conhecimento, a teoria do conhecimento. Este estudo abarca vários domínios ou perspectivas pelas quais se pode abordar o conhecimento: a lógica, a estética, a ética, a psicologia, a metafísica. (...) A gnosiologia estuda, portanto, o sujeito e o objeto implicados no ato do conhecimento humano, debruçando-se essencialmente sobre o primeiro e sobre a relação que se

sempre a totalidade dos modos tecnológico-econômicos de apropriação dos homens, quer dizer, da práxis social (SCHMIDT, 1977, p. 11).

A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata³⁰, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. Se o objeto do trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho (MARX, 2008, p. 212).

Antes de tudo, vale ressaltar que o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio³¹ (metabolismo) material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos - a fim de se apropriar dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo em que modifica sua natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2008, p. 211).

De acordo com Alfred Schmidt em, *El concepto de naturaleza em Marx*, o intercâmbio orgânico:

estabelece entre os dois; tenta definir o tipo de relação e o modo como o conhecimento se processa no interior do sujeito. **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2011. Acesso em: 13/06/2011 Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$gnosiologia](http://www.infopedia.pt/$gnosiologia)

³⁰ Nota do autor. “Os produtos espontâneos da terra existentes em pequena quantidade, sem depender em nada do ser humano, parece serem fornecidos pela natureza do mesmo modo que se dá a um jovem uma pequena soma para pô-lo no caminho da diligência e do enriquecimento” (James Stewart, *principles of polit. Econ.*; ed. Dublin, 1770, vol. 1, p. 116).

³¹ Esta tradução em português utiliza o termo intercâmbio e outras utilizam o termo “interação” os quais de acordo com Guillermo Foladori são utilizados incorretamente em lugar de metabolismo.

Tem como conteúdo o fato de que a natureza se humaniza e o homem se naturaliza. Sua forma está historicamente determinada em cada caso. A força de trabalho, “aquela substância natural transformada em organismo humano”³², se exerce sobre substâncias naturais exteriores ao homem. (...) O fato das coisas se transformarem qualitativamente para satisfação das necessidades humanas, é o que precisamente Marx quer expressar com o termo “movimento (do homem) sobre a natureza”. O movimento, categoria essencial do pensamento dialético, se diferencia, para o materialismo dialético, do movimento mecânico, “não é mera mudança de lugar, senão também, no domínio supra-mecânico, mudança de qualidade”. As substâncias naturais apropriadas se diferenciam qualitativamente das que ainda não foram submetidas à atividade humana. (...) A natureza é e segue sendo aquilo “com o qual e dentro do qual (o trabalhador) pode somente incorporar seu trabalho”³³ (1977, p. 86).

Terezinha Ferrari, ao falar que o permanente intercâmbio orgânico dos homens com a natureza é o processo de trabalho humano, diz:

Mas o processo de trabalho humano produz mais do que bens materiais: no intercâmbio orgânico com a natureza, o próprio humano é produzido e reproduzido, de tal modo que a partir deste intercâmbio, o ser humano se diferencia do ser natural, sem deixar de pertencer à natureza, mas sem, no entanto submeter-se absolutamente às imperiosidades das leis naturais (2005, p.104).

Em sua obra *Manuscritos econômico-filosóficos*, no terceiro manuscrito, Marx afirma que:

A essência humana da natureza não existe senão para o homem social³⁴, pois apenas assim existe para ele como vínculo com o homem, como modo de existência sua para o outro e modo de existência do outro para ele, como elemento vital da efetividade

³² Das Kapital, t. I, p.223, nota al pie 27.

³³ Das Kapital, t. I, p.200.

³⁴ O que distingue o ser social da natureza não é o fato de ter como exigência primeira a reprodução da sua própria forma de vida. Muito pelo contrário, isto é, o que aproxima a reprodução social da reprodução natural, num plano de elevada abstração. O que as distingue radicalmente é a forma do desdobramento concreto do processo reprodutivo nas duas esferas. A determinação do ser-precisamente-assim da reprodução biológica, dada por seu momento predominante, isto é, pelas categorias biológicas; a mesma determinação, no mundo dos homens, dada pela categoria trabalho. LESSA, Sérgio. trabalho, objetivação, alienação. In: **Trans/forma/ção**. Marília, São Paulo: Unesp, 1992. V. 15. P. 42.

humana; só assim existe como fundamento de seu próprio modo de existência humano. (...) A sociedade é, pois, a plena unidade essencial do homem com a natureza, a verdadeira ressurreição da natureza, o naturalismo acabado do homem e o humanismo acabado da natureza (1978, p. 09).

A indústria é a relação histórica efetiva da natureza, e por isso da ciência natural, com o homem (MARX, 1978, p. 09).

Burkett, ao falar que na definição de Marx o capital se apropria livremente das condições de produção sempre que tais condições contribuem para a produção capitalista de valores de uso, sem acrescentar ao valor total das mercadorias produzidas - dado que a substância do valor é o tempo de trabalho socialmente necessário [...] – diz que o valor de uso a que Marx se reporta não é valor de uso em geral, mas sim o valor de uso como uma condição de valor e de acumulação de capital, ele assim expressa:

"Na classe" de condições livremente apropriadas de produção capitalista, encontra-se "todos os meios de produção fornecidos pela natureza, sem assistência humana, tais como terra, vento, água, metais '*in situ*', e de madeira em florestas virgens" (1967a, I, 204):

"Elementos naturais que entram como agentes na produção, e que não custam nada, não importa o papel que desempenham na produção, não entram como componentes do capital, mas como um dom gratuito da natureza ao capital, ou seja, como um dom gratuito de produtividade da Natureza poder de trabalho, que, no entanto, aparece como a produtividade do capital, como todos os outros, produtividade sob o modo de produção capitalista. (1967a, III, 745)".

Quando Marx especifica, condições naturais livremente apropriadas como aquelas "que não custam nada", este é para ser tomado em termos de valor e de capital como um todo, não necessariamente em termos da quantidade de dinheiro pago pelas empresas ou os consumidores para os valores de uso associados a essas condições (1999, p. 70-71).

As categorias básicas da crítica marxista da Economia Política com respeito à relação da sociedade com a natureza estão orientadas para a compreensão do metabolismo, isto é, das transformações da matéria e da energia, o papel crucial das necessidades humanas, o caráter dual do trabalho e da produção, a dinâmica das crises econômicas e sociais, a valorização do

capital, a acumulação e expansão (globalização), a entropia³⁵ e a irreversibilidade (ALTVATER, 2006, p. 329).

A natureza é uma categoria social. Isto é, tudo o que é considerado natural em qualquer estágio do desenvolvimento social, qualquer que seja, a relação dessa natureza com o homem e qualquer que seja a forma que o envolvimento deste com ela venha a assumir, isto é, a forma da natureza, seu conteúdo, seu alcance e sua objetividade são sempre socialmente condicionados (LUKÁCS *apud* BOTOMORE, 2001, p. 277).

Mészáros, em sua obra de referência *Para além do capital* ao colocar que nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada “única questão”, enfatiza que, para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaletentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com seus antecedentes históricos.

O autor, ao se referir à atuação dos partidos verdes de tendência reformista, que apelavam aos indivíduos preocupados com a questão ambiental, argumenta:

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 94 - 95).

Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de *desafiar o sistema capitalista como tal*, pois em nossa época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e

³⁵ Quantidade relativa da energia dissipada de modo natural e inevitável em um sistema físico-químico, conforme a segunda lei da termodinâmica. Enquanto esta energia perdida vai aumentando, o sistema vai se aproximando cada vez mais de seu estado de equilíbrio. Deste modo, a entropia pode ser considerada como uma medida de degeneração termodinâmica (IBGE, **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. 2004).

contradições que se acumulam, o sistema de capital global é *obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

A despeito de em todas as formas de organização econômico-social pré-capitalista ter existido uma união – ainda que relativa e variável – entre o trabalhador e seus meios de vida, ou seja, o trabalhador e sua natureza externa, a organização capitalista separa de forma absoluta o trabalhador de seus meios de vida. O trabalhador assalariado cumpre com todos os requisitos de ruptura do metabolismo com a natureza: está separado da terra como condição natural de produção; (...). É livre, mas essa liberdade deve ser entendida como isolamento, alienação³⁶ com respeito à natureza externa; é livre por que foram esgarçados os laços do metabolismo com o meio ambiente. É livre no sentido de isolado (FOLADORI, 2001, p. 108).

Com efeito, os obstáculos a serem superados são na verdade *comuns* ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital – e aos movimentos de “questão única”. O fracasso histórico da socialdemocracia destacou claramente o fato de que, sob o domínio do capital, somente é possível legitimar as demandas integradas. O ambientalismo, por sua natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), é *não integrável*. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer no futuro previsível (MÉSZÁROS, 2002, p. 95).

³⁶ Alienação no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados [1] aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou [2] à natureza na qual vivem, e/ou [3] a outros seres humanos, e – além de, e através de, [1], [2] e [3] – também [4] a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concedida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas a sua própria essência e estrutura básica. Por outro lado, a “auto-alienação” ou alienação de si mesmo não é apenas um conceito (descritivo), mas também um apelo em favor de uma modificação revolucionária do mundo (desalienação) BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. OP. cit., p. 05.

O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos naturais numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade, liberando emissões tóxicas no ar, nas águas e nos solos, e portanto também na biosfera. (...). O meio ambiente não constitui fator restritivo enquanto a sua solicitação em relação à capacidade de absorção dos ecossistemas globais é pequena. Mas uma sociedade industrial capitalista é expansiva no tempo e no espaço; ela se amplia, e aceleradamente. (...) Poderá até mesmo ocorrer que, com crescimento zero, o ônus ambiental seja maior do que com crescimento positivo, devido à obrigação de poupar custos no sistema econômico. Portanto, o problema não reside na dimensão dos coeficientes de crescimento econômico, mas no modo de regulação do “metabolismo”, da troca material entre natureza, indivíduo e sociedade (ALTVATER, 1995, p. 30).

Ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si (MÉSZÁROS, 2002, p. 96).

Assim, os homens utilizam as reservas naturais (no âmbito do sistema econômico em expansão) progressivamente, como fonte e depósito para os produtos indesejados. Como os ecossistemas globais são limitados, outras espécies de natureza viva são reprimidas e por fim eliminadas. A sociedade industrial reduz a multiplicidade natural. Não é somente na disputa concorrencial num plano do sistema econômico que ela apresenta tendências monopolistas. Concorrentes são eliminados (de maneira simples e comovente) na medida em que lhes são retiradas as bases vitais: concorrentes que não conseguem se defender, povos indígenas, espécies de animais e vegetais. (...) Deste modo, o curso da evolução é influenciado por uma espécie, precisamente o ‘homo sapiens’, em uma velocidade jamais ocorrida antes na história da vida na terra. (ALTVATER, 1995, p. 30).

Entre estes chamados concorrentes que são eliminados (de maneira simples e comovente) na medida em que lhes são retiradas as bases vitais: concorrentes que não conseguem se defender, de que fala o autor podemos considerar os/as pequenos/as produtores/as rurais do município do Cabo de Santo Agostinho negligenciados no decurso da construção da barragem de Pirapama. E uma das formas utilizadas na tentativa de se defender e manter a sua sobrevivência é a sua organização por meio da institucionalização de

organizações, como é o caso da Associação Vanguarda Ecológica (ver capítulo 6).

4.3 A chamada crise ecológica

É em razão desta “falha metabólica” que vivemos hoje, mais do que em qualquer outro momento na história da humanidade, uma crise ecológica. A rapidez com que são extraídos os recursos naturais para beneficiar a sociedade que está baseada no consumo e nos lucros desenfreados não permite à Natureza sua recuperação, bem como o desequilíbrio que acarreta um maior número na ocorrência de fenômenos naturais, como furacões, enchentes, maremotos, terremotos, aumento acelerado das temperaturas etc.; daí questões e termos como justiça ambiental, justiça climática e refugiados do clima permeiam o nosso cotidiano, ainda que não sejam devidamente analisadas e investigadas.

Dado que as crises ecológicas envolvem excessos de produção humana e apropriação da natureza em relação a limites naturais, em razão do papel fundamental da produção e uso do excedente na determinação do nível em mudança e as formas de produção humana, a utilidade potencial da abordagem analítica materialista e de classe de Marx para essas crises ecológicas é imediatamente evidente (BURKETT, 1999, p. 18).

O autor acentua, ainda, que a concepção da totalidade da natureza, da sociedade, de relações, como uma unidade contraditória de elementos materiais e sociais, objetivas e subjetivas, exploradoras e exploradas, é o que permite a Marx descobrir as fontes de tensão e de crise na produção humana. Esta concepção também permite estabelecer como o desenvolvimento do capital, de trabalho e natureza faz uma transição para as relações de não exploração de produção cada vez mais imperativo, tanto social quanto ecologicamente (p. 21).

O pilar teórico incontornável para uma análise que parta de uma perspectiva marxista refere-se à compreensão de que a origem última dos problemas ecológicos concerne ao fato de que, no âmbito do

capitalismo, o trabalho humano interage com a “natureza”, não como trabalho concreto produtor de valores de uso, mas como trabalho abstrato produtor de valores de troca, num movimento infinito de valorização do capital. Quando a necessidade disso é demonstrada (ou percebida de modo empírico como era, outrora, por algumas comunidades camponesas) o trabalho produtor de valores de uso pode, ao menos potencialmente, estabelecer com a “natureza” uma relação de “gestão prudente”, fundada no reconhecimento da qualidade limitada de recursos dados e no respeito às exigências de reprodução das espécies vivas, terrestres e aquáticas (CHESNAIS, 2007, p. 21).

Hoje em dia, por trás de palavras como “ecologia” e “meio ambiente”, ou ainda nas expressões “questões ecológicas” e “questões ambientais”, encontra-se nada menos do que a perenidade das condições de reprodução de certas classes, de alguns povos e, até mesmo, de determinados países. [...]. O tempo de gestação muito *longo* dos plenos efeitos de mecanismos presentes no capitalismo desde suas origens foi e continua sendo, mais do que nunca, um fator de inércia nos países capitalistas avançados. Os grupos industriais e os governos dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) tiram amplamente partido desse fato, para difundir a ideia de que a degradação das condições físicas da vida social faria parte dos males “naturais” a que alguns povos seriam chamados a submeter-se. Para esses, seria uma “infelicidade” suplementar. Na apresentação dominante, as degradações ambientais planetárias exigiriam, pois, dos países avançados que adotassem, quando muito, mudanças *marginais* em suas escolhas tecnológicas e em seu modo de vida cotidiano (CHESNAIS & SERFATI, 2003, p. 39-40).

Victor Wallis, ao falar, sobre a inovação tecnológica como uma invenção que tem um valor de uso puramente negativo, com nenhum outro propósito que o de multiplicar as vendas, expressa:

A tecnologia “exterminadora” é um caso extremo de desprezo do capital pelos processos naturais. A expressão mais rotineira deste desprezo está na compulsão do capital para crescer, acumular e lucrar. Muito tem sido feito, nos anos recentes, com a suposta capacidade do capital em responder à crise ecológica através do **redirecionamento do seu poder em um sentido “verde”**. Entretanto, este é um caso claro (comparável à acomodação inicial do capital com os sindicatos), em que **se faz da necessidade uma**

virtude. Quaisquer que sejam as medidas ecologicamente progressistas eventualmente tomadas por empresas específicas, o quadro maior permanece inalterado. (...) O ostensivo ambientalismo das empresas não é mais que uma postura de relações públicas³⁷. Acima de tudo, não somente as empresas, mas também os governos mesmos permanecem plenamente atados a uma estratégia global de crescimento (2001, p. 136-137).

O capitalismo conviveu, especialmente no século XX, com a ideia de que a dominação da natureza pela ciência e pela técnica permitiria que o Planeta, entendido como conjunto de recursos e como biosfera que ordena a reprodução das sociedades humanas, pudesse suportar indefinidamente a intensidade da exploração à qual é submetido. A fase do capitalismo na qual entramos verá irromper, no campo da reprodução do capital, as consequências da relação específica que a produção capitalista estabeleceu com os recursos naturais do Planeta e com a biosfera (CHESNAIS, 2007, p. 15-16).

As palavras “ecologia” e “meio ambiente” mantêm um grau elevado de neutralidade frente essa realidade. Elas tornaram-se impróprias e perigosamente inadequadas, de forma que seria necessário substituí-las por outras mais apropriadas. Isso só poderá ser feito no quadro de uma crítica renovada do capitalismo que *vincularia*, de forma indissociável, a *exploração dos dominados* pelos possuidores de riqueza e a *destruição da natureza e da biosfera* (CHESNAIS & SERFATI, 2003, p. 40).

O alarme soa no sistema apenas quando determinados valores limítrofes são atingidos. O meio ambiente constituirá um bem disponível e desprovido de importância para o sistema enquanto sistemas fechados puderem obter acesso às reservas de outras regiões além de suas fronteiras, e outras sociedades possivelmente irão reagir de maneira sistematicamente específica a problemas ambientais: por exemplo, mediante a ecomigração. Nas sociedades não diretamente atingidas, porém, a ecomigração não é tematizada como problema ambiental produzido por elas, mas debatido como problema de asilo e, portanto, categorizado e elaborado de modo equivocado (ALTVATER, 1995, p. 33-34).

³⁷ Ver mais sobre a responsabilidade empresarial no livro de Mônica Jesus César. “**Empresa cidadã**”: uma estratégia de Hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

Há uma desterritorialização em virtude da aquisição de recursos naturais e da migração decorrente da escassez de recursos necessários à satisfação das necessidades básicas vitais (entenda-se aqui necessidades básicas como o acesso à água e à alimentação); quando de fato:

As crises ecológicas são geradas pelo padrão evolutivo das discórdias espacial e temporal entre a diferenciação social e a expansão da produção humana, de um lado, e as variações qualitativa, limites quantitativos, e capacidades de absorção presentes na natureza do outro. Mesmo nesse nível geral, é claro que as relações sociais de produção humana, através da sua modelação das formas e níveis de apropriação humana da natureza, são um determinante primordial do grau e do padrão de "incompatibilidades" humano-ecológica (BURKETT, 1999, p. 21).

Mascara-se a realidade vendo em outros fenômenos a causa de determinado efeito. Negando a existência de um problema ecológico em primeiro lugar, escamoteia-se a essência deste, ou seja, que os problemas ecológicos decorrem da forma como a sociedade capitalista encara ou utiliza os recursos naturais, apenas como objetos, que podem ser transformados em mercadoria, que podem gerar lucro. Em segundo, e como decorrência disto, o homem se percebe cada vez menos como parte integrante desta natureza, pois se distancia, se percebe como superior, pela sua capacidade de manipulação e dominação, destituindo-se assim da sua real existência como ser integrante desta natureza.

Os dois mecanismos complementares da predação capitalista, dos quais é possível analisar o jogo e os efeitos, remontam à primeira fase do capitalismo. Um deles tem por fundamento a propriedade privada da terra e dos recursos do subsolo, permitindo a apropriação das rendas. O outro repousa sobre uma das afirmações fundadoras da Economia Política (denominada, hoje em dia, de "Ciência Econômica"), a de que os elementos do mundo natural, outros que a terra e o subsolo, inicialmente abundantes em demasia para serem facilmente submetidos, como hoje, a um mecanismo de apropriação ou de exploração privado – a água e o ar e, por extensão, a biosfera – seriam inesgotáveis e, portanto, gratuitos (CHESNAIS & SERFATI, 2003, p. 40-41).

Para os autores,

os fundamentos sociais do capitalismo fornecem igualmente a chave dos mecanismos bem específicos de seleção social das técnicas que esse modo de produção e dominação social criou, das quais a civilização do automóvel e os Organismos Geneticamente Modificados (OGM)³⁸ são a expressão contemporânea. Todos esses mecanismos e as tendências que eles suscitam estavam inscritos nos próprios fundamentos do modo de produção, bem como nos modos de dominação de classe, nacionais e internacionais (imperialistas) (p. 41).

A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de *habitats*, que impedem tudo, exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadização por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação, em mercadoria, de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala.

A corporativização e privatização de bens até agora públicos, bem como a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo gênero) que varre o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação das terras comuns”. Tal como no passado, o poder do estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação envolve a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtida graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado é das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (HARVEY, 2004, p. 123).

³⁸ Organismo Geneticamente Modificado (OGM) Organismo cujo material genético (DNA/RNA) foi modificado por qualquer técnica de engenharia genética. Resolução CONAMA nº 305, de 12 de junho de 2002 (IBGE, Op. Cit.).

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletariados são resultado dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, há décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro (CHESNAIS & SERFATI, 2003, p. 43-44).

Em razão de tudo o que foi exposto, podemos considerar que há de fato uma crise ambiental decorrente da falha no metabolismo socioambiental, bem como uma articulação entre as lutas pela preservação dos recursos naturais, no caso em estudo, a água, por uma parcela de terra fértil, e as lutas pela preservação de um determinado modo de vida, mais especificamente nos movimentos sociais rurais.

4.5 A questão da água

O consumo da água doce e de qualidade é vital para a existência humana, isso fica mais evidente se considerarmos ainda que as disputas pelo seu uso e/ou controle, em diferentes graus e escalas ao longo da história, sempre estiveram presentes desde que se formaram as primeiras comunidades ou as primeiras aglomerações humanas.

Já no período conhecido como pré-socrático, a água é apontada como um recurso de importância vital, Tales (Mileto, 624-558 a.C.) afirmava que a água é a origem e a matriz de todas as coisas - “tudo é água”. Seu discípulo Anaximandro (610-547 a.C) defendia uma teoria da evolução orgânica, segundo a qual os primeiros animais viviam no mar que, no começo, cobria toda a superfície terrestre; quando as águas diminuíram, alguns foram capazes de se ajustar ao ambiente terrestre e o produto final desse processo foi o homem. Já Hipócrates (460-354 a.C) afirmava que ‘a influência da água sobre a saúde é muito grande’ (OS PENSADORES, 1978).

Desde a Antiguidade, o homem procura construir cidades próximas aos rios. Também, desde a Antiguidade, grupos humanos brigam pela água e a pergunta “A quem pertence a água?” é antiga. Regato, ribeiro, em latim “rivus” e o adjetivo “rivalis” refere-se a “de rio”. Para alguns filólogos, essa relação entre rival e ribeirinho ocorreu a partir do momento em que, “nas estações secas ocorria a ‘rivalidade’, ou seja, a hostilidade contra aqueles que, instalados às margens do mesmo rio, roubavam água” (CONTI *apud* TURRA, 1994, p.59).

O Planeta Terra tem dois terços de sua superfície ocupados por água – são aproximadamente 360 milhões de km² de um total de 510 milhões. Entretanto, 98% da água disponível no planeta é salgada. São múltiplos os usos das águas, consumo doméstico, abastecimento industrial, navegação, irrigação, geração de energia, lazer etc. Os seus múltiplos usos, a dependência vital dos mais diversos setores das sociedades e de todos os ecossistemas e a sua quantidade limitada são determinantes que proporcionam os conflitos de uso (MARENGO, 2008, p. 83).

Para uma em cada quatro pessoas, ou seja, 1,2 bilhão de seres humanos, o acesso à água potável é ainda um sonho distante. E 2 em 5, ou seja, 2,5 bilhões de seres humanos não têm acesso a um sistema de saneamento mesmo rudimentar (CAMDESSUS *et alii*, 2005, p.31-32).

Desde o início da década de 1970, com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – preservação e melhoria do ambiente humano em Estocolmo (1972), vivenciamos um maior interesse em torno das questões ambientais, havendo uma articulação na discussão e troca de experiências, e, especificamente, presenciamos a realização de inúmeras conferências, em âmbito internacional e também local, para tratar do uso e planejamento dos recursos hídricos.

Em 1995, Ismael Serageldin, vice-presidente do Banco Mundial, fez uma predição sobre o futuro das guerras que têm frequência: “se as guerras desse século foram pelo petróleo, as do século XXI serão pela água”. Tudo parece indicar que ele estava certo. As notícias sobre falta de água em Israel, na Índia, China, Bolívia, Canadá, México, Ghana e Estados Unidos enchem os títulos de periódicos, revistas e publicações acadêmicas mais importantes (SHIVA, 2004, p. 09).

Em todas as sociedades, no Oriente e no Ocidente, no Norte e no Sul, estão se desenvolvendo guerras entre paradigmas da água. Neste sentido, as guerras da água são guerras globais, nas quais participam culturas e ecossistemas diversos que compartilham uma ética universal da água entendida como necessidade ecológica, em disputa com a cultura empresarial da privatização³⁹, da cobiça e da apropriação das águas comunais. Em uma destas frentes de conflitos ecológicos e guerras de paradigmas se encontram milhares de espécies e bilhões de pessoas que desejam água suficiente para a vida (SHIVA, 2002, p.10).

Os paradigmas em torno da água podem, grosso modo, ser descritos como: 1) aquele em que os projetos e ambições em torno do aumento da produção e do 'desenvolvimento' são levados a pleno vapor e se faz uso de todos os recursos necessários, como a construção de barragens, o desvio e o represamento de rios para não prejudicá-lo; 2) aquele onde a água é reconhecida como um bem comum que deve ser conservada e onde devemos dar prioridade ao acesso à água de boa qualidade a todos os seres humanos independentemente de onde estes residam desde as zonas áridas até os rincões mais gelados do planeta.

A indústria reivindica o próximo grande pedaço dos suprimentos de água doce do mundo, de 20% a 25%, e suas demandas estão aumentando dramaticamente. Prevê-se que o uso industrial da água dobrará antes de 2025, se as tendências de crescimento atuais persistirem. A industrialização maciça está destruindo o equilíbrio entre os seres humanos e a natureza em muitos continentes, em especial nas áreas rurais da América Latina e da Ásia, onde a agroindústria, voltada para a exportação, está reivindicando cada vez mais a água usada pelos pequenos agricultores para a autossuficiência de alimentação (BARLOW & CLARKE, 2003, p. 08-09).

São necessárias dez toneladas de água para refinar uma tonelada de petróleo, 250 toneladas para fabricar uma tonelada de papel, cinco mil toneladas para obter uma tonelada de fibra sintética (DELÉAGE, 2003, p. 06).

³⁹ Agora o Governo do Estado de Pernambuco abriu consulta pública sobre um projeto de parceria público-privada para a realização de obras de saneamento na Região Metropolitana do Recife. A expectativa é de que a universalização do saneamento seja feita em 12 anos. O Secretário de Governo, Maurício Rands, que lidera o comitê gestor de PPP, indica que se o processo ocorresse apenas com investimento público seriam necessários 30 anos nas projeções mais otimistas.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), é provável que a atividade industrial consuma duas vezes mais água até o ano 2025, e é possível que a poluição industrial aumente em quatro vezes. O esgoto não tratado também está matando as vias fluviais ao redor do mundo. Noventa por cento da água com resíduos produzida no terceiro mundo ainda é despejada, sem tratamento, em rios e riachos locais (BARLOW & CLARKE, 2003, p. 35).

A água circula não só pelos rios, (...) mas também sob a forma social de mercadorias várias (...) e, só assim, podemos entender o desequilíbrio hidrológico impulsionado pela lógica de mercado generalizada. Afinal, para se produzir um quilo de qualquer grão, seja de milho ou de soja, com as atuais técnicas agrícolas, são necessários mil litros de água! Um quilo de frango consome dois mil litros de água! Não olvidemos o fato de que, quando exportamos frango para a Europa e Oriente Médio, e o fazemos até mesmo de avião, estamos exportando energia e água. (GONÇALVES, 2004, p.158).

Existe o risco de que, daqui a uma geração, cerca de quatro bilhões de pessoas vivam em países incapazes de atingir a autossuficiência alimentar. De outro bordo, a situação é trágica: 1,1 bilhão de pessoas continuam não tendo acesso a água de qualidade, e 2,4 bilhões não dispõem de saneamento básico, (...), levando segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), a morte a cada ano cerca de 2,2 milhões de pessoas por doenças diarreicas, e de cerca de 3,5 milhões por patologias ligadas ao fator hídrico, a maioria crianças. A água tornou-se, pois, a primeira causa de miséria, sofrimento, desigualdade e pobreza no mundo (DELÉAGE, 2003, p. 06).

Atualmente, nos países da África do Norte e Oriente Próximo, o consumo de água é de menos de 2000³ por ano por habitante, que vive em situação de 'estresse hídrico' que os coloca em condições de desvantagem econômica e social. Especialistas chegam a predizer que, a continuar o presente crescimento populacional e uso atual, todas as águas de superfície serão consumidas até no máximo o ano de 2100 (BOUGUERRA, 2003, p.08).

Além do crescimento populacional e do aumento do consumo de água *per capita*, a poluição maciça dos sistemas mundiais de água de superfície prejudicou muito os suprimentos restantes de água doce limpa. O desmatamento global, a destruição das terras úmidas, derramamento de

pesticidas e fertilizantes em vias fluviais e o aquecimento global estão impondo um preço terrivelmente alto aos frágeis sistemas de água da terra. Outra fonte de poluição é o represamento e o desvio de sistemas de água que se somam às concentrações perigosas de mercúrio e doenças causadas pela água. Muitos desses projetos estão sendo construídos no mundo inteiro. O número de grandes represas no mundo aumentou de pouco mais de cinco mil, em 1950, para 40 mil hoje (BARLOW & CLARKE, 2003, p. 10).

É importante chamar atenção para o fato de que os sistemas de abastecimento d'água, ainda que possam acumular perdas consideráveis para produzir e distribuir, não representam o principal vilão no problema da água, mas, sim, os produtores agrícolas, cujas práticas inadequadas não só contaminam a água como também promovem grande desperdício. A simples troca de equipamentos de irrigação, de aspersores por gotejadores, permite uma economia da ordem de 40% no consumo d'água, que podem ser utilizados no abastecimento humano. Uma redução de 10% da água utilizada na agricultura já seria suficiente para abastecer o dobro da população mundial de hoje (REBOUÇAS, 2003, p.38).

Aqui concordamos com o autor e acreditamos que esses métodos e técnicas utilizados na irrigação das lavouras se dirigem às grandes plantações latifundiárias da cana-de-açúcar, da soja e do *agrobussines*, enfim da produção para exportação, seja do produto bruto, manufaturado ou industrializado em qualquer nível; não nos dirigimos ao pequeno produtor rural que quando consegue, implanta sistemas de irrigação bem simples e utilizam (e desperdiçam) em escalas muito menores.

Impor a ênfase sobre problemas de segurança de abastecimento é, certamente, justificado. Os conflitos por usos alternativos competitivos da água no interior de um país (usos irrigatórios *versus* usos domésticos ou usos industriais; exigências de lucros *versus* exigências sociais e ambientais; usos em uma região *versus* uso em outras regiões, como hoje é o caso da Espanha no contexto do plano nacional hidrológico), e entre os países, estão aumentando em todos os lugares. Isso decorre menos da escassez de água do que ao fato de os países tentarem assegurar para as próprias necessidades comerciais o controle de fontes hídricas onde lhes é possível. Nem as nações, nem as empresas tendem a agir em função do interesse geral da segurança

hídrica comum para todos. No momento, a segurança é interpretada mais em termos redutores e corporativos locais (nacionais, regionais ou de empresa...) (PETRELLA, 2004, p.21).

Se queremos assegurar durabilidade às fontes de água a longo prazo, é preciso encerrar a confusão entre direito e valor e promover uma nova ética da água, baseada na conservação, solidariedade e políticas orientadas gradualmente para a cobertura dos preços, pois a água é um bem raro, essencial para a vida, que deve ser considerado como um tesouro natural que faz parte da herança comum da humanidade (BOUGUERRA, 2003, p.08).

A água deve ser vista não como um recurso abundante e inesgotável, mas em seus diversos valores intrínsecos culturais, sociais e sanitários. Ao falarmos numa questão da água devemos ver não somente o aspecto da escassez, mas sim o modo como se dão o acesso e a qualidade, ou seja, quem está tendo acesso à água e qual a qualidade desta para o consumo, bem como de que forma e em quais condições (com que regularidade e em que horário – são às 8 da manhã ou às 3 horas da madrugada?).

É notória a preocupação em torno da disponibilidade de água de boa qualidade para a maioria da população, contudo, com o uso predatório e o crescimento da demanda, principalmente industrial e de irrigação, começam a surgir os conflitos de uso e usuários da água.

A água é um recurso natural vital para todas as espécies e é um bem finito. Num sistema onde a produção e a lógica do lucro são a prioridade, faz-se necessária uma atenção maior a como ocorre o uso desse recurso presente em todo e qualquer processo de produção de forma direta (como insumo) ou indireta.

O emprego e o manejo da água doce como um recurso finito, vulnerável e de direito universal, é de fundamental importância para garantir o acesso de todo e qualquer cidadão a esse bem de vital importância para a produção e reprodução humanas. São diversas as disputas entre a gestão comunitária dos recursos naturais e os grandes consumidores, principalmente no que se refere à água e às terras mais próximas a rios e lagos, como ocorre nos locais escolhidos para a execução de grandes obras como no caso das barragens.

Recurso natural com múltiplos usos e essencial à vida humana, a todas as espécies e ao funcionamento dos ecossistemas, devemos ainda dar

atenção aos aspectos econômicos de suas aplicações na produção de energia elétrica, de alimentos, no turismo e lazer, bem como os possíveis conflitos entre os diversos usuários.

Apesar de sermos um País considerado como tendo uma das melhores legislações no que concerne aos recursos hídricos, na prática, há um grande *déficit* e inúmeros conflitos em torno da água doce e de qualidade, vital para a existência humana.

Mencionamos a propósito o Código das Águas que pode ser considerado um marco para a legislação do País, bem como pelo fato de que nele há explicitamente da parte do poder público uma “preocupação” com a regulação e o uso da água voltado para a indústria e para o fornecimento de energia hidroelétrica.

O **Código das Águas**, instituído pelo Decreto Federal nº 24. 643, de 10 de julho de **1934**, foi uma legislação relevante voltada para o gerenciamento de recursos hídricos no País.

O Código das Águas, então, tem como princípio dotar o Brasil de uma legislação adequada que permita ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas, considerando que, em particular, a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional, e a sua execução ficou entre as competências do Ministério da Agricultura.

É importante mencionarmos também os:

Capítulo I

Artigo 1º: As águas públicas podem ser de uso comum ou dominicais.

Capítulo III

Das Águas Particulares

Artigo 8º - São particulares as nascentes e todas as águas situadas em terrenos que também o sejam, quando as mesmas não estiverem classificadas entre as águas comuns de todos, as águas públicas ou as águas comuns.

Estes dispostos legais evidenciam que há intenção de delimitar e definir claramente em que situações, ou onde, a água é considerada bem comum e a garantia da propriedade privada deste recuso natural.

Como um marco da legislação voltada para os recursos hídricos, o Código das Águas pode ser considerado um avanço e uma conquista, ainda que, mesmo os situando como *águas públicas de uso comum*, não parece enfatizar aspectos que propiciem a democratização do acesso ao abastecimento de água.

Em 16 de julho de 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil faz referência aos recursos hídricos:

Título IV

Da Ordem Econômica e Social

Artigo 118 - As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Artigo 119 - O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1º - As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros.

§ 2º - O aproveitamento de energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.

§ 3º - Satisfeitas as condições estabelecidas em lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territórios, a atribuição constante deste artigo.

§ 4º - A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do País.

Os recursos hídricos (ou a água) são sempre citados de forma generalizada como queda d'água e parece estar sempre associada à exploração e utilização de jazidas minerais e da energia hidroelétrica, bem como a dissociação das quedas d'água da propriedade do solo no que concerne ao uso industrial.

A criação de um sistema nacional de gestão das águas, no entanto, foi concretizada somente com a promulgação da **Constituição de 1988**. Nela se

previu a divisão dos recursos hídricos entre a União e os estados, e estes, por sua vez, deram início à implementação de seus sistemas de gerenciamento.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 inovou em relação às cartas magnas anteriores, estabelecendo que as águas são públicas e, de acordo com a localização de seus cursos ou reservas dormentes, incluem-se entre os bens de domínio da União ou dos estados, na convivência da República Federativa.

Conforme o disposto no artigo 20 da Constituição Federal, são bens da União, dentre outros:

III- os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenha, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV- as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas. As ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas destas aquelas pertencentes aos Estados;

V- os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI- o mar territorial;

VII- os terrenos de marinha e seus acrescidos;

Segundo o artigo 26, inclui-se entre os bens dos Estados:

I – as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II – as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, municípios ou terceiros;

III – as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV – as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

É interessante observar que, pelo menos em tese, a Constituição Brasileira tornou públicas todas as águas, de modo que deixam de existir as águas comuns, as municipais e as particulares, previstas no Código das Águas de 1934.

De acordo com o Código Civil, o fato de todas as águas pertencerem à União e aos estados faz com que elas sejam incluídas na categoria de bens públicos de uso comum.

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi estabelecida pela Lei federal N° 9.433 de 08/01/1997 – Lei das Águas. De acordo com Braga *et alii* (2008, p. 24), os princípios sobre os quais se baseia a política nacional de gestão de recursos hídricos podem ser resumidos da seguinte forma:

- ✓ *Reconhecimento da água como bem público dotado de valor econômico;*
- ✓ *Garantia do uso múltiplo das águas;*
- ✓ *Prioridade do uso dos recursos hídricos em situações de escassez para o consumo humano e a dessedentação de animais;*
- ✓ *Adoção da bacia hidrográfica como unidade territorial de planejamento e gestão das águas: gestão descentralizada;*
- ✓ *Participação dos diferentes níveis do poder público, dos usuários e da sociedade civil no processo de tomada de decisão: gestão participativa.*

A PNRH instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos (SINGREH). Esse Sistema inova em relação ao sistema ambiental no sentido em que utiliza mecanismos econômicos para a gestão da água. Por meio dele, introduz-se no País o conceito de poluidor-pagador e usuário-pagador. A água passa a ter valor econômico e sua utilização fica sujeita a cobrança (p. 24).

Em 17 de julho de 2000 com a Lei N° 9.984, criou-se a **Agência Nacional das Águas** (ANA), com a atribuição de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos e a coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

Esta política baseia-se no artigo 1° da Agenda 21 Global, onde a água se apresenta como um bem de domínio público, limitado, dotado de valor econômico, cuja gestão deve ser descentralizada com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades, bem como proporcionar o seu uso múltiplo.

No caso dos recursos hídricos, sua gestão tem influência direta sobre o uso do solo, a produção de alimentos e demais recursos naturais, em razão de suas características, ou seja, sua utilização indispensável nos mais diversos setores.

No seu primeiro mandato (2003 a 2006) o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no uso de suas atribuições, e (1) Considerando ser o Brasil detentor de reservas mundiais de água doce, de relevância estratégica no cenário internacional, partilhando das diretrizes de proteção de gerenciamento e uso sustentável dos recursos hídricos, como Estado-Membro das Nações Unidas;

(2) Considerando a importância da participação e demonstração de interesse e suporte à resolução aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, que trata do Decênio Internacional para a Ação – 2005 – 2015: Água, fonte e vida; Decreta:

Art. 1º Fica instituída a **Década Brasileira da Água**, a ser iniciada em 22 de março de 2005.

Art. 2º A Década Brasileira da Água terá como objetivos promover e intensificar a formulação e implementação de políticas, programas e projetos relativos ao gerenciamento e uso sustentável da água, em todos os níveis, assim como assegurar a ampla participação e cooperação das comunidades voltadas ao alcance dos objetivos contemplados na Política Nacional de Recursos Hídricos ou estabelecidos em convenções, acordos e resoluções, a que o Brasil tenha aderido (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2008, p. 69).

Outro aspecto que assinalamos é a chamada governança da água. Para Castro⁴⁰,

O que significa governança da água? Embora os usos de prevalência deste conceito na literatura dedicada à água sugiram uma compreensão compartilhada do significado da administração, de fato a resposta a esta a pergunta não é direta. [...] enquanto determinadas tradições compreendem que a administração da água deve ser estruturada em torno dos princípios nos quais a água é tida como um bem comum e que os serviços essenciais de saneamento são bens do público que não podem ser governados através do mercado,

⁴⁰ Professor senior em Sociologia na School of Geography, Politics and Sociology, Newcastle University, UK.

outras tradições defendem um ponto vista inteiramente oposto no qual a água deve ser considerada como um recurso econômico, a administração da água e dos serviços de saneamento deve ser centrado em princípios e pelas leis do mercado. Estes são apenas alguns exemplos para demonstrar que a pergunta sobre o que exatamente a “administração” significa exige uma reflexão prudente (2007, p.98).

A governança da água refere-se aos vários níveis da vida política, social e mecanismos administrativos que devem estar no local para desenvolver e gerir os recursos hídricos, incluindo o fornecimento de água e serviços em diferentes níveis da sociedade. (...) Para alcançar a boa governança da água é necessário criar um ambiente favorável que facilite o seguinte: eficientes iniciativas públicas e privadas do setor; um regime regulatório que permita transações claras entre as partes interessadas em um clima de confiança e responsabilidade compartilhada para salvaguarda dos rios e aquíferos, recursos cuja gestão afeta muitas pessoas (GWP, 2002)⁴¹.

Essa governança tem relação direta com o que aqui convencionamos chamar de **sociabilidade hídrica e espacial**: um conjunto de fatores físicos-espaciais/ambientais, a exemplo da proximidade e/ou o acesso a um rio ou fonte de água, sociais/políticos capacidade de organização e de negociação no pleito ao acesso aos bens e serviços públicos, como os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e de que forma estes fatores têm impactos diretos na organização das atividades cotidianas das populações rurais e urbanas.

A sociabilidade hídrica e espacial de determinada comunidade ou grupo social, tanto no plano objetivo quanto simbólico, está intrinsecamente relacionada/ligada aos seus valores e significados culturais historicamente constituídos. Aqui, neste trabalho, (no capítulo 6) demonstramos como a população remanejada da área da barragem de Pirapama reconstruiu a sua sociabilidade hídrica e espacial desde a formação da Associação Vanguarda Ecológica e das mudanças no seu cotidiano, o que está fortemente ligado à

⁴¹ GWP Background Paper 7, Effective Water Governance, 2002 Disponível em: <http://www.epe.be/objective2002/cairo/invitationwgover.html> Acesso em: 22/02/2012.

trajetória de lutas e reivindicações da população rural por melhores condições de vida e trabalho ao longo de sua formação histórica.

A governança da água ou a gestão da água é um complexo de determinações onde as regras operacionais, as condições e as tarefas são processos que expressam as relações de poder, de negociação e lutas. Muitas vezes as populações excluídas ou até mesmo esquecidas pelo poder público, teoricamente responsável pelos serviços, lança mão de estratégias para permitir o acesso mínimo e para garantir o seu uso e consumo de água, bem como formas de facilitar a realização das suas tarefas cotidianas, coletivas e individuais, constituindo assim uma nova sociabilidade hídrica e espacial.

Uma dessas estratégias é a gestão comunitária na distribuição e no uso da água e do espaço onde as tarefas e obrigações de cada um são determinadas coletivamente a fim de beneficiar toda a comunidade; onde a gestão e o funcionamento dos serviços coletivos é responsabilidade de todos os sujeitos (ver mais no item 6.4 práticas cotidianas e um novo lugar no município do Cabo de Santo Agostinho).

De forma alguma, essa gestão comunitária exime o poder público do seu dever quanto às questões relacionadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, contudo demonstra que a falha e a negligência no atendimento da demanda posta pela população a conduzem a buscar opções para garantir os seus direitos.

É considerando a importância da “governança da água” no contexto da década brasileira da água, que devemos observar os aspectos referentes ao abastecimento público para consumo doméstico e, principalmente, a instalação e manutenção do esgotamento sanitário, essenciais para a saúde humana.

Nos países onde existem coleta e tratamento de esgoto pouco se conhece da deficiência do sistema e o grau de contaminação a jusante⁴². Esse processo pode se agravar com a privatização que vem ocorrendo na América do Sul, na medida em que o poder concedente não tiver capacidade de fiscalização adequada (PHILIPPI JR, 2005, p. 387).

⁴² Diz-se de uma área ou de um ponto que fica abaixo de outro, ao se considerar uma corrente fluvial ou tubulação. Na direção da foz, do final. O contrário é montante. CARVALHO, Benjamin de Araújo. **Glossário de saneamento e ecologia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1981.

Na sequência, podemos ver a tabela com o percentual de outorgas concedidas pela Agência Nacional de Águas – ANA no ano de 2008. E fica evidente que o uso desse recurso para o abastecimento público é o de menor percentual.

Quadro 2. Distribuição das finalidades de uso outorgadas pela ANA em 2008

Finalidades de uso outorgadas pela ANA	%
Irrigação	48
Indústria	11
Mineração	8
Aquicultura	7
Abastecimento Público	5
Outros	21

Fonte: Adaptada Agência Nacional de Águas, 2008

Fazemo-nos, então, as seguintes perguntas: num País onde o saneamento público tem um grande *déficit*, como na concessão de outorgas para uso da água o saneamento tem as menores porcentagens?

Quais as prioridades que estão sendo dadas ao uso desse recurso tão essencial no cotidiano, na saúde e para a própria sobrevivência da espécie humana?

Nesse contexto histórico, pois, considerando que estamos na instituída década brasileira da água, presenciamos a queda de domicílios brasileiros que possuíam ligação com a rede de esgoto em 0,2 ponto percentual entre 2008 e 2009, segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); em seis anos, é a primeira vez que há queda nesse indicador, como demonstra o quadro seguinte.

Quadro 3. Situação Brasileira em relação ao acesso aos serviços básicos de água encanada e rede esgoto.

Acesso aos serviços básicos	Brasil (%)		
	2004	2008	2009
Água encanada	82,1	83,9	84,4
Rede de esgoto	56,4	59,3	59,1

Fonte adaptada: PNAD/IBGE, 2010.

No Brasil, no ano de 2004, o acesso da população à água encanada era de 82,1%, em 2008, de 83,9% e em 2009, de 84,4%, com aumento de 0,5%, enquanto o acesso à rede de esgoto passou de 56,4% em 2004 para 59,3% em 2008. No ano de 2009 apresentou uma queda de 0,2%.

Ao analisarmos esse quadro, percebemos a deficiência relativa aos serviços e as diferenças entre o serviço de rede de esgoto que teve queda e o abastecimento de água que ainda possui índices maiores do que o esgotamento sanitário.

Nos últimos anos as empresas de saneamento brasileiras têm investido em redes de coleta de esgoto e estações de tratamento, mas a parcela do volume gerado pelas cidades efetivamente tratada antes de chegar ao rio ainda é muito pequena (PHILIPPI JR, 2005, p. 387).

Segundo o autor, quando as redes de esgoto são implementadas ou projetadas, muitas vezes não preveem a ligação da saída das habitações ou condomínios às redes. Dessa forma, as redes não coletam o esgoto projetado e as estações não recebem o esgoto para o qual têm capacidade. Nesse caso, ou o projeto foi elaborado de forma inadequada ou não foi executado como deveria. Como o esgoto continua escoando pela rede de drenagem pluvial, o impacto ambiental continua alto. A conclusão é de que investimentos públicos não são realizados de forma adequada, atendendo apenas às empresas de engenharia (obras) e não à sociedade que aporta os recursos, nem ao meio ambiente, que necessita ser conservado (p. 387-388).

Quadro 4. Domicílios com rede de esgoto por região

Região	Ano (%)	
	2008	2009
Norte	15	13,5
Nordeste	35,4	33,8
Centro-Oeste	39,7	39,2
Sul	55,6	57,3
Sudeste	85,1	85,6
Brasil	59,3	59,1

Fonte adaptada: PNAD/IBGE, 2010

De acordo com o quadro acima a região Sul teve um aumento de domicílios atendidos pela rede de esgoto, passando de 55,6% em 2008 para 57,3% em 2009, seguida da região Sudeste, que passou de 85,1% em 2008 para 85,6% dos domicílios com rede de esgoto. Enquanto isso, a região Nordeste foi a segunda na queda de domicílios abastecidos pela rede de esgoto, indo de 35,4% em 2008 para 33,8% em 2009, perdendo apenas para a região Norte do País, que passou de 15% em 2008 para 13,5% em 2009.

Ainda segundo a pesquisa, o esgoto de 20,6% das casas do país era, destinado, em 2009, às fossas rudimentares, onde não é feito qualquer tipo de tratamento dos dejetos e não há aproveitamento da água. Já em 13,2% das residências o esgoto ia para fossas sépticas sem ligação com a rede coletora, destino em que o esgoto passa por algum tratamento e a água é absorvida pelo próprio terreno. Os 59,1% dos domicílios com acesso à rede geral de esgoto se dividiam entre os que possuíam um sistema de coleta que conduz o esgoto para um desaguadouro geral (52,5%) e os que utilizavam fossas sépticas nas quais o esgoto passa por algum tratamento e somente a parte líquida é canalizada para um desaguadouro geral da área (6,6%).

Quadro 5. Domicílios com acesso à água encanada por região

Região	Ano (%)	
	2008	2009
Norte	58,3	58,6
Nordeste	78,0	78,0
Centro-Oeste	-	83,0
Sul	-	85,3
Sudeste	-	92,3

Fonte adaptada: PNAD/IBGE, 2010

Os dados relativos ao acesso à água encanada mostram que, no ano de 2009, a região Sudeste tem o maior número de domicílios com água encanada, num total de 92,3%, seguida da região Sul, com 85,3% e Centro-Oeste, com 83%. A região Nordeste permaneceu com o mesmo número de domicílios com água encanada (78,0%), enquanto a região Norte passou de 58,3% para 58,6% de domicílios com água encanada.

A região Norte é a menos assistida no abastecimento de água, com 58,6% dos domicílios com acesso à água canalizada em 2009, contra 58,3% em 2008. O Nordeste vem logo atrás, com 78% das unidades abastecidas – mesmo percentual de 2008.

O acesso à água encanada, ao contrário do esgoto, cresceu, segundo a PNAD 2009. A pesquisa apontou que 84,4% dos domicílios brasileiros – o que representa, em números absolutos, 49,5 milhões de unidades – possuíam água encanada, contra 83,9% em 2008. No restante das casas (9,1 milhões), o abastecimento era feito por poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou por outras formas não especificadas.

Ao se discutir sobre a concessão dos serviços de água e esgoto no Brasil, questiona-se sempre o papel dos municípios e dos estados, principalmente nas regiões metropolitanas, na tentativa de encontrar a alternativa adequada, ou seja, uma opção que garanta o direito a todos os cidadãos e cidadãs a um serviço de saneamento público de qualidade.

Percebemos que a realidade brasileira referente aos serviços sanitários e de abastecimento público de água não difere tanto do contexto da realidade apresentada pela América Latina e Caribe de uma forma geral, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 6. Falta de acesso a água potável e esgotamento sanitário por região (1990-1996).

Região	Pessoas sem acesso a água potável %	Pessoas sem acesso a esgotamento sanitário %
América Latina e Caribe	23	29
Países em desenvolvimento	29	58
Países menos desenvolvidos	43	64

Fonte: Adaptada UNESCO, 1999.

De acordo com a tabela acima, a América Latina e o Caribe possuem os menores índices de pessoas sem acesso a água potável (23%) e de pessoas sem acesso a esgotamento sanitário (29%); enquanto os Países em desenvolvimento possuem (29%) de pessoas sem acesso a água potável e (58%) de pessoas sem acesso a esgotamento sanitário. Os Países menos desenvolvidos possuem 43% e 64% respectivamente.

No passado, quando as cidades eram menores (final do século XIX e início do século XX) e havia um processo menos desenvolvido da indústria, principalmente no caso do Brasil, especificamente em Pernambuco, e a necessidade de abastecimento de água, alimentos e energia era pequena, o impacto ambiental também era reduzido e já era considerado de modo inadequado. Com o crescimento das cidades, principalmente nas últimas décadas do século XX, há dificuldades nas áreas urbanas em atender a demanda de infraestrutura, principalmente de esgotamento sanitário.

E é nessa realidade de *déficit* em um setor essencial para a subsistência e para a saúde pública que vamos analisar os impactos da construção da barragem de Pirapama, obra que tem como lema eliminar o racionamento de água na Região Metropolitana do Recife (RMR).

Capítulo 5

**CABO DE SANTO AGOSTINHO: DO
IMPÉRIO VERDE AO IMPÉRIO**

CINZA

5.1 Caracterização da Área de Estudo

O Estado de Pernambuco possui 185 municípios, dos quais 150, com mais de 5.000 habitantes na área urbana (Censo 2000 - IBGE). Apresenta-se com duas características climáticas distintas: no litoral, o clima é caracterizado como tropical, e no interior, é semiárido. No litoral, os índices pluviométricos atingem 2.000mm/ano, enquanto no interior as chuvas são escassas e irregulares, sendo registrados índices pluviométricos inferiores a 600 mm/ano.

O Estado de Pernambuco está localizado na Região Nordeste, a qual, de acordo com o quadro abaixo, é a terceira região em superfície do País (18,30%), a segunda em concentração da população (28,91%) e possui o menor percentual de recursos hídricos em seu território (3,30%).

Quadro 7. Distribuição dos recursos hídricos, superfície e população do Brasil, por região, em relação ao total do País.

Região	Recursos Hídricos %	Superfície %	População %
Norte	68,50	45,30	6,98
Centro-Oeste	15,70	18,80	6,41
Sul	6,50	6,80	15,05
Sudeste	6,00	10,80	42,65
Nordeste	3,30	18,30	28,91

Fonte: Adaptada UNIAGUA, 2002.

As Regiões Metropolitanas do Nordeste já passam por situações de grande escassez, tendo que buscar água em bacias hidrográficas vizinhas, como ocorre no Recife, cuja água para abastecimento da zona sul da Região Metropolitana do Recife – RMR está sendo projetada para ser captada do sistema Pirapama, por via da construção da Barragem no município do Cabo de Santo Agostinho.

Um aspecto que devemos considerar é o fato de que a Região Metropolitana do Recife – RMR, assim como a realidade da maioria das

cidades brasileiras, tem um *déficit* histórico no abastecimento de água e esgotamento sanitário. Então, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que a população está próxima de um rio, o acesso aos benefícios e serviços sanitários é precário, ante a falta de saneamento e as dificuldades no abastecimento de água.

Nesse universo, estudaremos os impactos causados na população decorrentes da construção da barragem do rio Pirapama no Cabo de Santo Agostinho situado a 41 km da capital do Estado, fazendo parte da Mesorregião Metropolitana do Recife e da Microrregião de Suape. Com uma área de aproximadamente 447 km², tendo como limites: ao Norte - Moreno, Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão; ao Sul - Ipojuca e Escada; a Leste, o Oceano Atlântico e a Oeste Vitória de Santo Antão e Escada (ver Figura 18).

O Cabo de Santo Agostinho é uma cidade média (as cidades médias têm entre 100.000 e 500.000 habitantes), com uma população de 152.977 habitantes, das quais 134.356 pessoas residem na área urbana e 18.480 na área rural. No município o cultivo agrícola por área plantada possui como principal item, na lavoura permanente, banana, manga e goiaba, e, na lavoura temporária, cana, mandioca, feijão e milho. É a sede de 1.247 empresas, onde as mais representativas são a indústria de transformação, alojamento, alimentação e transporte, armazenagem e comunicação (IBGE, 2000).

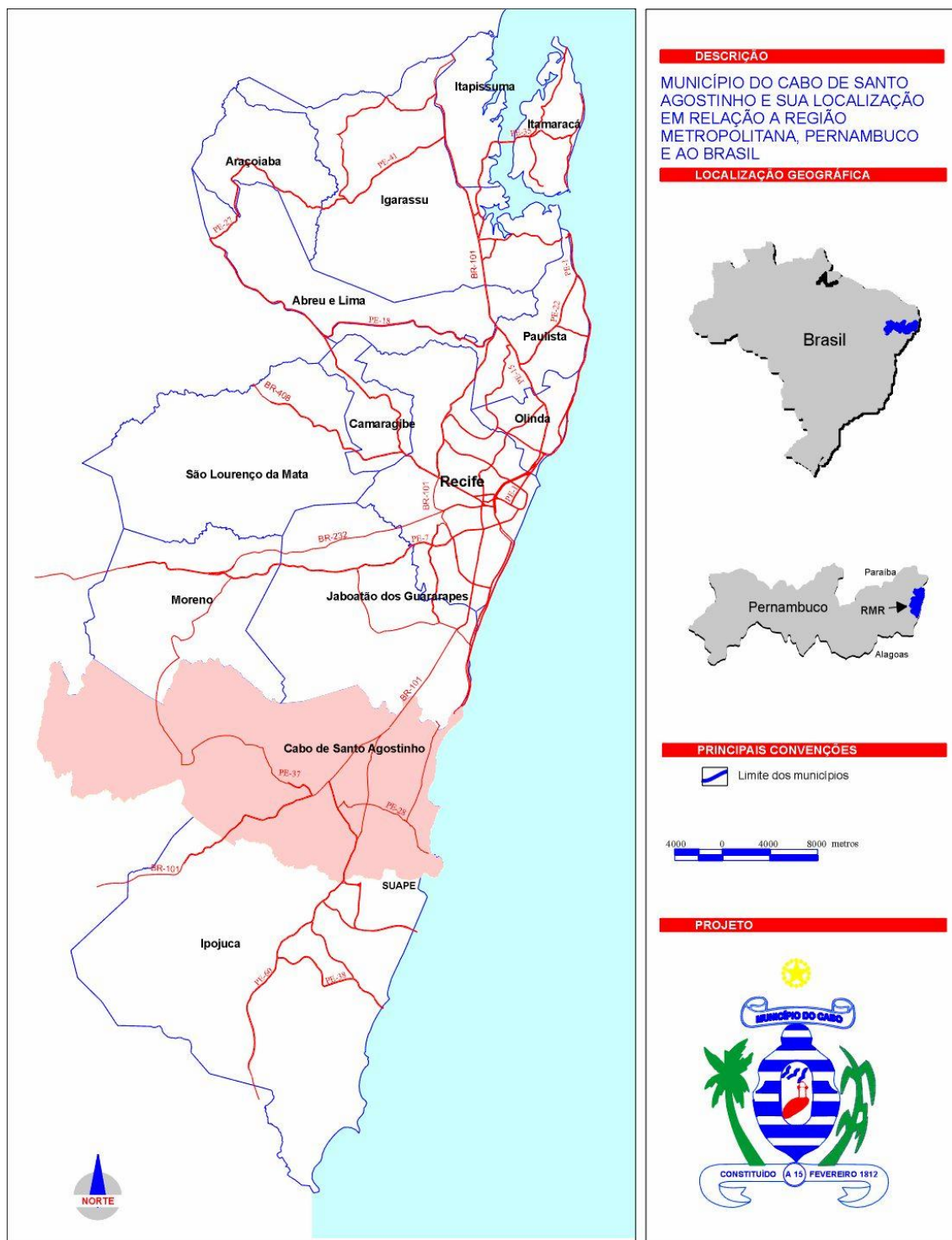


Fig. 18. Mapa do Cabo de Santo Agostinho e sua localização em relação à Região Metropolitana

Fonte: PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Maio 2002.

O município divide-se em três espaços homogêneos: a Área Costeira, com características de turismo e lazer; a Área Central, que concentra a mais intensa ocupação urbana, de comércio, indústria e serviços, e a Área Rural, com predominância do latifúndio da cana-de-açúcar e presença esparsa de sítios de cultura de subsistência. A divisão político-administrativa do município se dá por Áreas Político-Administrativas - APAs (ver figura abaixo), sendo nove ao todo:

- ✓ APA-1, Sede.
- ✓ APA-2, São Francisco.
- ✓ APA-3, Conjunto Residencial Pirapama (Vila da COHAB).
- ✓ APA-4, Vilas do Cabo.
- ✓ APA-5, Praias.
- ✓ APA-6, Ponte dos Carvalhos.
- ✓ APA-7, Pontezinha.
- ✓ APA-8, Juçaral.
- ✓ APA-9, Charneca

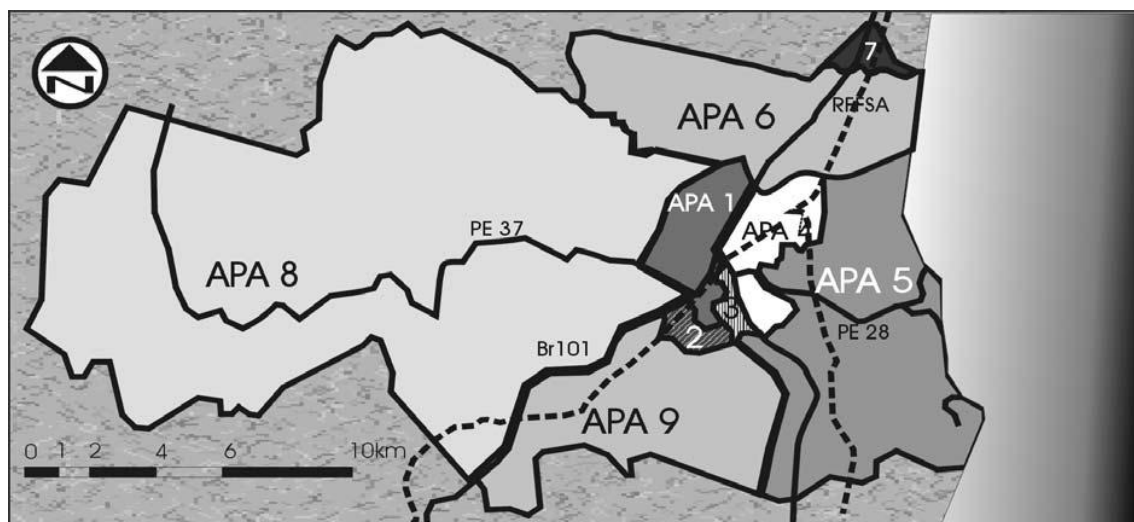


Fig. 19. **Áreas Político-Administrativas do Cabo de Santo Agostinho**

Fonte: PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTOS SUBNORMAIS, Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, Maio 2002

No que concerne à educação, o Cabo de Santo Agostinho dispõe de 50 estabelecimentos de ensino que atendem 22.012 alunos no antigo 1º e 2º graus ou ensino fundamental e médio e 346 alunos ⁴³ frequentam o curso de formação de professores de 3º. grau ou ensino superior na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do Cabo de Santo Agostinho (FACHUCA) (PREFEITURA..., 1997).

A cidade também oferece 438 leitos hospitalares ⁴⁴, sendo 88 da rede pública e 350 da rede privada, o que lhe confere a relação de 5,5 leitos por mil habitantes, superior, portanto, ao padrão de 4,5 leitos/1.000 habitantes, propugnado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). (FUSAM, 1994 *apud* PREFEITURA..., 1997).

De acordo com dados da Agenda 21 do município do Cabo de Santo Agostinho (2005), em relação a saneamento básico e energia, mesmo existindo a lei que regulamenta esses serviços, o município ainda enfrenta problemas de infraestrutura domiciliar, com a precariedade nos serviços de atendimento de esgotamento sanitário. Somente 1% das residências são beneficiadas com esgotos adequados; 79,5% são abastecidas com água e 97,8% com energia elétrica.

Os dados referentes à área rural do município do Cabo de Santo Agostinho foram coletados do Relatório de diagnóstico do uso e ocupação do solo da bacia do Pirapama. Segundo o relatório, nos estabelecimentos rurais de pequeno porte, a atividade policultora (fruteiras, lavoura de subsistência, pequenos criatórios), quase sempre, está associada à cana-de-açúcar.

Os municípios integrantes da bacia do Pirapama abrigam 900.627 habitantes, dos quais 62% residentes em áreas urbanas. A maior proporção da área da bacia encontra-se situada no território do município do Cabo de Santo Agostinho (57,2%), seguindo-se Moreno (13,7%), Escada (11,8%), Vitória de Santo Antão (9,5%), Pombos (4,3%) e Jaboatão dos Guararapes (2,4%); e o município de Ipojuca participa com 1,1% da área da bacia (SECTMA, 1999).

⁴³ Fonte: Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, **Plano Diretor Estratégico do Município do Cabo de Santo Agostinho**, mimeo, 1997.

⁴⁴ Fonte: FUSAM - Fundação de Saúde Amauri de Medeiros, 1994. *In*: Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, **Plano Diretor Estratégico do Município do Cabo de Santo Agostinho**, mimeo, 1997.

A área de policultura/cana-de-açúcar da bacia do Pirapama está totalmente inserida no município do Cabo de Santo Agostinho, estendendo-se, ao sul, das proximidades da PE-25 (que liga a BR-101 sul à Usina Bom Jesus) até a altura da sede do engenho Castelo, confinando, portanto, com as unidades que integram o Distrito Industrial do Cabo de Santo Agostinho e com a faixa de granjas e chácaras que, em sequência ao citado distrito industrial, separa o compartimento de uso do solo em análise da rodovia federal há pouco mencionada (BR-101 sul). Ao leste e ao nordeste, a referida área confina com as terras dos engenhos Bom Jesus e São Caetano, ambos de propriedade da Usina Bom Jesus, assim como com o trecho sul-ocidental da Reserva Florestal do Gurjaú. Ao norte e ao noroeste, a área em questão faz divisa com as terras dos engenhos Matas e São Brás, este último propriedade da citada usina; e, a oeste, com os engenhos Sacambu e Jardim, bem como com a granja Castelo (CPRH, 1998, p. 91).

Cortado de noroeste para sudeste pelo próprio rio Pirapama, a área tem ainda uma parte banhada pelo arroio Dois Rios e por tributários do rio Gurjaú e do Utinga de Cima, o que lhe assegura um potencial relativamente elevado de recursos hídricos de superfície, visto tratar-se, na maior parte, de rios e riachos perenes. O relevo apresenta-se suave-ondulado, com predominância de colinas de topos arredondados, modeladas em rochas do embasamento cristalino, cuja altitude, na maior parte da área, oscila entre 50 e 130 metros, ultrapassando esse valor na sua porção sul-ocidental (CPRH, 1998, p. 91).

O traço característico desta área é a associação, em graus diversos, da *policultura*, com a *cana-de-açúcar* em áreas de antigos parcelamentos cujas unidades de produção variam, em média, de um a 60 hectares, predominando as parcelas de quatro a 20 hectares, exploradas por proprietários ou por posseiros. Entre as culturas encontradas na área em análise, figuram mandioca, macaxeira, batata-doce, milho, feijão, inhame, coco, banana, jaca, manga, caju, acerola, jambo, mamão, maracujá, graviola, cana-de-açúcar e hortaliças (coentro, cebolinha, alface, pimentão, brejo etc.). Além da agricultura, os produtores maiores (mais de dez hectares) criam algumas cabeças de bovinos bem como animais de trabalho (cavalo e burro), enquanto os menores, quando criam, é apenas galinha, para consumo próprio (p. 92).

Ainda de acordo com o Relatório, quanto ao recorte do uso e ocupação do solo da bacia do Pirapama, encontra-se dividido em quatro subespaços, a saber;

- a) o subespaço onde a policultura, embora coexistindo com a cana-de-açúcar, se apresenta em proporção significativamente maior. Esse subespaço corresponde à maior parte da área em questão;
- b) o subespaço onde predominam pequenos estabelecimentos e em que a cana-de-açúcar ocupa uma área muito reduzida dos estabelecimentos, se comparada àquela ocupada pela policultura;
- c) o subespaço onde a cana-de-açúcar apresenta forte predominância sobre a policultura, ocupando, hoje, bem mais que 60% da área da parcela, proporção prevista pela cooperativa de Tiriri como máxima para exploração com cultura canaveira; e
- d) o subespaço descontinuamente explorado com lavouras, sendo estas constituídas por roças associadas, em alguns casos, a pomares domésticos e/ou a cana-de-açúcar (p. 92).

No que se refere ao processo de produção, a agricultura desses subespaços se caracteriza pelo uso generalizado de técnicas de manejo tradicionais (em que se incluem a queimada e o cultivo, seguindo a linha de maior declive). A correção do solo é uma prática que só recentemente vem sendo adotada por alguns agricultores incentivados pelas associações de produtores da área, sendo essa prática mais intensa nas culturas de maior valor comercial, como graviola, maracujá e hortaliças, o mesmo ocorrendo com o uso de irrigação, adubação e combate a pragas e doenças (CPRH, 1998, p. 94).

A técnica de irrigação utilizada na área varia com o tipo de cultura e com o porte do produtor, encontrando-se desde a irrigação com mangueiras (usada pelos produtores menores que cultivam graviola e maracujá com vistas

ao mercado) até a aspersão⁴⁵ (utilizada no cultivo de hortaliças) e o gotejamento (usado pelos produtores maiores de graviola e maracujá). A água utilizada na irrigação é, em geral, proveniente dos rios e riachos perenes que cortam a parcela ou de açude porventura existente nas suas proximidades (CPRH, 1998, p. 94).

A mão de obra utilizada nos pequenos estabelecimentos (considerados como tais aqueles de menos de dez hectares) é, predominantemente, a familiar, sendo prática comum entre os que cultivam até cinco hectares de cana o uso do mutirão na colheita desse produto. Nos estabelecimentos maiores, predomina a mão de obra assalariada, em geral constituída por pequenos produtores (posseiros e parceiros de menos de dez hectares) e por moradores da periferia das áreas urbanas e dos aglomerados rurais situados nas proximidades (Charneca e Vila Mercês) (p. 94).

Em aparente contraste ou contradição com os indicadores apresentados acima sobre a constituição do espaço rural, atualmente o município é conhecido e divulgado, tanto na mídia impressa como televisiva, como uma “cidade da modernidade”, “a cidade do futuro” por seus empreendimentos de ampliação e implantação de produção industrial em larga escala.

É na sede que se encontra o Distrito Industrial do Cabo, às margens do rio Pirapama e da BR-101, onde se concentra o maior número de unidades industriais de grande porte de toda a área da bacia, com predominância de indústrias químicas, farmacêutica, de plásticos, de alimentos, de bebidas e de álcool. O Cabo é o terceiro município em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na RMR. Significativa parte do Complexo Industrial Portuário de SUAPE está localizado no município (CPRH, 1998, p.24).

O Cabo de Santo Agostinho abriga hoje o maior polo industrial de Pernambuco, com um parque industrial diversificado e empreendimentos de grande porte. Merece destaque o polo de bebidas, que engloba indústrias como a cervejaria Ambev, Refrescos Guararapes (Coca-Cola), cervejaria

⁴⁵ Irrigação por aspersão - Método de irrigação onde a água é conduzida em tubos, sob pressão, e aplicada na cultura em forma de chuva artificial. IBGE. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro, 2004.

Belco e a indústria Muller de bebidas – Caninha 51 e Conhaque Domus. Além das fábricas de bebidas, o Cabo abriga outras empresas que dão apoio a essa atividade (PREFEITURA ..., 2003).

Essa concentração de indústrias aumentou o consumo de água da região. Desde 1985, o Plano Diretor de Abastecimento de Água (PDAA) já alertava para possíveis problemas com as indústrias instaladas na área, em virtude da competição pelo uso da água e da poluição que elas provocavam no rio Pirapama, comprometendo-a para fins de consumo humano (COMPANHIA ..., 1985; ACQUA-PLAN, 1987).

*No município do Cabo predomina o cultivo de cana-de-açúcar, onde atinge um percentual de 46,75%, associado às áreas de pastagem. Nesta área, estão localizadas as sedes da Usina Bom Jesus e das destilarias Sibéria e Liberdade, além de diversos engenhos, tendo intensa atividade agrícola voltada para atender a agroindústria açucareira. Em razão dessa intensiva atividade, os remanescentes florestais foram bastante explorados, restando apenas 3,88% da vegetação nativa preservada, situada nos topos dos morros e nas áreas litorâneas decretadas como de reservas ecológicas.

A policultura representa 31,57% da área total do Município, associada às áreas de culturas permanentes e temporárias e áreas em pousio. Destacam-se, entre outras, a cultura do coco na faixa de praia com maior concentração na praia do Paiva, seguindo a de Itapuama e Gaibu, e as culturas de manga, caju, jaca, banana e laranja. Outras atividades agrícolas também merecem referência: mandioca, batata-doce, abacaxi e maracujá; e outras culturas de subsistência, como inhame e batata.

* Dados extraídos do Plano de Diretrizes e Metas para o Desenvolvimento do Meio Rural do Cabo de Santo Agostinho da **Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho**, julho 2006

Quadro 8. Produção agrícola do Cabo de Santo Agostinho em 2007

Cultura	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (T)	Rendimento médio (kg-ha)	Valor R\$ 1.000
Cana-de-açúcar	3.247	194.820	60.000	8.669
Coco-da-baía ¹	100	2.000	20.000	403
Banana	500	2.500	5.000	365
Batata-doce	10	150	15.000	150
Mandioca	200	320	1.600	97

Fonte: IBGE, produção agrícola municipal - 2007

¹ Quantidade produzida em mil frutos e rendimento médio em frutos

Ao observarmos o quadro 8, constatamos que a presença da cana-de-açúcar ainda é preponderante na produção agrícola municipal. Andrade em 1973, falava que a dominância da cana-de-açúcar no litoral e zona da mata chega ao ponto de fazer com que ela ocupe cerca de 79,9% da área cultivada e a sua produção corresponde a 81,6% do valor total da produção agrícola. O segundo produto em importância – a mandioca – ocupa apenas 7,6% da área cultivada e produz cerca de 6,8% do valor total da produção agrícola (p. 51).

O Cabo de Santo Agostinho é um dos municípios da área de abrangência da Bacia Hidrográfica do rio Pirapama. Sendo assim, para entendermos a constituição do município, e considerando que esta ocupa a maior área da bacia, faz-se necessário observar como ocorre o uso e a ocupação do solo na área da bacia, onde encontramos diversas atividades desenvolvidas nas áreas urbanas e rurais dos municípios constituintes, tais como podemos ver na ilustração seguinte:

Quadro 9. Síntese do Uso e Ocupação do Solo da Bacia Hidrográfica do Rio Pirapama

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL	PROBLEMAS/POTENCIALIDADES
1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA (AID) 1.1-Setor 1 - Lagoa Olho d' Água/Ponte dos Carvalhos (Área Urbana Degradada) (Área de Recreação e Turismo)	. Crescente processo de favelização do entorno da Lagoa Olho d' Água (invasões e loteamentos clandestinos). . . Poluição dos canais, lagoa e estuário por dejetos residenciais devido a ausência de saneamento básico; . Aterros indiscriminados com assoreamento da lagoa, canais e alagamentos; . Destruição do patrimônio ambiental (única lagoa de restinga de Pernambuco); . Poluição Industrial do Estuário, através do Rio Jaboatão; . Pressão imobiliária para ocupação das áreas próximas a Lagoa; . Processo de favelização de Pontezinha com ocupação de áreas do estuário e comprometimento das áreas de proteção ambiental; . Ausência de Saneamento Básico. . Localização Estratégica (proximidade da faixa de praia e do estuário); . Potencial de lazer e turismo contemplativo / esportivo; . Pesca (terminal pesqueiro); . Empreendimento de infraestrutura turística (Parque aquático Acqua Mundi); . Proposta do Parque Metropolitano Lagoa Olho d' Água.
1.2- Faixa Costeira (Área de Recreação e Turismo)	Loteamentos com função de veraneio parcialmente em áreas legalmente protegidas ou em seu entorno próximo (Enseada dos Corais); . Ocupação inadequada da faixa de praia.
Área de preservação	Existência de proposta de Área de Expansão Urbana / Área Residencial (Plano Diretor de Suape) em áreas próximas as Matas do Zumbi e Duas Lagoas; . Potencial de Turismo e Lazer.
1.3- SUAPE (Área Industrial)	Ampliação do mercado de trabalho industrial e portuário com atração de trabalhadores. . Riscos de poluição por vazamentos de óleo e combustíveis (navios) – praias, cursos d'água - redução da atividade de lazer e turismo; . Sobrecarga do sistema viário por caminhões de cargas.
2. ÁREA URBANA DA BACIA (Área Urbana consolidada, em expansão e degradada)	. Expansão desordenada da Cidade do Cabo (Eixo PE-60, ao longo da BR-101, em direção a Vila Pirapama, (PE-37). . . Processo inadequado de ocupação urbana em morros, áreas alagáveis, áreas de interesse cultural / ambiental; - erosão de morros e alagamentos (Centro); . Crescente processo de favelização (Área Centro, Charneca, Vila Pirapama).

(Áreas Industriais)	<p>. Ociosidade dos espaços industriais - Distrito Industrial;</p> <p>. Sistema de Saneamento Básico Precário.</p>
<p>3. ÁREA RURAL Policultura/ Cana-de-Açúcar</p>	<p>1) Comum a todas as áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • baixa produtividade da terra decorrente da exaustão do solo, consequência do manejo inadequado desse meio de produção; • utilização inadequada de agrotóxicos nos plantios comerciais; • falta de assistência técnica e de apoio financeiro aos pequenos produtores que, descapitalizados, se acham impossibilitados de melhorar o rendimento da atividade agrícola; • falta de eletrificação rural em grande parte da área; • inexistência de mecanismos que garantam preço e mercado para os produtos da área; • destruição completa da cobertura vegetal natural da quase totalidade das parcelas, o que deve ter contribuído para reduzir a participação da área no volume total de água da bacia; • precariedade do sistema viário e ausência de transporte dificultando o escoamento da produção; • fragmentação da terra em pequenos estabelecimentos inviabilizando a rentabilidade econômica da atividade; • uso não racional da água na prática de irrigação particularmente nas culturas comerciais; • baixo preço dos produtos comercializados desestimulando a atividade agrícola, agravados pela forte intervenção do atravessador no processo de comercialização; • necessidade de complementação de renda através do assalariamento em outros estabelecimentos agrícolas; <p>2) Aspectos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • destruição de remanescentes de matas nas nascentes e várzeas dos cursos de água – Áreas: Cana-de-açúcar / Agricultura de subsistência e Policultura/ Cana de Açúcar; • falta do título de propriedade da terra levando a impossibilidade de diversificação agrícola devido a subordinação do produtor ao proprietário da terra que impõe o tipo de cultivo - caso dos posseiros da Cooperativa Agrícola de Tiriri, e dos moradores dos engenhos inseridos nas manchas cana-de-açúcar/agricultura de subsistência e cana de açúcar/banana; • inexistência de associações de produtores dos estabelecimentos agrícolas - Áreas de cana-de-açúcar/ banana e cana-de-açúcar / agricultura de subsistência, ambos situados no município de Moreno;- • utilização sazonal da terra devido a inundações durante o período da chuva tornando a área inapta ao plantio- Área de Lavoura Branca; • presença de restrições legais ao cultivo de lavoura permanente limitando as possibilidades de diversificação agrícola - Área de Lavoura Branca; • existência de associações de produtores, que embora congreguem um número relativamente pequeno de associados, são um elemento importante na organização rural na área constituindo-se um elemento indispensável para a implementação de medidas que contribuam para solucionar os problemas acima relacionados.
<p>Policultura em Áreas de Novos Assentamentos Rurais</p>	<p>1) Comum a todos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • solo fraco, ocupado anos a fio com cana-de-açúcar, resultando em baixa produtividade das culturas praticadas; • falta de energia em grande parte dos lotes; • falta de financiamento para a maioria dos produtores; • dificuldade de escoamento da produção (falta de estrada e de transporte) agravada no período de chuva; • forte atuação do atravessador na comercialização da produção; • falta de água e de equipamento de irrigação para um grande número de assentados; • a organização incipiente dos produtores cujas associações encontram-se em fase de criação. <p>2) Específico do Assentamento Arariba da Pedra:</p> <ul style="list-style-type: none"> • destruição da Reserva Florestal da Serra do Cotovelo com a retirada de madeira e através de queima para o plantio nas bordas da reserva; • retirada indiscriminada de areia da margem do rio Arariba com ameaça

	de erosão das margens e assoreamento do leito fluvial.
Área de Granjas, Chácaras de Recreio e Pequenas Fazendas - Sítios de Recreio	1) Comum a todos: Inexistência de associação de produtores e de cooperativas
Aglomerados Rurais	1) Comum a todos: <ul style="list-style-type: none"> Deficiência de equipamentos sociais; inexistência de atividades produtivas internas; Intermitência dos serviços de abastecimento de água; Falta de terras para cultivar lavoura de subsistência. 2) Específico: <ul style="list-style-type: none"> Falta de espaço para expansão urbana- Massaranduba; Precariedade na atuação das Associações Comunitárias - Massaranduba e Vila Massauassú; Coleta de lixo deficiente- Massaranduba e vila Massauassú.
Cana- de- Açúcar	<ul style="list-style-type: none"> Solos fracos; Atraso tecnológico; Baixa produtividade; Destruição dos remanescentes de mata.
Áreas de Preservação: Manguezais reflorestamento matas/capoeiras	1. Específicos: <ul style="list-style-type: none"> Degradação das reservas para expansão da cana-de-açúcar e dos mangues para especulação imobiliária; Concentração de poluentes na estiagem na área de mangues; Redução das reservas ecológicas dos manguezais e da fauna associada.
Áreas de Ocorrências minerais	<ul style="list-style-type: none"> Exploração informal Erosão dos terraços e assoreamento dos rios.
Apicultura e Aquicultura	Aquicultura <ul style="list-style-type: none"> Falta de recursos do pequeno produtor para aquisição de alevinos⁴⁶; Número insuficiente de alevinos; Inexistência de associação que congregue os produtores.

Fonte Adaptada: Diagnóstico do uso e ocupação do solo da Bacia do Pirapama/ relatório final, 1998.

De acordo com o quadro agora reproduzido, podemos dizer que o município do Cabo passa por praticamente todas essas transformações e impactos sobre o seu espaço, considerando, mais especificamente, algumas de suas características físico-geográficas como a sua proximidade da Capital do Estado – Recife – e a existência, em boa parte de sua área, de água, como a presença do rio Pirapama e de alguns dos seus afluentes. E acreditamos que essa “presença hídrica” é um dos elementos que colaboraram e colaboram para as mudanças que o município passa nas últimas décadas.

Dentre essas mudanças, encontra-se a construção da barragem sobre o rio Pirapama, a qual tem como finalidade principal reforçar o abastecimento e, consequentemente, o aumento da oferta de água para a população das diversas localidades dos municípios da zona sul da Região Metropolitana do Recife (RMR). A proposta, como é amplamente divulgada nos meios de comunicação, é que a barragem vai acabar com o racionamento, entretanto,

⁴⁶ Alevinos. estágio embrionário dos peixes. É o filhote de peixes, logo depois do nascimento. **Dictionaries & Glossaries.** Disponível em: <http://dicionario.babylon.com/alevino/> Acesso em: 06/10/2011.

não podemos deixar de observar que o próprio município do Cabo de Santo Agostinho está com uma ampliação de sua malha industrial, bem como a construção do Estaleiro Atlântico Sul e da Refinaria Abreu e Lima, o que significa um aumento na demanda por água.

Essa “presença hídrica” é historicamente fundamental na análise da constituição do espaço do município, pois, se na atualidade ela desponta como o vapor da industrialização, num passado recente, ela foi fundamental para a constituição do que chamamos império verde, ou seja, para a implantação da *plantation* da cana-de-açúcar; colocando o município e o Nordeste brasileiro como um dos maiores produtores de açúcar do mundo, como abordaremos no próximo subitem.

5.2 O verde da cana: a cana-de-açúcar, os engenhos e as usinas

O fabrico de açúcar cristalino ou ao menos não líquido, com base no caldo espremido da cana-de-açúcar, não tem mais do que dois mil anos. A maioria dos europeus não havia provado açúcar (sacarose) antes do ano 1.000 da nossa era. No Ocidente, a realeza consumiu a maior parte do açúcar até o século XVII – principalmente como especiaria e remédio, em seguida como decoração e conservante. O açúcar não se tornou um adoçante comum ou alimento corriqueiro antes do século XIX (MINTZ, 2003, p.107).

O desenvolvimento da cana-de-açúcar, com todos os seus nocivos exageros de planta individualista, com sua hostilidade quase mórbida por outras espécies vegetais tem um regime de autofagia: *a cana devorando tudo em torno de si, engolindo terras e mais terras, consumindo o ‘humus’ do solo, aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano que serviu de base à sua vida* (CASTRO, 1967, p.48).

O engenho é uma organização complexa e dispendiosa. O engenho compreende numerosas construções e instalações: moenda, caldeira, casa de purgar etc.; além da casa-grande, que é a habitação do senhor, a senzala dos escravos e instalações acessórias e suntuárias: oficinas, estrebarias etc. Suas terras, além dos canaviais, são reservadas em parte para outros fins:

pastagens – o engenho emprega no seu manejo grande número de cavalos e bois – culturas alimentares para pessoal numeroso; matas, quando ainda sobram, para lenha e madeiras de construção. O engenho é um verdadeiro mundo em miniatura, em que se concentra e resume a vida toda de uma parcela da humanidade (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 146-147).

Impossível afastar a monocultura de qualquer esforço de interpretação social, e até psicológica, que se empreenda no Nordeste agrário. A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriram na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais profundas. O perfil da região é a feição de uma paisagem enobrecida pela capela, pelo cruzeiro, pela casa-grande, pelo cavalo de raça, pelo barco a vela, pela palmeira imperial, mas deformada, ao mesmo tempo, pela monocultura latifundiária e escravocrática; esterilizada por ela em algumas de suas fontes de vida e de alimentação mais valiosas e mais puras; devastada nas suas matas; degradada nas suas águas (FREYRE, 1985, p. XII).

“Os primeiros engenhos – condensou Oliveira Lima – consistiam em atafonas – os Diálogos chamam-lhes gangorras – movidas por bois e depois por bestas, presos os animais às *almanjarras*. Os de água, movendo-se pela força desta, a roda que põe em movimento as *moendas*, já constituíam um progresso sensível, requerendo açudes para represa da água”, progresso, aliás, não só em relação aos engenhos de bestas como, principalmente, aos movidos por negros, tais como os encontrou ainda na segunda metade do século XVII em Pernambuco Souchou de Rennefort. Negros que quando “se mostram indolentes são fustigados atrozmente e, para impedir que dê a gangrena nas feridas abertas pelos açoites, os seus donos, receando perdê-los, mandam-nas esfregar com sal e vinagre” (ANDRADE e LINS, 1984, p. 93).

A conhecida memória do brabantino Adriaen Verdonck, apresentada em 1630 aos holandeses do Supremo Conselho no Recife, não identifica os engenhos existentes na Capitania, mas permite verificar até que ponto a penetração canavieira se fizera a partir do litoral. Na bacia do Pirapama – arrolado no relatório entre os rios em cujas margens sucediam-se os primeiros engenhos e povoações – a área centrada no povoado de Santo Antônio do Cabo, com cerca de vinte engenhos, “alguns excelentes”, era uma das mais importantes terras canavieiras, ao lado das várzeas do Jaboatão e do Capibaribe, “núcleo da riqueza da terra e o centro de maior brilho da sociedade

da capitania”. Durante os primeiros cinco anos da guerra contra os holandeses – fase que culminou, como se sabe, com a queda do arraial do Bom Jesus e a rendição do forte de Santo Agostinho – os engenhos foram duramente assolados e muitos deles afinal confiscados em 1637 estavam então em ruínas: moendas desmontadas, construções demolidas, açudes arraboados, bois em debandada e escravos sumidos (ANDRADE e LINS, 1984, p. 97).

De acordo com Freyre, a competição, a rivalidade dos engenhos entre si, disputando-se como inimigos a matéria-prima, esteve presente, principalmente ao começar o predomínio das usinas nas terras do Nordeste. Nesse processo de imperialismo industrial, teve ação poderosa a estrada de ferro particular, dando à usina tentáculos com que ir buscar cana em trechos remotos. Só o custo do transporte impôs limites a esse imperialismo tentacular das usinas, cada qual fazendo de extensões enormes, terras exclusivamente de cana e descuidando-se da valorização agrícola das áreas já desvirginadas (1985, p. XIII).

No Nordeste da cana-de-açúcar, a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, dos riachos e das chuvas; tão amiga das terras gordas e úmidas e ao mesmo tempo do sol; tão à vontade dentro de uma temperatura média que em Pernambuco é de 25°,5 e de uma média anual de 176 dias de chuvas; tão feliz numa atmosfera cheia de vapor de água (FREYRE, 1985, p. 07).

O autor fala ainda que os moinhos de vento não teriam substituído inteiramente a água dos rios e dos riachos nos trabalhos da lavoura e da moagem da cana. O vento, por melhor que seja, é um inconstante em comparação com a água dos rios pequenos, mas regulares que só deixam de servir ao homem agrário nos dias verdadeiramente terríveis de seca, suas próprias cheias beneficiando, muitas vezes, a lavoura. E não por caprichos tolos e de momento como o vento (p. 19-20).

Nessa reflexão do autor, resta claro que as especificidades das características físicas naturais são elementos determinantes nas escolhas e no uso das técnicas utilizadas pelo homem para o desenvolvimento das forças produtivas.

Foi somente com o desenvolvimento das plantações no Novo Mundo, e particularmente na segunda metade do século XVII, que o açúcar começou a

baixar de preço na Europa, tornando-se, pois, acessível a outros, além de um pequeno segmento da sociedade europeia, e mudando de produto medicinal e especiaria para conservante, meio de ostentação, adoçante e, finalmente, alimento (MINTZ⁴⁷, 2003, p.101).

A produção de açúcares granulados baseados na sacarose líquida continuou e cresceu de forma mais ou menos ininterrupta por milênios. Em torno de 250.000 toneladas foram postas no mercado mundial em 1800; por volta de 1880, este número alcançava 3.8 milhões de toneladas; na época da Primeira Guerra Mundial, talvez 16.000.000 de toneladas, no fim da Segunda Guerra Mundial, 30.000.000 de toneladas; e em 1985, perto de cem milhões de toneladas – e isto embora outros adoçantes, como o xarope de milho com alto teor de frutose, e os adoçantes sem calorias como a fenilalanina, estivessem nitidamente minando a supremacia da sacarose. Em 1970, quase dez por cento de todas as calorias alimentícias no mundo eram oriundas de sacarose (MINTZ, 2003, p.102).

A concentração fundiária e a monocultura da cana-de-açúcar foram vistas como consequências normais de seu destino, expressões de uma ‘vocação natural’ da região pela sacaricultura. Esse binômio dominando a Zona Litoral-Mata de Pernambuco em virtude de exigências ‘óbvias’ justificar-se-ia reciprocamente pelo determinismo geográfico [...] (DABAT⁴⁸, 2007, p. 69).

Um outro argumento dessa justificativa além da presença de água é a especificidade das terras:

Nessas manchas de terra pegajenta foi fundar-se a civilização moderna mais cheia de qualidades, de permanência e ao mesmo tempo de plasticidade que já se fundou nos trópicos. A riqueza do solo era profunda: as gerações de senhores de engenho podiam suceder-se no mesmo engenho; fortalecer-se; criar raízes em casas de pedra-e-cal; não era preciso o nomadismo agrário que se praticou

⁴⁷ O antropólogo estadunidense pesquisou a história social e a tradição afro-caribenha, realizando publicações sobre seus estudos numa aldeia de trabalhadores na cana-de-açúcar em Porto Rico, história mundial do açúcar, antropologia da comida, o papel global da soja e a cultura afro-americana nos Estados Unidos da América.

⁴⁸ Professora adjunta no Departamento de História e no Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, é especialista em História da Agricultura, com ênfase na história do açúcar, e estuda os Movimentos Sociais na Zona da Mata Pernambucana.

noutras terras, onde o solo menos fértil, esgotado logo pela monocultura, fez do agricultor quase um cigano sempre à procura de terra virgem. Um *Dom Juan* de terras (FREYRE, 1985, p. 07).

Outro aspecto relevante, além desse ‘determinismo geográfico’, são as relações de trabalho, as quais profundamente marcadas pela herança escravista, mantiveram-se sob o formato da ‘morada’⁴⁹, garantido aos plantadores a permanência dos canavieiros nos locais de trabalho. A categoria compreendia doravante a maioria dos trabalhadores nas plantações de senhores de engenho e usineiros (DABAT, 2007, p. 82).

A ‘morada’ articulava o trabalho assalariado na monocultura canavieira com a produção de alimentos em terra cedida. Na Zona Litoral-Mata,

“o terreno é ótimo para a policultura, embora sua quase totalidade esteja entregue à monocultura da cana-de-açúcar” (p. 77). [...] onde o latifúndio impera [...] a exploração do trabalhador reveste-se de todas as características semi-feudais e semi-escravistas, peculiares ao latifúndio monocultor extensivo da cana-de-açúcar” (p. 79) (COSTA, 1945 apud DABAT, 2007, p. 74).

Foi entre os *foreiros*⁵⁰, ameaçados em sua reprodução como pequenos produtores, que, em meados da década de 1950, surgiram as Ligas Camponesas, uma forma de organização política que, no primeiro momento, visava apenas a impedir a ação dos proprietários no sentido de elevar o preço do foro, expulsar *foreiros* e alterar os dias de *cambão*; e que, num segundo momento, assumiu uma posição mais ofensiva em termos de uma redefinição

⁴⁹ O termo *morada*, de uso corrente na região e na própria literatura, está sendo tomado para designar o sistema específico de relações que vinculava o proprietário à força de trabalho na *plantation* açucareira de Pernambuco. Lygia Sigaud. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979, p. 47. (Coleção história e sociedade).

⁵⁰ O *foreiro* seria uma variante do *morador*, que dele se distinguiria fundamentalmente por pagar uma determinada quantia anual ao proprietário sob forma de *foro*. Era mais independente do que o *morador* de *condição*, na medida em que não tinha obrigação de trabalhar para o proprietário toda semana, mas apenas de pagar o *cambão*, cerca de 20 dias de trabalho gratuito por ano. Lygia Sigaud. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. Op. Cit. P. 47.

dos próprios conceitos de propriedade da terra, por meio de invasões e ocupações de engenhos (SIGAUD, 1979, p. 38).

Ao movimento iniciado pelos *foreiros*, que parte da periferia da Zona da Mata e cuja base social vai ser recrutada, principalmente, entre pequenos produtores, soma-se em início dos anos 1960 o movimento sindical rural que nucleava, sobretudo, *moradores* em torno de questões propriamente trabalhistas. A conjuntura político-institucional vai permitir que, apesar de possuir bases sociais distintas, como também orientação política, reivindicação e lideranças diversas, Ligas Camponesas e Sindicatos se constituam em duas vertentes complementares de único movimento camponês (CAMARGO, 1973, p. 197), cujos impactos em termos de ruptura de uma ordem social de muito transcendeu a mesma conjuntura que lhes favorecera (*apud* SIGAUD, 1979, p. 38).

A extrema flexibilidade da *plantation* açucareira de Pernambuco, que lhe permitia refluir para a subsistência em momentos de crise e acionar a superexploração da força de trabalho quando os imperativos do mercado assim o exigiam, reforçaria a ideia de que a luta política travada por Ligas e Sindicatos teria precipitado a ruptura do sistema de moradia (SIGAUD, 1979, p. 39).

O processo que culmina na saída em caráter definitivo dos moradores dos engenhos de açúcar em Pernambuco é atribuído à emergência das usinas que se substituíram aos engenhos banguês, na posterior valorização do açúcar no mercado internacional e na ampliação do mercado interno. (...) Ao tentarem elevar o preço do foro os proprietários encontraram a resistência desses pequenos produtores uma vez que tradicionalmente “o foro era uma das dimensões da relação do morador com o proprietário e não o ‘preço da terra’” e que ao proprietário sempre o que havia interessado era “o uso da força de trabalho do foreiro e não o sobretrabalho materializado no pagamento anual” (SIGAUD, 1979, p. 37).

Em 1972 existiam 42 usinas em Pernambuco, com uma produção oscilando entre 100 mil e 1 milhão de sacos na safra anterior (de 1969/1970) (p.03). [...] A organização da produção do açúcar nos moldes da grande indústria – onde a organização da produção na seção de fabricação tem uma importância central – não somente possibilita a extensão da jornada de trabalho além de seus limites normais (quanto ao número de horas

consecutivas e quanto ao trabalho noturno), como dá motivos fortes à sua direção capitalista para efetivá-la (p. 64). [...] A fusão entre as características gerais da organização da produção na grande indústria e as características específicas da usina de açúcar, uma grande indústria rural, reforçam-se mutuamente na tendência à grande extensão e intensidade da jornada de trabalho (LOPES, 1978, p. 68).

O autor argumenta que uma das formas de luta e resistência desse trabalhador na usina é a arte do remanchar⁵¹ - a arte do profissionalista escapar à investigação - utilizando sua força e atenção ao aparelho o mínimo necessário (p.92). [...] Se a arte do remanchar é uma forma de resistência passiva do profissionalista à longa jornada e às condições de trabalho, ela é também uma forma de o profissionalista resistir como profissionalista, isto é, sem pedir transferência para as oficinas, outros, geralmente por problemas de saúde, pedem transferência para as oficinas, porque não aguentam mais trabalhar na fabricação (p.95).

Nessa conjuntura, encontramos o município do Cabo de Santo Agostinho, onde a presença de vários banguês e a implantação das usinas que se iniciaram a partir da primeira década da República no Brasil representaram o poderio econômico de Pernambuco quando a cana-de-açúcar era a força de crescimento do País.

Este é o fato demonstrativo de que o município sempre foi alvo dos interesses produtivos, inicialmente com a implantação da economia colonial açucareira, graças à fertilidade e ao tipo de terra, com a presença de extensas plantações de cana-de-açúcar, dos engenhos e usinas, depois em virtude da essencialidade da existência de cursos d'água em seu território propícios à navegação e como fontes de força motriz.

A água era tida como um insumo que não entrava no custo da produção, ainda com resquícios daquela concepção da disponibilidade dos recursos naturais para uso livre e indiscriminado do homem sem nenhum custo, cada unidade de engenho e/ou usina era autossuficiente; não entravam no circuito

⁵¹ Nota do autor. O oposto à arte do remanchar era incutido nos velhos operários que, no entanto, tinham vantagens em troca do seu zelo e atuavam segundo a lógica dos velhos moradores.

mercantil a roda d'água nem as cacimbas. Vivia-se ainda com o aspecto da gratuidade da água.

5.3 A paisagem cinza: a cidade sede do Polo Industrial Pernambucano

Como caracterizar a transição do que aqui chamamos de império verde para o império cinza de uma cidade localizada numa das maiores Regiões Metropolitanas do Norte-Nordeste?

Numa tentativa de apresentar a realidade contemporânea, complexa e tensa, da nossa temática de estudo no que se refere às questões ambientais ligadas ao uso da água, agora em larga escala industrial, utilizaremos os dados recentes do início do século XXI coletados no relatório anual SUAPE 2009.

Para esboçar o processo de mudanças aceleradas em curso no município e suas adjacências na atualidade, concentramo-nos em privilegiar a divulgação da existência e do conteúdo do referido documento, extraíndo alguns elementos interessantes, optando por explorar esse material em trabalhos futuros.

Estudos contratados na Cidade em 1974 para o abastecimento do complexo industrial de SUAPE (construído em 1960), indicavam o represamento do rio Pirapama, pois este já apresentava também a maior vazão, entre os mananciais potencialmente aptos para expandir a produção da Região Metropolitana do Recife (RMR) (ACQUA-PLAN, 1987).

O município abriga hoje dois complexos industriais (desenvolvidos pelo Governo do Estado de Pernambuco a partir de 1973, durante o mandato do então governador Eraldo Gueiros Leite 1971-1975): o complexo industrial do Cabo e o complexo industrial e portuário de Suape, o qual torna o local uma referência nacional.

Para a finalidade desta tese, referir-nos-emos a alguns empreendimentos em curso no município, tais como: a crescente participação em eventos, visitas técnicas e comerciais/empresariais e investimentos nos mais diversos setores e transcrição dos agradecimentos que constam no Relatório Anual SUAPE 2009, numa tentativa de verificar a atuação 'veemente'

do Estado e de instituições e organizações estrangeiras, da nomeada parceria público/privada no chamado Território Estratégico do complexo de Suape⁵².

♦ Para 2009, serão aplicados mais de R\$ 767,9 milhões de reais em infraestrutura para o atendimento às necessidades dos grandes empreendimentos, como a Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul e a Petroquímica Suape. Já em relação aos investimentos privados, foram aplicados até 2006 um total de US\$ 2,5 bilhões (dois bilhões e quinhentos milhões de dólares) na implantação de 81 empresas nos segmentos industriais, terminais portuários e empresas de serviços, gerando cerca de 7.500 empregos diretos.

No ano de 2009, movimentamos 7,7 milhões de toneladas de cargas em nossos terminais. Em relação a 2008, apresentamos uma queda de 10% sob os efeitos da crise financeira internacional. No entanto, no segundo semestre tivemos a rápida retomada na movimentação que cresceu 32% em relação aos primeiros seis meses do ano. Os graneis líquidos, principalmente o óleo diesel, e os contêineres, operados pelo Tecon Suape, tiveram participação importante neste aumento. Os graneis sólidos, como o açúcar em saco, máquinas, peças e chapas de aço de empreendimentos como o Estaleiro Atlântico Sul também foram destaque.

A área de Novos Negócios e o Projeto Suape Global têm suas atividades voltadas para a prospecção de novos empreendimentos, em especial a área de petróleo, gás, *offshore*, naval e logística. Em 2009, 37 empresas confirmaram sua chegada a Suape. A partir de 2007, já foram confirmados investimentos privados de mais de US\$ 17 bilhões de dólares. Para reforçar essas ações comerciais, foi firmado um contrato de cooperação técnica com o Porto de Roterdã para a elaboração de um Plano de Negócios que irá inserir Suape no mercado globalizado, integrando o nosso porto aos principais destinos logísticos.

⁵² (Ver capítulo 3.) O Território Estratégico de Suape compreende cinco municípios na sua área de influência direta e indireta: Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada.

♦ As informações contidas nessa parte do texto foram coletadas do RELATÓRIO ANUAL SUAPE 2009 publicado no *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 de Março de 2010.

Em 2010, as primeiras missões realizadas dentro da captação de novos investimentos foram à Holanda e ao Canadá. Angola, Dinamarca, Panamá e Coréia, por sua vez, receberão em breve a comitiva de Suape. Em 2009, foram realizadas nove missões internacionais: EUA, China (Shangai, Pequim e Hong Kong), Singapura, Noruega, Inglaterra e Portugal. No Brasil, Suape esteve presente nos principais eventos na área de logística, indústria petroquímica e naval: Intermodal South América, Pernambuco Business, entre outros.

Ainda no relatório, o então presidente do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, Fernando Bezerra Coelho, faz os agradecimentos aos principais colaboradores/empreendedores do projeto:

Todos os resultados alcançados em 2009 só foram possíveis graças ao empenho do governador Eduardo Henrique Accioly Campos e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É importante registrar ainda o apoio dado pelo ministro especial de Portos, Pedro Brito, e pelo ministro de Relações Institucionais, José Múcio Monteiro. Nossos agradecimentos, também, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, representada pelo seu Diretor Geral, Fernando Antônio Brito Fialho, aos deputados Federais e Estaduais, Secretarias e órgãos do Estado de Pernambuco, prefeituras dos municípios do Território Estratégico do Complexo, consulados dos Países visitados, além das empresas e parceiros de Suape e, em especial, à diretoria da Petrobras/Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e da Petroquímica Suape. E a todos que compõem o corpo de funcionários da empresa, os nossos agradecimentos.

Em razão do que expressamos aqui, podemos dizer que o Cabo de Santo Agostinho passa por uma **transição do império verde ao império cinza**, e que essa nova caracterização é a de uma cidade onde estão sendo construídas a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul, bem como um complexo industrial para fornecimento de material e suporte a estes dois grandes empreendimentos o que elevará, após a conclusão das obras e seu pleno funcionamento, o Estado de Pernambuco a ser o maior polo industrial do Norte-Nordeste do País.

Assim, talvez possamos dizer que o município do Cabo de Santo Agostinho foi preponderantemente rural até meados dos anos 1900, com suas vastas plantações de cana e suas usinas funcionando a pleno vapor; e que o chamado projeto de industrialização pensado na década de 1950, com o

desenvolvimentismo que ‘dominou’ a política brasileira à época está se concretizando na contemporaneidade

De forma geral a Zona da Mata Pernambucana é marcada, juntamente com as transformações e transições nos seus modos de produção, das *plantations* da cana-de-açúcar escravocrata ao “trabalho livre”, enfim, de uma forma geral das suas relações de trabalho, as quais foram profundamente marcadas pela herança escravista, por um movimento de tensões, lutas e reivindicações sociais. E é sobre este aspecto reivindicatório e essa trajetória de conflitos que iremos tratar no próximo item.

5.4 As lutas sociais no município do Cabo de Santo Agostinho

O açúcar em Pernambuco manteve a concentração fundiária e acentuou o caráter monocultor da economia, bem como o baixo nível de renda da população, expropriando e proletarizando o produtor direto, que foi perdendo, com a expansão da cana, os espaços ocupados pelas culturas de subsistência. [...] A partir do momento em que os camponeses e moradores foram sendo levados a perder seus sítios e roçados, transformando-se, assim, em assalariados rurais, houve como reação a esse processo de expropriação a sua organização em meados dos anos 1950, as Ligas Camponesas (ABREU e LIMA, 2005, p.28).

Segundo a autora,

A base social do movimento eram os pequenos arrendatários, parceiros, minifundistas e moradores dos engenhos, que reivindicavam, além do direito de permanecerem na terra, o pagamento das benfeitorias feitas por eles. E como essas questões eram tratadas pelo Código Civil, que regula a relação entre os contratos comerciais, o principal recurso adotado foi o jurídico, embora o apoio político também fosse fundamental. Nesse contexto, os conflitos no campo não estavam sendo resolvidos apenas na base da força. Antes era comum, para se conseguir a expropriação dos camponeses, usar expedientes tais como a destruição da lavoura branca, a expulsão dos foreiros e a demissão dos moradores; agora, o proprietário tinha que dar alguma satisfação à justiça (p. 29).

Em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural veio garantir ao assalariado o direito à percepção do salário mínimo, das férias, do repouso semanal remunerado e do décimo terceiro mês. Os proprietários reagiram à aplicação da lei, mas os trabalhadores, organizados em sindicatos, resistiram. Criou-se uma atmosfera de tensão na região e a lei passou a ser aplicada com maior ou menor intensidade. Com a aplicação da lei, os proprietários preferiram diminuir o número de moradores, de empregados permanentes, utilizando geralmente trabalhadores avulsos contratados por empreiteiros residentes nas cidades e vilas. A assistência médica e social passou a ser dada aos seus associados pelos sindicatos rurais (ANDRADE, 1980, p. 110).

A partir de então, se verificaram várias denúncias feitas pelos sindicatos, algumas relatando a reação por parte dos patrões em razão do encaminhamento de questões trabalhistas, das constantes atitudes de violência contra os trabalhadores, o que permite se afirmar que estes continuaram a reagir, até espontaneamente, contra a exploração de que eram vítimas (ABREU e LIMA, 2005, p.124).

Para ilustrar esse contexto, a autora ressalta:

Significativas foram as greves que ocorreram no município do Cabo [...] A primeira greve no Cabo ocorreu em dezembro de 1966, atingindo 14 engenhos, que deviam as férias de 1963 e 1964, diferenças salariais referentes a 1965, 13º salário de 1964 e 1965. O movimento ampliou-se para mais 4 engenhos e, com um mês de duração, o ministro do trabalho Nascimento e Silva, afirmou que esta greve estava fora de sua área, devendo ser assumida pelo Ministério da Indústria e Comércio. Após 50 dias de greve, o presidente do sindicato do Cabo, João Luís da Silva dizia-se decepcionado com o governo federal, que abandonara os trabalhadores à própria sorte. [...] Em janeiro de 1968, o governo anunciou a desapropriação de cinco engenhos: Tiriri, Serraria, Massangana, Jasmim e Algodoais, para impedir o agravamento das tensões sociais (p. 125-126).

E, nesse âmbito, a Zona da Mata Pernambucana, de uma forma geral, e mais intensamente a Zona da Mata Sul, são marcadas por sua história de luta e resistência às mais diversas formas de violência, opressão e negligência às pessoas trabalhadoras do campo. Além dos exemplos já citados, e no subitem 5.2, como movimento iniciado pelos foreiros e a arte do remanchar do trabalhador na usina, temos especificamente na bacia do rio Pirapama no

município do Cabo de Santo Agostinho algumas conquistas, como o caso da Cooperativa Agrícola de Tiriri.

Verificamos nos anos de 1970 a tendência, ainda que incipiente, de quebra do caráter monocultor e da concentração fundiária da bacia do Pirapama com a desapropriação, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1973 e 1976, de terras dos engenhos Furna em Moreno, Tapugi de Cima, Tapugi de Baixo, Paris e Bom Tom/Arariba, no médio Pirapama (município do Cabo de Santo Agostinho) num total de 1.752 hectares, divididos em 61 lotes com área variando de 26 a 38 hectares. Os novos assentamentos passaram a explorar suas parcelas com cana-de-açúcar, banana, outras fruteiras e lavoura de subsistência (CPRH, 1998, p. 89).

De acordo com o relatório de uso e ocupação do solo da bacia do Pirapama elaborado pelo CPRH, outro programa de parcelamento de terras de antigos engenhos levado a efeito na década de 1970 foi efetuado pela Cooperativa Agrícola de Tiriri, que comprou em 1976/1977 terras dos engenhos pertencentes à Usina Maria das Mercês e dividiu-as em parcelas de um a 60 hectares. Essas parcelas passaram a ser exploradas pelos associados, na condição de posseiros, com cana-de-açúcar (60% da área), agricultura de subsistência (40%) ou como granjas, funcionando a cooperativa como intermediária na venda da cana às usinas e destilarias, relação que permaneceu até 1983, quando os associados se tornaram fornecedores autônomos (p.89).

Esta conquista de algumas pessoas produtoras é só mais um exemplo da trajetória percorrida pelo povo do campo da Zona da Mata Pernambucana, local que, pela própria condição físico-geográfica, é rico e abundante em recursos naturais, como resquícios de Mata Atlântica, extensões de terras férteis e o trânsito de rios.

Como dissemos anteriormente, a água, quase sempre, foi elemento de disputa em todas as sociedades humanas nas mais diversas épocas e culturas e a construção da barragem de Pirapama deflagrou um conflito de interesses e a mobilização dos/as pequenos/as agricultores/as do município do Cabo de Santo Agostinho, o qual, na sua trajetória, é marcado por disputas, luta e resistência das classes subalternas.

Assim, pretendemos tratar aqui de alguns acontecimentos econômico-históricos que apontam essa trajetória, alertando para o fato de que não temos a pretensão, nem nos cabe aqui, fazer um resgate histórico-cronológico de todas as lutas ocorridas no município; mas sim particularizar alguns aspectos para a melhor compreensão dos acontecimentos recentes decorrentes das grandes obras em curso no município. Para isto, vamos descrever o Movimento dos Atingidos pela Barragem de Pirapama.

5.5 O Movimento dos Atingidos pela Barragem de Pirapama – MAB – Pirapama

Os dados expostos aqui foram coletados durante a pesquisa de campo realizada no nosso mestrado (2002-2004) e extraídos do *Relatório dos impactos sociais e medidas de mitigação e compensação decorrentes da construção da barragem do rio Pirapama*, elaborado pelo grupo técnico-executivo Pirapama da COMPESA em abril de 2001, e do *Dossiê Pirapama* elaborado pelo setor de documentação do Centro de Cultura Luiz Freire.

Desde que o rio Pirapama foi apontado como o único manancial com capacidade para suprir a demanda por água da Região Metropolitana do Recife – RMR, houve três processos de indenizações ao longo de algumas décadas. Na década de 1960, quando ocorreu a primeira indenização, havia somente o Engenho Luis Caldas, e a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA indenizou apenas o dono do engenho, ignorando as demais famílias que ocupavam a área.

Em todos esses processos, havia famílias que permaneciam lá desde a sua terceira ou quarta geração, sempre resistindo, nunca saindo quando ocorriam as indenizações ou então saíam e logo depois, com a suspensão das obras, voltavam, bem como novas famílias, que, vendo a possibilidade de garantir a sua subsistência, se instalaram na área. Em 1991, havia 800 famílias; alguns eram posseiros, mas somente as famílias que possuíam pequenos lotes foram indenizadas.

O Decreto-Lei nº 14.825, de 21 de fevereiro de 1991, no seu artigo 1º, estabelece: ficam declaradas de necessidade e utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, em favor da Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, os imóveis constituídos de terrenos, benfeitorias e acessões, de propriedade particular, necessários à construção de barragem, sua bacia hidráulica e construção de estação elevatória, integrantes do sistema de abastecimento d'água da Região Metropolitana do Recife – Sul, no município do Cabo, nesse Estado. E foi assinado na data supracitada no Palácio do Campo das Princesas pelo então governador Carlos Wilson (1990 - 1991).

A partir de então, começou um longo processo que se estendeu até o ano de 1994, quando a obra foi paralisada com apenas 20% dos trabalhos concluídos e pode ser acompanhada pelos jornais do Estado com: denúncias de violência e atentados desferidos contra a população local; tentativas de embargar a obra caso não houvesse entendimento quanto à indenização das terras a serem alagadas; envio de abaixo-assinados para o Governo do Estado; mobilização do sindicato rural e ocupação de prédios do Governo; a população utilizava de todos os meios de protesto na busca pela manutenção de suas moradias e de sua própria sobrevivência.

Em 21 de agosto do ano de 1999, eram aproximadamente 400 famílias, quando o governo de Jarbas Vasconcelos (1º mandato de 1999 -2002) assinou o edital de licitação para a retomada da construção da barragem de Pirapama. A obra teve início sem consultar nenhum veículo de defesa e representação de direitos, quais sejam: as organizações que defendem o meio ambiente, as organizações dos trabalhadores e a Prefeitura.

Ao tomar conhecimento desse fato, a então Associação dos Pequenos Agricultores de Matapagipe convocou várias entidades da sociedade civil e, então se instituiu o “Fórum de Apoio” à luta dos atingidos pela barragem.

Esse Fórum foi formado pela Associação dos Pequenos Agricultores de Matapagipe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo, Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE), Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Rural do Cabo, Sindicato do Açúcar, Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC), Gabinete de Assessoria

Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), SINDIQUÍMICOS, Sindicato da Borracha e Pastoral do Setor de Ipojuca.

Em seguida, a COMPESA, que ficou encarregada de mediar todo o processo de negociação junto às famílias atingidas diretamente pelas obras da Barragem, fez um cadastramento, onde as famílias apresentaram uma proposta comum: troca de terra por terra e a indenização das benfeitorias. Durante esse cadastramento, ocorreram atos públicos reivindicando negociações com o Governo do Estado e uma passeata no Recife.

Eles utilizaram vários recursos passeatas, protestos, ocupação de órgãos públicos, como a Secretaria de Obras e Saneamento do Estado e tiveram o apoio de Sindicatos, Entidades, Organizações Não Governamentais (ONGs), Pastorais e Associações de vários municípios, como Ipojuca, Moreno e Recife e de alguns Deputados Estaduais e Federais.

Com o reinício das obras, começou também o embate quanto às indenizações das famílias residentes no local e novamente a população procurou meios de lutar pelos seus direitos. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Pirapama (COBH) - extinto no ano de 2010 - foi instituído, formado pelas diversas partes interessadas no uso direto da bacia: COMPESA, indústrias, agroindústrias, órgãos públicos responsáveis por licenciamento ambiental e outorga, ONGs, prefeituras e Associações, além dos agricultores atingidos.

No encerramento do acordo, no qual não se consolidou a proposta de troca de terra por terra, algumas famílias resolveram pegar o dinheiro da indenização e ir morar na cidade, outras famílias resolveram se inscrever no programa Cédula da Terra, onde a COMPESA intermediou a compra das terras. Os agricultores interessados escolheram terras em municípios próximos à área da barragem, numa tentativa de manter os vínculos e laços com a sua história pessoal e familiar.

A outra associação, Eco-Brigada, a qual também estava atuando nas negociações junto à COMPESA, sugeriu a criação de um parque ecológico na área da barragem, onde os moradores seriam vigias para evitar invasões e fariam o replantio do cinturão numa área de aproximadamente 603 hectares no entorno da barragem. Ao ser consultada, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) não autorizou a instalação de um parque na área, mas sim de algumas unidades de conservação.

Como sugestão de alguns membros da Associação, os idosos deveriam permanecer na área, pois eles não poderiam se inscrever no programa Cédula da Terra, já que, provavelmente, eles não teriam condições de cumprir as exigências do pagamento do financiamento das terras que se daria ao longo de 20 anos. Foi feito, então, o cadastro das famílias interessadas e daí foram escolhidas 15 famílias, as quais permaneceriam na área do entorno da Barragem.

Inicialmente, as famílias que permaneceram eram originárias ou nascidas na área. Atualmente, somente quatro são da formação inicial, pois muitos idosos resolveram sair por não conseguir mais trabalhar na terra. Então, seus familiares e outras pessoas de distritos vizinhos foram inscritos como sócios, permanecendo o mesmo número de quinze.

Por razões de ordem administrativa o presidente da Associação Eco-Brigada foi convidado a se retirar das terras e da Associação. A partir de então, a Eco-Brigada foi extinta e, em janeiro de 2002 foi instituída a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Pirapama – Eco-Pirapama.

Com essa breve exposição, percebemos que houve uma grande dispersão destas famílias que antes constituíam uma comunidade com uma historicidade, uma cotidianidade e modos de viver peculiares e onde quase todas, senão todas, as suas atividades eram organizadas em torno da sua vida próxima ao rio Pirapama.

Apesar dos protestos, das reivindicações e de todo o processo de lutas e negociações desde a década de 1990, em 2001, no Governo de Jarbas Vasconcelos (1º mandato de 1999 - 2002), foi oficialmente inaugurada a barragem de Pirapama.

Ao observarmos essa trajetória está evidente que

Movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis⁵³ portanto. Podemos ter

⁵³ A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser

duas acepções básicas de movimento: uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado (GOHN, 1997, p. 247).

Os movimentos das classes sociais antecedem qualquer ciência de sua evolução: tal ciência, na medida em que adquire significação histórica, é articulada por meio deles (BOTTOMORE, 2001, p. 270).

Para Leff:

A ação social não é o efeito de um determinismo teleológico, e se inscreve no contexto de uma racionalidade que outorga os sentidos e os valores da organização social. A história, a luta de classes e os movimentos populares são os processos que geram e transformam as estruturas sociais e as leis de suas tendências temporais. Essas estruturas não se transformam simplesmente como efeito de leis imanentes, mas sim pelas relações de poder que se desenvolvem em seu seio (2006, p. 60).

As manifestações de interesses comuns e a realização dos que vivem sob as mesmas condições de exploração criam a possibilidade de uma consciência de classe. Quando as classes conscientes produzem um movimento social e uma organização de classe, desenvolvem uma ideologia própria de classe (SCHERER-WARREN, 1987, p.34).

Gohn rejeita a divisão entre novos e velhos movimentos sociais preferindo agrupar os movimentos em cinco categorias independentes da contemporaneidade ou não de suas reivindicações e formas de atuação. E na terceira categoria – Movimentos sociais constituídos com suporte em determinados problemas sociais – afirma que existem bens cuja necessidade não é a de seu consumo, mas justamente o contrário, a de sua preservação ou uso controlado. A defesa de tais bens levou aos movimentos ecológicos, antinucleares, pacifistas etc. Nessa categoria encontram-se os movimentos

considerado como um ser da práxis, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, “o pensamento”) da “práxis”. BOTTOMORE, Tom. Op. Cit. P. 292.

pela preservação do meio ambiente (geográfico, social, econômico e cultural) (p. 269-270).

Já segundo Ilse Scherer-Warren, a diferenciação entre os velhos movimentos sociais e os novos movimentos sociais pode ser encontrada nas formas de suas organizações e de encaminhamento de suas lutas (2005, p. 67).

De acordo com a autora, a construção de grandes obras, como uma barragem, implica uma considerável ocupação territorial, que pode ser em espaços desocupados, como em já habitados. Só mais recentemente, estão sendo pesquisadas as consequências sociais desses grandes projetos sobre as populações diretamente atingidas, habitantes das áreas de sua implementação e que são removidas de suas terras e/ou moradias como decorrência destas (p.80).

No caso da barragem de Pirapama, as famílias hoje estão dispersas, procurando outras formas de sobrevivência. E nos meios de comunicação, especialmente televisivo, a barragem de Pirapama aparece como uma conquista, representando o interesse e benefício de dois milhões de habitantes da zona sul da Região Metropolitana do Recife - RMR, em detrimento dessas 400 famílias que foram deslocadas, para 'acabar com o racionamento de água'.

Devemos considerar, contudo, que a localidade em questão, ou seja, o município do Cabo de Santo Agostinho e a zona sul da RMR concentram o maior complexo industrial do Estado de Pernambuco e após os recentes empreendimentos, também amplamente divulgados na imprensa, constituirá o maior complexo industrial da região Norte-Nordeste.

O município é marcado por uma história de efervescência no campo político-social, pois sempre houve disputas políticas e a presença de organizações comunitárias como uma tradição local. Então, nos perguntamos: essa efervescência ou capacidade de mobilização característica do município poderá potencializar a resistência quanto às possíveis formas de distribuição do uso da água?

E é considerando estes aspectos e determinações, na tentativa de uma aproximação com a realidade, suas mediações e contradições, que trilhamos um caminho cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos no esforço de alcançar o concreto pensado em sua condição real, total e histórica do objeto

desta tese: os processos de organização social e institucionalização no município do Cabo de Santo Agostinho decorrentes da construção da barragem de Pirapama.

Analizamos, então no capítulo seguinte, o modo como uma parcela de pequenos/as agricultores/as removidos/as de suas moradias, com a construção da barragem de Pirapama, se organizam na tentativa de minimizar as suas perdas materiais e de reestruturação do seu espaço cotidiano.

Capítulo 6

O COTIDIANO E O LUGAR: A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A VIVÊNCIA DOS SUJEITOS NUMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Neste capítulo, trabalharemos a análise dos nossos dados empíricos coletados junto à diretoria da Associação Vanguarda Ecológica e com os/as pequenos/as produtores/as rurais associados à Vanguarda e, para maior desvendamento do nosso objeto, iniciaremos o capítulo conceituando teoricamente as duas categorias, que estão mais próximas da nossa discussão.

As categorias de cotidiano e da questão de gênero estão presentes explicitamente nos nossos questionamentos e indagações sobre a temática, sendo mencionados em nossos instrumentais da pesquisa nos roteiros e nas entrevistas semi estruturadas que aplicamos junto ao nosso universo de pessoas interpeladas.

Também por serem tão imbricadas e explicitamente expostas nas falas e depoimentos aqui analisados, além de estarem presentes no estabelecimento das relações sociais e na produção e reprodução dos modos de vida, achamos conveniente fazer breves comentários sobre como os conceitos de cotidiano e da questão de gênero são trabalhados na contemporaneidade.

6.1 O cotidiano

A reprodução das relações sociais é a *reprodução da totalidade do processo social*, a *reprodução de determinado modo de vida* que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 72).

O cotidiano é história? É e não é. É, porque a História na acepção dialética só o é como História vivida, como história da práxis. Não é, porque a história não se restringe ao cotidiano (MARTINS, 2000, p. 141).

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social.

Nesse sentido Cincinato⁵⁴ é um símbolo. As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas “em si” (HELLER, 2008, p. 34).

“O cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz. [...] não há cotidiano sem história” (MARTINS, 2000, p. 102). É na análise do cotidiano com a apreensão da dinâmica histórica da realidade que podemos identificar a unidade contraditória subjacente à aparência dos fenômenos.

O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo; e isso sem que o interessado tenha que examinar as articulações dessas partes (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade (HELLER, 2008, p.34-35).

E a autora continua seu raciocínio, indagando: o que caracteriza essa particularidade social (ou socialmente mediatizada)? A *unicidade* e a *irrepetibilidade* são, nesse ponto, fatos ontológicos fundamentais. O único e irrepetível, porém se converte num complexo cada vez mais complexo, que se baseia na assimilação da realidade social dada e, ao mesmo tempo, das

⁵⁴ Lúcio Quinto Cincinato (519 a.C - 439 a. C.). Conta-se que recebeu a delegação do Senado romano que levava a notícia de sua nomeação, de ditador, enquanto arava suas próprias terras no ano de 458 a. C., cargo que exerceu durante dezesseis dias, quando então renunciou e retornou às suas atividades com o arado. (p. 390). PATXOT Y FERRER, Fernando (edição). **Los héroes y las grandezas de la tierra: anales del mundo, formacion, revoluciones y guerras de todos los impérios, desde La creacion hasta nuestros dias.** Tomo segundo. Barcelona: Imprenta de Cervantes, 1855. (p. 390).

capacidades dadas de manipulação das coisas; a assimilação contém em cada caso (inclusive no do homem mais primitivo) algo de momento “irredutível”, “único” (p. 35).

Seabra argumenta que

[...] o cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade; lugar de realização da indústria cultural visando os modelos de consumo, no que se destaca o papel da mídia. Enfim, no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas, sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferença (1996, p.77).

Essa particularidade que se firma como diferença não pode deixar de ser analisada considerando “a dialética da tríade universalidade-particularidade-singularidade⁵⁵ que se expressa na realidade da vida cotidiana de cada ser social” (PONTES, 1997, p. 85).

É na vida cotidiana que está o núcleo racional, o centro real da práxis (LEFEBVRE, 1991, p. 38). Aqui entendemos práxis como o conjunto das objetivações humanas, por meio das quais os homens se realizam como seres humano-genéricos, objetivações estas que não se reduzem ao trabalho. É por meio deste, entretando, que o ser social se constitui, se expressa, se desenvolve, cria e recria relações sociais (GUERRA, 1995, p. 103).

Tais relações sociais que são observadas como

[...] uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder etc., como também na profissão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 73).

⁵⁵ Por um lado, a realidade objetiva, independente da consciência, contém em si objetivamente todas as três categorias (singularidade, particularidade e universalidade) e que, portanto, se o reflexo abandona o terreno da imediata singularidade, isto não significa abandonar a objetividade, não se trata de uma “criatividade soberana” do eu cognoscente ou artístico; mas que, por outro lado, as categorias da universalização (e, portanto também a particularidade) não possuem nenhuma forma autônoma na realidade mesma, que elas são antes imanentes a esta realidade como determinações que necessariamente reaparecem, e que, portanto, isolá-las e erigi-las em formas dotadas de uma existência que se pretenda fundada em si mesma é uma falsificação – idealista – da essência e da estrutura da realidade objetiva (p.176). LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

E é na reprodução dessas relações sociais, nesses diversos espaços de sociabilidade, que devemos considerar o plano da singularidade como:

a expressão dos objetos “em si”, ou seja, é o nível de sua existência imediata em que se vão apresentar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas, rotineiras, casuais (PONTES, 1997, p. 85).

Ao analisarmos estas situações singulares da vida em sociedade, observamos que

A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob o seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessariamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito. O vivido torna-se o vivido sem sentido, alienado. Ou, melhor, seu sentido se restringe às conexões visíveis dos diferentes momentos do que se faz. Os desdobramentos remotos do que fazemos (ou, ao menos, a suposição dos desdobramentos) já não são acessíveis na significação de cada gesto e de cada passo. Estamos aparentemente condenados ao tempo trágico do atual e do imediato, ao tempo da falta de imaginação e da falta de esperança. O estranho e indecifrável já não nos incomoda nem mesmo como mistério. Ele não tem explicação: é um invasor que está no interior de cada um (MARTINS, 2000, p. 84).

Todo conhecimento do mundo e toda pergunta acerca do mundo, motivados diretamente pelo “Eu” único, por suas necessidades e paixões, é uma questão da particularidade individual. “Por que vivo?”, “Que devo esperar do todo?” – são perguntas desse tipo. A teleologia da particularidade orienta-se – sempre para a própria particularidade, ou seja, para o indivíduo (HELLER, 2008, p. 35).

Na qualidade de indivíduo, o homem é um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento,

classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (p. 36).

Além dos aspectos da vida cotidiana no ou para o indivíduo, esta se apresenta também nas relações produzidas, na existência social, na “consciência de nós”.

O estudo da vida cotidiana mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina, assim, o lugar em que se formulam os problemas concretos da *produção* em sentido amplo: a maneira como é *produzida* a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

A vida cotidiana não é um resíduo desprezível da realidade social, histórica, política, cultural etc. Ela domina a vida social no mundo moderno e, ao mesmo tempo, se tornou mediação fundamental na historicidade da sociedade moderna (MARTINS, 2000, p. 151).

De acordo com Heller,

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade. Ao contrário não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão somente na cotidianidade, embora, esta o absorva preponderantemente

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro. Aqui se coloca que o homem se insere na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. Disto decorre, também, que nenhuma delas realiza-se em toda a sua intensidade (2008, p.31).

Para Martins, ela está sujeita aos choques que estabelecem descontinuidades mais ou menos profundas na passagem de um mundo ao outro do que Schutz define como realidades múltiplas. Múltiplas, justamente, porque cada mundo (como a vida cotidiana, o sonho, a loucura etc.) tem o seu próprio estilo cognitivo, definidor dos limites de suas significações. Embora a

vida cotidiana seja o mundo que dá sentido aos demais, como referência, aparece subvertida e alterada nesses outros mundos. O que nos mostram as descontinuidades que perpassam a vida cotidiana todos os dias (2000, p. 62).

Enquanto isso, Heller argumenta que

os choques entre particularidade e genericidade não costumam tornar-se conscientes na vida cotidiana; ambas submetem-se sucessivamente uma à outra do aludido modo, ou seja, “mudamente”. [...]. Com isso, aumentam as possibilidades que tem a particularidade de submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, dos desejos, do egoísmo do indivíduo (2008, p. 38).

Estes ‘choques’ e ‘descontinuidades’ devem ser analisados considerando o momento histórico, nas suas mais variadas determinações e a cultura na qual estão inseridos:

[...] de um lado a cultura não é uma vã efervescência, mas ela é ativa e específica, ligada a um modo de vida; de outro lado, que os interesses de classe (ligados estruturalmente às relações de produção e de consumo) não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em sua globalidade durante o tempo em que ela funcionar. A vida cotidiana se define como lugar social desse ‘feedback’. Um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sobre um duplo aspecto: é o resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social (LEFEBVRE, 1991, p. 39).

O homem cotidiano se fecha em suas propriedades, seus bens e suas satisfações, e às vezes se arrepende. Ele está ou parece estar mais próximo da natureza do que o sujeito da reflexão ou da cultura. E muito mais a mulher cotidiana: mais capaz de cólera, de alegria, de paixão e de ação, mais vizinha das tempestades, da sensualidade dos laços entre a vida e a morte, das riquezas elementares e espontâneas. Mas isso é verdadeiro ou falso, aparente ou real, superficial ou profundo? (LEFEBVRE, 1991, p. 23).

E é considerando o aspecto cultural no contexto da contemporaneidade do modo de produção capitalista, onde prevalecem o ‘mundo da produção’ e a maior extração da mais-valia, que situaremos a questão de gênero ou o lugar da mulher (as quais realizam as tarefas relativas à reprodução humana) no cotidiano da Associação Vanguarda Ecológica e da produção familiar (ver subitens 6.3 e 6.4).

Vandana Shiva e Maria Mies, ao falarem da questão de gênero e do lugar da mulher na distribuição do tempo de trabalho, acentuam que

Os estudos de distribuição do tempo, que não dependem de uma definição 'a priori' do trabalho, refletem mais de perto a multiplicidade de tarefas desempenhadas; e o movimento sazonal ou mesmo diário, dentro e fora da força de trabalho convencional que caracteriza a estratégia de modo de vida da maior parte das mulheres do campo. Os técnicos de estatística e os investigadores sofrem de uma incapacidade conceitual para definir o trabalho das mulheres dentro e fora de casa – e a agricultura faz normalmente parte de ambos. O reconhecimento do que é e não é mão de obra é exacerbado pelo enorme volume e variedade de trabalho que as mulheres executam. Está também relacionado com o fato de, embora as mulheres trabalhem para sustentar as famílias e as comunidades, a maior parte do que fazem não é medido em salários. O seu trabalho é igualmente invisível, por que elas estão concentradas fora do trabalho remunerado ou relacionado com o mercado e estão normalmente empenhadas em múltiplas tarefas (1993, p. 218).

A forma de desenvolvimento capitalista produziu historicamente uma vida cotidiana onde o tempo que conta e que tem valor é aquele empregado na produção, aquele que gera mais-valia. O tempo do cuidado com a reprodução da vida das pessoas não é levado em conta na distribuição do tempo dentro da relação produção x reprodução. O período dedicado ao descanso, ao lazer, à reposição de energia, é aquele que sobra das atividades produtivas. A duração dessa “sobra” é fruto de processos históricos, de transformações nas relações sociais entre capital e trabalho. Não é o mesmo em todo lugar, nem para todos/as trabalhadores/as (ÁVILA, 2002, p. 38).

E a autora ressalta:

Onde, está, portanto, o tempo para os cuidados necessários para manter a vida da coletividade humana, isto é, para o desenvolvimento das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde e o aconchego? Qual o tempo definido para o cuidado com as pessoas que não têm condições de se autocuidar como as crianças, idosos/as e outras pessoas que não têm condições físicas ou mentais para isso? Esse tempo que não é percebido como parte da organização social do tempo, é retirado da vida das mulheres como parte das atribuições femininas, determinadas pelas relações de poder de gênero. As mulheres que estão no mercado de trabalho, e hoje constituem – no Brasil e em muitos outros Países – uma maioria, produzem um tempo para isso tirado daquele que sobra da sua inserção na produção. É aí que se produz a dupla jornada,

onde as tarefas da reprodução são entendidas como não portadoras de valor social (ÁVILA, 2002, p. 38 - 39).

Massey sugere que outro foco deve ser considerado aquele da intrincada e profunda conexão do espaço e do lugar com as relações de gênero e da sua elaboração. Algumas destas conexões são trabalhadas por meio da formulação do real, de um lado, pelas geografias do mundo real e, de outro, pela especificidade cultural das definições de gênero. A Geografia importa o estabelecimento do gênero. A variação geográfica nas relações de gênero, por exemplo, é um elemento significativo na produção e na reprodução de geografias imaginativas e do desenvolvimento desigual (1994, p. 02).

Pesa sobre as mulheres o fardo da cotidianidade. É provável que tirem vantagem disso. Sua tática: inverter a situação. Nem por isso deixam de aguentar a carga. Acontece que, em sua maioria, elas ficam presas na pesada massa. Para as outras, pensar é evadir-se, não ver mais, esquecer o atolamento, não perceber mais a massa pegajosa. As mulheres têm álibis; elas são um álibi. E se queixam. De quê? Dos homens, da condição humana da vida, dos deuses e de Deus. Elas passam ao largo. São ao mesmo tempo sujeitos na cotidianidade e vítimas da vida cotidiana, portanto objetos, álibis (a beleza, a feminilidade, a moda etc.) e é a elas que os álibis maltratam. São igualmente compradoras e consumidoras de mercadorias e símbolos da mercadoria (na publicidade: o nu e o sorriso). A ambiguidade de sua situação no cotidiano, que faz parte, precisamente, da cotidianidade e da modernidade, fecha-lhes o acesso à compreensão (LEFEBVRE, 1991, p. 83).

De acordo com Ávila,

a realização das tarefas relativas à reprodução, entendida aqui como processo de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos, são contabilizadas como parte da dinâmica natural da vida cotidiana, cuja responsabilidade está a cargo das mulheres. Essa dinâmica, que está implícita na concepção tradicional do feminino associado às mulheres, está questionada e, em algumas situações, alterada, mas não está superada. O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social. Essa concepção ainda é dominante nas instâncias de poder responsáveis pela produção de políticas públicas e de normas que regulam as relações sociais (2002, p. 42).

Não podemos esquecer de que estas relações sociais, essa cotidianidade dos trabalhos domésticos, são constituídas social e historicamente, numa determinada cultura, num certo espaço, lugar e tempo.

E é observando esse princípio que nesta tese faremos uma análise das relações sociais, especificamente do vínculo com a Associação Vanguarda Ecológica e das mudanças no cotidiano das famílias deslocadas da área da barragem de Pirapama numa perspectiva de gênero. No próximo item, faremos breve abordagem sobre o conceito e as determinações das relações sociais de gênero.

6.2 A questão de gênero

As relações entre homens e mulheres são estudadas sob os mais diferentes ângulos e nos mais diversos espaços e contextos. Nesta tese, analisaremos as expressões da questão de gênero no meio rural, mais precisamente com os/as pequenos/as agricultores/as integrantes da Associação Vanguarda Ecológica no município do Cabo de Santo Agostinho.

O gênero é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1991, p.04).

Para Lima *et alii* (Orgs),

As imagens de gênero parecem que persistem nos imaginários: social em geral (às vezes nas próprias mulheres); empresarial, sindical, em algumas instituições do mundo do trabalho e também entre os formuladores de políticas públicas. Tais imagens reforçam a ideias de que o lugar da mulher é o mundo privado, doméstico, reprodutivo.

Apesar da crescente aceitação de que ela pode entrar no território masculino do público e do produtivo, será sempre uma entrada incompleta, inadequada, com falhas. A imagem da mulher mãe, dona de casa, responsável pelo cuidado da família estaria sempre atrapalhando, projetando a sua sombra sobre a imagem da mulher trabalhadora, produtiva, competitiva (2002, p. 14).

O conceito de gênero se usa para fazer a diferença entre as características biológicas de mulheres e homens e as que são adquiridas mediante a aprendizagem. O termo enfatiza que as diferenças de comportamento, atitudes e funções que assumem mulheres e homens na sociedade não estão determinadas pela biologia, mas sim são resultado das crenças sociais sobre o que devem ser as mulheres e os homens. O termo gênero faz referência à forma como as sociedades determinam comportamentos e atividades diferenciadas mediante a educação, a família, os meios de comunicação etc. (SOARES & SALAZAR, 2006, p. 23).

Scott exprime a ideia do gênero como

[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único (1991, p.14).

Para Mészáros,

[...] ainda que mantidos dentro dos limites bem demarcados das concessões puramente formais/legais, nos séculos XIX e XX fizeram-se avanços na questão da emancipação das mulheres, como a celebrada vitória das sufragistas ou a eliminação de parte da legislação discriminatória contra as mulheres. Entretanto, essas mudanças não afetaram significativamente as relações de poder material da desigualdade estrutural, assim como a eleição de governos socialdemocratas e trabalhistas em nada emancipou o trabalho do domínio do capital (2002, p. 277).

O gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. Seria melhor dizer que o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do

poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. [...] os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito literalmente ao gênero em si mesmo. O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980) escreveu sobre as maneiras como a “divisão do mundo”, fundada sobre referências às “diferenças biológicas particularmente àquelas que se referem à divisão sexual do trabalho, da procriação, da reprodução”, opera como “a mais fundamentada das ilusões coletivas” (SCOTT, 1991, p.16-17).

E a autora continua enfatizando que,

Estabelecido como um conjunto objetivo de referências, o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si. O antropólogo francês Maurice Godelier (1978) formulou isto desta forma: “Não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo. As diferenças entre os corpos que são ligados ao sexo, são constantemente solicitadas para testemunhar as relações e fenômenos sociais que não têm nada a ver com a sexualidade. Não só testemunhar, mas testemunhar a favor, isto é, legitimar” (1991, p.16-17).

Ao observarmos essa distribuição de poder, devemos considerar que todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, pois é graças “a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que aquelas atividades adquirem sentido e os seres humanos tornam-se capazes de se comunicar. Desta sorte, ao nível da sociedade, não existem fenômenos naturais” (SAFFIOTI, 1994, p. 271).

De acordo com Scott,

nos símbolos culturais estão presentes as representações simbólicas, muitas vezes de caráter contraditórias, como a oposição representada por Eva e Maria como símbolo da mulher pecadora e santa. Os conceitos normativos ilustram as interpretações dos símbolos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, que definem os valores e papéis opostos para o masculino e o feminino, num contexto no qual prevalece um padrão em termos de valores (1990, p. 15).

Mcdowell, argumenta que

[...] na realidade, ambos os aspectos – o gênero como significado simbólico e como conjunto de relações sociais materiais – são inseparáveis. Ao definir o gênero deve-se considerar que as atuações sociais, entre elas um amplo conjunto de interações em múltiplos lugares e situações – por exemplo, no trabalho, na casa, no bar ou ginásio – e as distintas formas de pensar e representar o lugar e o gênero se relacionam entre si e se criam umas às outras. Todos atuamos como nos ditam nossas ideias, que sempre respondem a uma criação cultural e estão histórica e espacialmente situadas (2000, p.20).

Ultrapassando esse significado simbólico e o conjunto das relações sociais materiais, “a *submissão das mulheres caminha paralelamente com a exploração dos trabalhadores em seu conjunto, e com as discriminações praticadas contra os negros e outras minorias*” (REED, 2008, p. 19), bem como a exploração e destruição dos recursos naturais. Então ao analisarmos a questão de gênero devemos considerar as determinações específicas das relações culturais historicamente construídas.

Sendo assim, não se trata de buscar qualquer outra igualdade situada fora do campo social, na medida em que isto levaria, inexoravelmente, a uma essência masculina e a uma essência feminina. Tampouco se trata de negar diferenças entre homens e mulheres, o que representaria intolerância, mas como fruto de uma convivência social mediada pela cultura (SAFFIOTI, 1994, p. 271).

Um aspecto abordado por Mészáros quanto à justiça e à igualdade é que

[...] a única maneira possível de realmente dar uma base à própria justiça, retirando-a do reino da mistificação ideológica e da manipulação cínica, é fazer com que a igualdade substantiva se torne o princípio eficaz de regulamentação de todas as relações humanas. [...] somente a igualdade substantiva pode ser a base de uma justiça significativa, mas nenhuma justiça legalmente decretada criaria uma igualdade legítima. [...] Portanto, quaisquer tentativas de conciliar este sistema com os princípios da justiça e da igualdade são inevitavelmente absurdas – elas só podem importar no que uma expressão húngara chama de “forjar rodas de ferro da madeira de lenha” (2002, p. 305-306).

Para o autor, a definição das questões em jogo em termos de “igualdade de oportunidades” está nas mãos dos que anseiam por evitar qualquer mudança nas relações de poder prevaletentes e nas correspondentes hierarquias estruturalmente impostas, oferecendo a promessa irrealizável de “oportunidade igual” diante dos críticos da desigualdade social como a ‘cenoura inalcançável na frente do burro’. A promessa de “imparcialidade” e “justiça” em um mundo dominado pelo capital só pode ser o álbi mistificador para a permanência da *desigualdade substantiva* (2002, p. 305).

De acordo com Shiva e Mies,

Para o Terceiro Mundo e para as mulheres a igualdade e a liberdade têm significados diferentes. Naquilo que parece ser o domínio remoto do comércio internacional, estes diferentes significados de igualdade e liberdade são um foco de contestação e conflito. O comércio livre na alimentação e na agricultura é a localização concreta das mais fundamentais questões éticas e econômicas da existência humana nos tempos presentes. **É aí que as mulheres do Terceiro Mundo têm um contributo singular a dar, por que nas suas vidas cotidianas personificam as três colonizações sobre as quais se baseia o patriarcado moderno: a colonização da natureza, das mulheres e do Terceiro Mundo**⁵⁶ (1993, p. 318).

É significativo o fato de que, estando a liberação das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica entra em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital. A causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (MÉSZÁROS, 2002, p. 307).

Assim, precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, necessitamos de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual (SCOTT, 1991, p.13).

Conceber gênero como uma relação entre sujeitos historicamente situados para Saffioti,

[...] é fundamental para demarcar o campo de batalha e identificar o adversário. Nestas circunstâncias, o inimigo da mulher não é o homem nem enquanto indivíduo, nem como categoria social, embora

⁵⁶ Grifo nosso.

seja personificado por ele. O alvo a atacar passa a ser, numa concepção relacional, o padrão dominante de relação de gênero. Diferentemente do que se pensa com frequência, o gênero não regula somente as relações entre homens e mulheres, mas normatiza também relações homem-homem e relações mulher-mulher (1994, p. 275-6).

A autora afirma que, embora se pensasse superada a fase histórica de que a biologia é o destino, surgiu na década de 1980 e continua grassando atualmente um retorno assustador a posições essencialistas, vinculando a mulher à Natureza e o homem à Cultura (p. 271).

Aqui queremos enfatizar também o estabelecimento das relações de gênero num determinado lugar e espaço e, nesta perspectiva, acreditamos que:

[...] há outros níveis em que o espaço, o lugar e o gênero estão relacionados: isto é, em sua construção mesma como ideias culturais específicas - nos termos da natureza conceitual dessa construção e de seu índice substantivo - e na sobreposição e na inter-relação das características e das conotações com que cada um é associada. Os modos de pensar particulares sobre o espaço e o lugar são diretamente e indiretamente, construções sociais particulares de relações de gênero (MASSEY, 1994, p. 02).

E é nesse sentido, numa perspectiva de gênero, considerando um determinado lugar num certo contexto histórico, que examinaremos, no próximo item, as relações do cotidiano nas atividades da Associação Vanguarda Ecológica, bem como das atividades agrícolas desenvolvidas pelas pessoas deslocadas da área da barragem de Pirapama.

6.3 A Associação de Produtores Rurais e Amigos da Natureza - Vanguarda Ecológica numa perspectiva de gênero⁵⁷

6.3.1 O cotidiano e as atividades da Vanguarda Ecológica

Antes de nos reportar à constituição da Vanguarda Ecológica, nos referimos ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na Agricultura Familiar do município do Cabo de Santo Agostinho (SINTRAF), pois este sindicato é constantemente referido como um 'aliado' da Vanguarda Ecológica no atendimento e assistência aos agricultores no município.

Quanto à institucionalização dos/as pequenos/as produtores/as rurais do Cabo de Santo Agostinho, uma integrante da diretoria da Vanguarda Ecológica esclarece que:

O SINTRAF é o representante dentro de Pernambuco para agricultura familiar. Todos os sócios da associação são sócios do sindicato e de vários outros, às vezes. A função social da Associação é de ajudar o agricultor a produzir, é fazer o encaminhamento dos agricultores para o sindicato, a gente faz uma declaração de que eles são sócios da associação comprovando que eles são agricultores.

A associação é representante da agricultura familiar e o sindicato é uma porta aberta para as pessoas irem mais longe. A gente trabalha no campo e eles trabalham mais com a secretaria de agricultura do Estado, o SINTRAF em geral; todo agricultor que se preza ele tem que ser filiado no sindicato, também por que quando ele precisar do benefício, do auxílio maternidade, de uma aposentadoria vai ter que ter o sindicato para representar ele lá no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Muito antes de ser da associação tem que ser do sindicato (JESEBEL, 2011).

Nessa fala, fica evidente o caráter politizado de consciência dos direitos e do acesso aos benefícios da previdência social e das políticas sociais de uma

⁵⁷ As informações obtidas aqui foram coletadas em conversas com as mulheres integrantes da Diretoria da Associação Vanguarda Ecológica e durante a observação participante nas reuniões da Vanguarda Ecológica.

forma geral, bem como da relevância da institucionalização para viabilizar o acesso a estes benefícios e direitos.

Após nos esclarecer sobre o vínculo e a função do sindicato, com a finalidade de deixar os papéis bem definidos, a diretoria nos falou do início da Associação de Produtores Rurais e Amigos da Natureza - Vanguarda Ecológica (ver figura abaixo), foi fundada em janeiro de 2000.



Fig 20. Fachada da sede da Associação Vanguarda Ecológica

Foto: Cicera Gomes, 2011.

Sobre o início da instituição, Sulamita explica:

Em 2000 os agricultores saíram de Matapagipe da comunidade Mato grosso e com a indenização teve a necessidade do pessoal se organizar enquanto associação; estava vendo a hora sair sem direito nenhum, a água chegar tal [...]. Aí a necessidade de se organizar para comprar uma terra, até para a negociação dessas propriedades, benfeitorias e o pessoal estava tendo muita resistência.

E essa terra ia ser de responsabilidade do governo do Estado e ia levar a população para essa área, mas depois que os moradores conheceram essa área a maioria desistiu, alguns foram e depois voltaram por que era Agreste e Zona da Mata (como São Benedito do Sul, Tamandaré, Gameleira e Buenos Aires) e não estavam acostumados.

As pessoas se separaram, foram para o Agreste e perderam completamente o contato; agora os que ficaram aqui, estão ligados à associação, tem pessoas que estão em mais de uma associação.

Alguns ficaram aqui e a associação ficou sem muitas atividades, foi ficando, como aqui tinha umas áreas que estavam sendo vendidas aí o pessoal foi comprando $\frac{1}{2}$, 1,00, 2,00 hectares e foi ficando todo mundo perto um do outro e não tinha energia, estrada, escola. E a partir daí a associação começou a ficar mais ativa, ver a questão de

crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) por uma necessidade e demanda da comunidade (SULAMITA, 2011).

A institucionalização por meio da criação da Associação possibilitou às pessoas deslocadas da área da barragem maior “poder” de negociação e de escolhas. Algumas preferiram ou optaram por aceitar as terras que a COMPESA, na qualidade de representante do Governo do Estado, ofereceu e outras preferiram negociar para ter uma indenização maior e poder investir em alguma terra ali mesmo no município do Cabo. Isto facilitou para alguns manter a proximidade física-espacial e também em termos de idealismos de procurar alternativas para melhorar as suas condições de vida e trabalho na terra que escolheram para morar.

A sede da Vanguarda Ecológica tem uma antessala, onde são realizadas as reuniões (ver figura abaixo), dois banheiros, um masculino e um feminino, uma cozinha e um escritório onde são feitos os atendimentos para o pagamento das mensalidades dos/as associados/as etc.; na sala onde acontecem as reuniões, há infraestrutura para a instalação de dez computadores onde eles pretendem oferecer aulas de informática para a comunidade.



Fig 21. Sala de reunião da Associação Vanguarda Ecológica
Foto: Cicera Gomes, 2011.

É interessante observar como as pessoas associados e/ou a diretoria têm senso de coletividade e de perspectivas para melhorias e aquisição de bens e serviços nas mais diversas áreas para o maior número de pessoas e

para públicos diferentes, o que fica evidente com a construção da sede da associação já pensando e proporcionando as instalações necessárias para as aulas de informática.

Localizada no engenho Pirapama no loteamento Flor do Vale, desde a sua fundação, a associação sempre teve mulheres ocupando o cargo da presidência e atualmente a maioria da diretoria também é composta por mulheres. As eleições eram de cinco em cinco anos e, desde o ano de 2009, com a mudança do estatuto, passaram a ser de quatro em quatro anos. A atual gestão começou em 2010 e vai até 2014.

Com esta afirmação, questionamos a diretoria sobre sua opinião ou percepção quanto à presença de tantas mulheres em cargos tão visíveis como a presidência e a tesouraria, ao que tivemos como resposta:

A nossa presença enquanto mulher na diretoria é muito positiva por que os homens eles se sentem à vontade, se acham até mais superiores [...] por que a mulher está ali [...] não [...]. E a gente trata bem as mulheres; por que tem várias mulheres agricultoras e não é a mulher que está representando o marido não, é a mulher que está ela mesma no seu roçado, com seu projeto (SULAMITA).

Apesar de falar da ‘positividade’ e do fato de tratar bem as mulheres na associação fica evidente, ao analisarmos a fala da interlocutora, que, de certa forma, os homens, ao se reportarem às mulheres da diretoria adotam uma postura na qual se aparenta que as mulheres estão lá (nos cargos da diretoria) trabalhando para eles, que elas estão ali para servi-los, estão disponíveis para eles, com a sua função, no seu cargo, é seu dever, sua obrigação dirimir as suas dúvidas, resolver os seus questionamentos.

Este fato reitera os dogmas, percepções e rituais do machismo em nossa sociedade, onde mesmo nos espaços de conquista feminina (inclusive com cargos de liderança, numa posição privilegiada de *status* e alguma forma de poder) os homens têm uma postura ou procuram alguma forma de se postarem como superiores, mesmo que seja se posicionando como um sujeito de direitos e a mulher, no seu cargo, como um sujeito de deveres para com eles, homens.

Então, perguntamos o por que essa ‘positividade’:

O respeito e a consideração pelas mulheres na diretoria não é por que elas são casadas e têm filhos, não é nem isso, é a disciplina dentro da associação.

Eu me casei há 2 anos, mas passei a maior parte do tempo (10 anos, duas gestões) como presidente na associação solteira e eu não me lembro de em nenhum momento nenhum agricultor me faltar com respeito, nem soltar uma graça, nem falar mais alto que eu e até hoje, mesmo saindo, os agricultores têm uma consideração muito grande por mim.

Não tem nada a ver se você é casada ou solteira, de jeito nenhum, tem a ver com a sua postura, com o seu trabalho (SULAMITA, 2011).

Ser casada ou solteira não parece ter muita importância para uma relação respeitosa em termos de trato entre os homens associados e as mulheres da diretoria. O que determina essa relação respeitosa é a competência, a dedicação e os esforços das mulheres em atender às demandas, esclarecer dúvidas e “correr atrás” dos projetos e do acesso aos bens e serviços para os integrantes da associação, ou seja, elas têm que ser deveras competentes, demonstrar em cada conversa, atendimento ou na condução das reuniões, que são boas, esforçadas e fazem o máximo para o bom andamento das atividades da associação. Mais uma vez as mulheres têm “que trabalhar dobrado” para conquistar o seu espaço e os méritos pela sua atuação.

E para enfatizar a relevância da participação e atuação das mulheres na associação, ela cita, com muita admiração e respeito, e nos diz ‘*coloque isso na sua pesquisa*’, o seguinte exemplo de uma mulher que é casada, seu marido é aposentado e ela é que trabalha na agricultura:

É um sítio super produtivo. Todo sábado ela está na feira vendendo os produtos dela e não passa necessidade; [...] tem uma vida confortável. Ela reorganizou a economia da família com o sítio, o marido dela está aposentado, já é um pouco velho e não trabalha; mas quem trabalha é ela, acorda às 5:00 horas da manhã, coloca protetor solar, bota o chapéu, nem parece agricultora, mas está lá produzindo todo dia. Todo sábado tira R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 reais vendendo maracujá, couve, inhame, alface, cará, banana etc. o que cultiva na propriedade e ela não tinha nada no sítio quando ela comprou há sete anos (SULAMITA, 2011).

Não é novidade na história do *Homo sapiens* uma mulher que trabalha na terra ou no roçado (inclusive nos relatos dos primeiros agrupamentos humanos essa era a tarefa executada pelas mulheres enquanto os homens saíam para caçar) e consegue tirar o sustento de sua família e proporcionar as condições mínimas de manutenção do lar.

Quanto à atuação cotidiana das práticas no campo e das atividades agrícolas desempenhadas pelas mulheres, Vandana Shiva e Maria Mies argumentam:

Na produção e preparação de alimentos vegetais, as mulheres necessitam de prática e conhecimento. Para preparar sementes, precisam ter conhecimento sobre a preparação, as condições de germinação e a escolha do solo. A preparação das sementes requer discernimento visual, uma apurada coordenação motora, sensibilidade aos níveis de umidade e às condições meteorológicas. Plantar e regar as sementes exige o conhecimento das estações, do clima, das necessidades das plantas, das condições atmosféricas, dos fatores micro-climáticos e do enriquecimento dos solos; espalhar sementes requer destreza e força física. Alimentar corretamente as plantas exige informação sobre a natureza das doenças da planta, a poda, a colocação de estacas, o abastecimento de água, a plantação de companheiras, os predadores, as sequências, as estações de crescimento e de manutenção do solo. Persistência e força física e atenção às necessidades da planta são essenciais. As colheitas requerem julgamentos em relação ao tempo, ao trabalho e à classificação; e conhecimentos de preservação, utilização imediata e propagação (1993, p. 218-219).

A Vanguarda Ecológica tem aproximadamente cem sócios/as com idades entre 25 e 65 anos, entre os sócios 70% são homens e 30% mulheres. A maioria dos empréstimos ao Banco do Brasil são feitos pelos homens, cerca de 80% do universo associado; sobre a participação deste percentual de homens e mulheres, a integrante da diretoria da associação expressa:

Tem muitas mulheres, não é nem por que a mulher toma a frente de tudo, por que na cultura do campo é mais o agricultor quem manda, é assim... 'foi Deus que quis assim, o homem é que está no comando'. Às vezes o homem não pode usar o nome dele, o nome está sujo e usa o nome da mulher para fazer o empréstimo. Tem as mulheres que fazem, elas tiram o empréstimo, elas plantam, são separadas,

viúvas. O chefe é sempre o homem. Quando se associa, na maioria das vezes, é ele e a esposa [...] até para ter direitos; serve para o auxílio maternidade, acidente de trabalho, a gente dá a declaração de que você é agricultora. A mulher pode não está no comando, mas ela é sócia, ela não ajuda na agricultura familiar? Então ela também é sócia (JESEBEL, 2011).

Ter acesso aos direitos trabalhistas e aos benéficos da previdência social como uma cidadã no exercício pleno de seus direitos é algo que nem todas as mulheres do campo têm e muitas vezes, ao exercerem o seu direito, aparecem sempre como coadjuvantes, como a esposa, aquela que colabora, que realiza trabalhos secundários como um auxílio para o seu companheiro ou como aquela mulher que, por uma “fatalidade da vida”, está sem marido e precisa se manter e a sua família sozinha.

Este trecho da fala, *‘foi Deus que quis assim, o homem é que está no comando’*, nos remete às seguintes passagens bíblicas:

E disse o Senhor Deus: “não é bom que o homem esteja só. Vou fazer para ele uma auxiliar que lhe seja semelhante”.

Então Deus formou do solo todas as feras e todas as aves do céu. E as apresentou ao homem para ver com que nome ele as chamaria: cada ser vivo levaria o nome que o homem lhe desse. O homem deu então nome a todos os animais, às aves do céu e a todas as feras. Mas o homem não encontrou uma auxiliar que lhe fosse semelhante.

Então Deus fez cair um torpor sobre o homem, e ele dormiu. Tomou então uma costela do homem e no lugar fez crescer carne.

Depois, da costela que tinha tirado do homem, Deus modelou uma mulher, e apresentou-a para o homem. Então o homem exclamou: “Esta sim é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, por que foi tirada do homem!” (Gênesis⁵⁸ 2:18-22).

Ao analisarmos a referida fala, fica evidente a contradição no discurso no que se refere às relações de gênero, ao mesmo tempo em que a interlocutora diz numa visão fatalista e cristã que é o ‘homem quem manda’,

⁵⁸ Gênesis (gr. “origem”, chegar a ser”). O primeiro livro da Bíblia; nele se relata a origem do mundo e seus habitantes. Consta de duas partes: os primeiros onze capítulos se referem à primeira história da humanidade e incluem as narrações da Criação, Adão e Eva, o Dilúvio e a Arca de Noé, a Torre de Babel e a consequente confusão de línguas. O resto do livro (39 capítulos) contém a história dos patriarcas hebreus: Abraão, Isaac, Jacob e José. O tema que relaciona as duas partes é a promessa messiânica e a transmissão dessa promessa desde Adão a Judá, que a recebe com a benção de seu pai Jacob. PIKE. Royston E. **Dicionário de religiones**. Op. Cit.

numa referência de sujeição e subordinação da mulher ao homem, e, ao falar da filiação da mulher na Vanguarda Ecológica, expressa que se ela colabora na produção da agricultura familiar ela também tem direito de ser associada, de ter acesso às políticas de assistência social voltadas para as pessoas do campo.

Assim, percebemos que os espaços e os lugares, e nossos sentidos e nossas percepções deles (e afins como os nossos graus de mobilidade) são constituídas por meio do gênero. E esta sexualização de espaço e lugar reflete e tem efeitos sobre as formas como o gênero é constituído e entendido nas sociedades em que vivemos (MASSEY, 1994, p. 186).

Em razão da sua dinâmica de propiciar o acesso do/a pequeno/a agricultor/a às políticas de incentivo à agricultura familiar, como veremos no decorrer deste item, a Vanguarda Ecológica é procurada por várias pessoas de outras associações no seu entorno no município do Cabo de Santo Agostinho às quais não têm os projetos, os benefícios que a Vanguarda tem, *“mesmo as famílias que não moram na nossa comunidade, eles moram em pau-santo, tem gente que vem de Ipojuca, eles migram para cá”* (SULAMITA).

Essa migração da qual fala Sulamita decorre principalmente das atividades desempenhadas atualmente pela associação, tais como disponibilizar para os/as seus/as associados/as a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), a qual é emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o/a agricultor/a para as linhas específicas de crédito a que têm direito.

Com a DAP em mãos, as pessoas associadas podem ser beneficiárias do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁵⁹, onde o crédito para o custeio da safra e para o investimento em irrigação é negociado pelo Banco do Brasil:

⁵⁹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Criado em 1996 o PRONAF teve como referência o estudo da FAO/INCRA (1994/1995) FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, segunda versão. Brasília, 1995.

O objetivo do Programa é apoiar a agricultura familiar possibilitando o desenvolvimento rural de “modo a estabelecer um novo padrão de desenvolvimento sustentável que vise o alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, produzindo um novo modelo agrícola nacional”. BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, maio de 1996.

O empréstimo do governo para agricultura familiar o Pronaf, que só tira através de uma associação, o banco determinou isso, se o agricultor for sozinho lá no banco ele não vai tirar esse empréstimo, agora se ele for com a declaração da associação ele vai tirar o PRONAF dele que é para plantar, para o melhoramento da agricultura. Vem tudo determinado dentro desse dinheiro, que é o adubo, a semente, a mão de obra tem tudo documentado. Quando ele faz o empréstimo ele ganha um papel dizendo tudo que ele tem que fazer com aquele dinheiro (Jesebel).

No município não existia PRONAF; ninguém falava que existia para o agricultor esse direito ao crédito [...] de R\$ 12.000,00 ou R\$ 15.000,00 reais; o agricultor não tinha direito de ter um 'kit' de irrigação, direito de comercializar com o governo federal, isso só existia em ouvir falar. A gente (a Vanguarda Ecológica) buscou essas coisas todas, trouxe aqui para o município. A gente foi lá (no Banco do Brasil) pedir, falou da nossa história, falou do nosso trabalho. Fomos nós quem demos o passo, até por isso o pessoal tem a consideração pela Vanguarda (SULAMITA).

A proatividade da história de luta e busca pelo atendimento aos seus direitos como pessoas trabalhadoras do campo são fatores de reconhecimento da Associação entre as demais pessoas do meio rural do município e também de cidades vizinhas. Reiteram, também, o histórico de efervescência de lutas da Zona da Mata e do Cabo de Santo Agostinho.

Dentre os produtos cultivados e financiados pelos pequenos/as produtores/as estão o cará-de-são-tomé (sete meses) e o inhame da costa (seis a oito meses) que são custeio e o/a agricultor/a tem um ano para pagar. O projeto de irrigação, a banana comprida, a graviola, o maracujá e o mamão (ver figura abaixo) são investimentos e eles/as têm um ano de carência; o pagamento dos empréstimos é feito em três parcelas anuais.



Fig 22. **Plantação de mamão**
Foto: Cicera Gomes, 2010.

Há até pouco tempo, a área era de cana-de-açúcar, batata-doce e frutas e muitos agricultores/as, ao receberem o financiamento, após um curso teórico começaram a plantar cará-de-são-tomé e macaxeira, mas, sem a supervisão técnica, muitos perderam as plantações e não conseguiram pagar o empréstimo.

A respeito da funcionalidade ou dos impactos no cotidiano dos/as pequenos/as produtores/as decorrentes do acesso aos recursos provenientes do PRONAF Jesebel exprime que

O governo financiou irrigação só que saiu numa época [...], por exemplo tiraram o empréstimo para cultura no mês de agosto, cará de São Tomé, inhame da terra, banana comprida e a irrigação saiu depois no mês de novembro, dezembro e quando chegou ali a cultura já estava morta, o sol já tinha matado. Plantou e quando a irrigação chegou já tinha secado tudo. Acabaram perdendo por isso, por que a irrigação chegou depois, se atrapalharam todinhos.

As políticas públicas e programas do Governo voltados para os pequenos produtores são historicamente precários no meio rural brasileiro e, quando algum deles é implementado, não devemos esquecer de que é em decorrência da luta camponesa. Essas têm, por vezes, um caráter bastante contraditório e ilógico, como a falta de planejamento quanto ao ritmo e às características e especificidades de cada realidade e de cada tipo de cultivo e de cultura das populações camponesas.

Aqui restam claros o descompasso e a fragilidade das ações públicas quanto a implantação, encaminhamento e execução dos projetos e financiamentos voltados para o/a pequeno/a produtor/a rural. A diretoria ressenha-se quanto ao processo destes financiamentos:

Nem tudo está no nosso controle, a associação trabalha muito para conseguir as coisas, mas tudo é aquela burocracia, aí foi atrasando, atrasando; saiu primeiro o empréstimo para plantar a cultura, plantaram a cultura, depois saiu a irrigação aí eles perderam (JESEBEL).

Muitos agricultores começaram a plantar cará-de-são-tomé (ver figura abaixo), mas ainda não tinham a prática. Então, muitos perderam a lavoura, por que não sabiam que

[...] para plantar cará-de-são-tomé precisa cavar na terra de 40 a 70 centímetros de diâmetro, quando está crescendo tem que botar vara, comprar defensivo caro, para as pragas, pinta preta [...] essas coisas. Ele não pode passar de sete meses, no máximo, na terra por que se passar a casca fica preta e você perde a plantação. Um agricultor plantou e deixou oito meses na terra, ele tirou a metade do que ele plantou, o resto apodreceu todo, deu casca preta. A macaxeira não, passa até um ano na terra e fica boa (JESEBEL).



Fig. 23 Cará-de-são-tomé pronto para o plantio
Foto: Cicera Gomes, 2010

Nesta foto, temos ilustradas algumas mudas do cará que vão ser plantadas; este é um dos cultivos mais comentados na região porque, apesar de terem conseguido o financiamento, não têm ainda a prática de cultivá-lo.

Quanto à assessoria técnica que deve ser concomitante com a liberação do crédito, a diretoria expressa:

O banco dá o dinheiro e o papel 'está aqui o que você tem que cumprir', um mês depois ele vem (um técnico) na propriedade ver se você plantou se não plantou ele aplica uma multa. E você vai ter que pagar isso de imediato, você não plantou, se você não pagar agora já vai começar a correr juros. A assistência que o banco dá é essa vem o técnico do banco ver se você plantou, se você não plantou e nem pretende plantar o seu empréstimo que tinha carência de um ano ou dois para pagar, ele imediatamente começa a correr juros; essa é a regra do banco não do governo, este manda o dinheiro, mas o banco dá as regras (JESEBEL).

Assessoria técnica, é um terreno lodoso. De um lado, temos técnicos, agrônomos, engenheiros florestais, biólogos, engenheiros de pesca, que muitas vezes são bem qualificados e têm muita experiência em seu campo de trabalho, mas com uma percepção social ou socioeconômica, digamos, limitada, apesar da sua eficiência; ao mesmo tempo, funcionários públicos mal remunerados, com carga horária exaustiva, sem contar o trabalho de campo que requer muito tempo e energia e as questões políticas (e muitas vezes político-partidárias, principalmente quando estamos no âmbito municipal onde as relações e os contatos hierárquicos ficam mais próximos).

Apesar destas dificuldades e limitações, contudo, atualmente esta é uma das atividades mais visíveis que a associação executa, intermediando esse diálogo com o Banco do Brasil e orientando e assessorando os/as pequenos/as produtores/as associados/as:

A Associação abriu essa porta para os agricultores fazerem o empréstimo e teve muita gente que plantou e conseguiu e hoje consegue se sustentar sem precisar do empréstimo. Mas teve muita gente que se atrapalhou por que [...] a questão de assistência técnica [...] não sabia exatamente a época de plantar (o cará de São Tomé), plantou no verão e sem irrigação achando que era macaxeira, que podia plantar no verão, aí perderam tudinho. Banana a mesma coisa, por que tinha gente que não tinha cultura de plantar banana comprida aí plantou no verão e perdeu todinha; tem que ter a época certa de plantar sem irrigação e com irrigação é outra época (JESEBEL, 2011).

A irrigação é de enorme importância na localidade, pois, segundo Sulamita, *“nós temos períodos longos de cinco meses sem chuva e algumas lavouras não aguentam quinze dias de sol, ela sofre, perde na produção, então todo agricultor realmente tem que ter irrigação”*.

A diretoria da associação relata ainda o caso de algumas famílias, muitas delas chefiadas por mulheres, que, ao comprarem as terras com casa de taipa ou em mau estado de conservação, conseguiram o empréstimo para financiar o plantio e a irrigação, mas utilizaram o dinheiro para reformar o imóvel:

Tem uns que pegaram o dinheiro e realmente fizeram uma casa e estão inadimplentes lá no banco. [...] se viu naquela situação a casa de taipa caindo, viu o dinheiro na mão e disse: "não! Vou fazer minha casa e vou plantar depois"; ela pode ter até plantado, não é? Que eu não sei, mas às vezes não cumpria o que tinha ali no projeto; ainda teve o problema que ela não tinha cultura de plantar o cará e acabou perdendo tudo. [...] Viu a casa caindo por cima da cabeça dos filhos dela. (JESEBEL, 2011).

Com o valor irrisório recebido como indenização do deslocamento da área da Barragem, muitas famílias, que não têm outra fonte de renda que não as atividades agrárias, para continuar no campo, compraram terras menos férteis e com uma propriedade ou casa em más condições de moradia correndo até mesmo o risco de desabar. Então, ante tais condições de moradia ao ter acesso aos recursos dos empréstimos destinados ao investimento e custeio na agricultura, utilizaram-no, todo ou em grande parte, para garantir um teto seguro para suas famílias.

Assim, uma estratégia para garantir o investimento nas atividades agrícolas, foi a colaboração da própria associação Vanguarda Ecológica, com a cessão, por parte desta, para algumas famílias, de sementes, calcário, adubo orgânico, o que fica evidente nesta declaração de um membro da diretoria: *"a associação deu tudo para eles plantarem com o esforço deles, com a mão de obra deles. 'Aí você planta com seu esforço. Está aqui tudinho só para você botar na terra, plantar e cuidar' "*.

Essa decisão de utilizar o dinheiro destinado para as atividades agrícolas na melhoria das casas deve ser considerada como muito corajosa e arriscada, porque, ao mesmo tempo em que essas famílias pretendiam continuar a se manter do cultivo da terra, elas investiram alto para manter suas condições mínimas de moradia. A determinação da diretoria em fornecer os insumos demonstra a sua dedicação e preocupação em colaborar com todos os membros, bem como o senso de solidariedade e coletividade.

Quanto à negociação para o pagamento dos empréstimos junto ao Banco a associação declara que

Hoje a gente está na inadimplência e o banco, a gerência está com muita dificuldade de negociação e a superintendência diz que tem

que se negociar; o banco quer fazer a regra dele, mas existe uma regra geral para ser respeitada, a gente está vindo agora com toda essa trajetória, essa luta, a gente está articulando e acredito que vai se resolver por esses dias.

Atualmente a nossa maior preocupação é com a negociação e o pagamento dos empréstimos (SULAMITA).

Desde agosto (de 2010) viemos arrastando umas 20 pessoas ou mais com débito no banco por falta de irrigação. Devagarzinho tem muita gente tentando pagar [...] estão pagando. Conseguimos tirar os juros e [...] aí o povo está animadinho, estão pagando pedacinho ali, pedacinho aqui (JESEBEL).

O banco possibilitou o pedido de prorrogação e negociação da dívida, - que consta do perdão dos juros que estão perto de R\$ 300,00 reais e o parcelamento em três anos para as dívidas de até R\$ 9.600,00 reais - mas havia muitas regras e exigências que o banco impôs, como, por exemplo, somente para quem tinha no máximo até um ano de atraso; exigência que só um agricultor dos 20 que a associação enviou pedido se enquadrrou. Ao todo cerca de 50 agricultores têm alguma dívida com o banco.

Muitos/as agricultores/as desviaram o crédito alguns compraram carro, moto, casa; outros/as perderam a lavoura por falta de orientação técnica e o atraso no financiamento da irrigação (muitos plantaram somente cará e ele “deu queima”). Estes são os principais motivos para o grande número de inadimplentes entre os/as associados/as.

Para Sulamita,

Não basta só o governo dá o dinheiro e a gente só comercializar, mas o que mais falta é educar o agricultor que o dinheiro do governo tem que se pagar e tem que gastar com responsabilidade. E a gente se perdeu muito nisso. 60% desses agricultores se deparou com tanto benefício que se perdeu nele, por que nunca tiveram crédito, passaram a ter crédito, nunca tiveram uma bomba para irrigar e de repente um motor potente [...] tiveram muitos benefícios, rápido demais.

Há uma cultura entre as pessoas produtoras no rural nordestino que é a cultura do esquecimento, da falta, da escassez e da precariedade e não é de se estranhar que, ao se depararem com benefícios em insumos e em moeda corrente eles se percam imersos no 'rio da fartura' e acabem não conseguindo

administrá-los bem, ainda mais se considerarmos que na atualidade somos uma sociedade do consumo, do possuir bens materiais e do "poder comprar".

Outra atividade de grande relevância, e muito propalada pelos/as pequenos/as produtores/as, da Vanguarda Ecológica é o convênio com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)⁶⁰.

Quem administra o convênio é a associação. É ótimo, o convênio ajuda muito os agricultores, mas toma tempo. Até hoje o problema da agricultura familiar é ter onde escoar a produção, ter onde vender, por que na feira no dia a dia você não consegue manter você e sua família só vendendo no sábado, na feira (JESEBEL).

Um dos muitos fantasmas que assombram a pequena produção agrícola no Brasil é como fazer a produção circular, como vender o produto. A solução divisada por alguns é a venda nas feiras públicas e nos pequenos comércios da(s) cidade(s) mais próxima(s). Aí o/a pequeno/a produtor/a se depara com dois espectros: primeiro a locomoção até esses centros de venda com quilos e mais quilos de mercadoria, e segundo que, quando conseguem ultrapassar a barreira do transporte eles não têm como nem onde escoar toda a produção.

Muitos dos/as nossos/as entrevistados/as falam dos benefícios e dos ganhos e da praticidade que a inserção neste programa trouxe para a sua vida cotidiana (ver mais no item 6.4).

Qualquer pessoa pode vender sua mercadoria no projeto Fome Zero, mesmo sem ser beneficiário do PRONAF, com a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), a qual é emitida pela própria associação. Qualquer agricultor/a pode vender as suas mercadorias pelo PAA compra simultânea, ainda que esteja inadimplente com o Banco do Brasil.

⁶⁰ Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e tem como objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar. É acionado após a colheita, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com a venda da sua produção a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão de obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade, além de promover a inclusão social no campo. Disponível no endereço http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.htm em 10/12/2010.

Cada produtor/a tendo a sua declaração, a qual é emitida uma por propriedade, pode vender o total máximo de R\$ 4.500,00 reais por ano, e eles preenchem essa cota rápido em um, dois ou três meses, após a colheita.

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) pode ser executado no intervalo de seis meses a um ano, podendo ser renovado no fim de cada período. Novamente são enviados os dados dos/as agricultores/as e o tipo de cultura que eles/as plantam; e a associação implanta o projeto para o período de nove meses. Na nossa pesquisa, acompanhamos a execução realizada entre junho de 2010 e março de 2011.

Para conhecermos melhor as práticas da Vanguarda Ecológica no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), resolvemos acompanhar a coleta das culturas a qual é feita quinzenalmente sempre às quartas-feiras, na propriedade de cada produtor/a que avisa antecipadamente se tem ou não mercadoria para ser vendida.

O caminhão, alugado pela associação, com o roteiro previsto, sai com um membro da diretoria, três homens para o carregamento e o motorista. Quando há muita mercadoria, principalmente no inverno, eles fazem a coleta semanalmente. Em cada sítio a mercadoria é contada e pesada e a representante da diretoria anota os itens e o peso, deixando uma cópia da anotação com cada produtor/a.

No trajeto nota-se que a estrada de barro é melhor, menos esburacada onde há usinas, já que seus proprietários mandam passar as máquinas para nivelar melhor o terreno e facilitar o tráfego dos caminhões para a coleta da cana-de-açúcar, como no engenho Serra. Em todo o percurso é possível observar as plantações de cana-de-açúcar permeadas pelos coqueiros e pelo plantio de macaxeira (NOTA DE CAMPO, 01/12/2010).

Em um dia, no intervalo das 8:00 hs às 18:00 hs percorremos os engenhos Serra, Pau Santo, Matapagipe, Sabiá e Mercês. Durante a manhã, coletamos aproximadamente 7.134 kg e à tarde, depois de descarregar o caminhão e almoçar começamos a coleta de mais 4.679 kg de banana prata, macaxeira, inhame da costa (estes três em maior quantidade), cará-de-são-tomé, coco, banana comprida, batata-doce, mamão e pepino (ver figura abaixo).



Fig. 24. **Coleta das culturas no sítio dos associados da Vanguarda Ecológica**
Foto: Cicera Gomes – área rural do Cabo de Santo Agostinho, 2010

Os/as agricultores/as produzem também, em menor quantidade, jaca, abacaxi, acerola, graviola e caju, que vendem na feira local e com as quais fazem polpa para comercializar informalmente.

Os associados da Vanguarda, assim como outros agricultores da região, ainda comercializam a polpa de frutas informalmente, porque para a venda oficial para instituições públicas, como as escolas, é necessário um rígido controle sanitário, o que demanda um grande investimento em equipamentos e no acondicionamento, bem como na refrigeração para o transporte da produção.

Os preços de cada item são determinados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)

Quadro 10. Preços do PAA aplicados nos projetos de 2010

Produto	Preço/Kg em R\$
Batata-doce	1,10
Cará-de-são-tomé	1,25
Inhame da costa	2,03
Pepino	0,73
Macaxeira	0,69
Banana prata	0,46
Banana comprida	1,31
Coco verde	0,43
Mamão-havaí	1,28

Fonte: Adaptada da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 2010

Os produtos vendidos pelos/as pequenos/as produtores/as são adquiridos pela Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho e são destinados às escolas municipais para distribuição da merenda escolar, bem como são distribuídos quinzenalmente na quinta-feira aos moradores do bairro da Charnequinha⁶¹ (área que concentra grande parte da população de baixa renda do município).

Como veremos detalhadamente no item 5.4, atualmente a filiação junto à Associação Vanguarda Ecológica e o acesso aos programas governamentais voltados para a pequena produção agrícola, como o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), são as principais conquistas e têm forte impacto na constituição do cotidiano e na reprodução do modo de vida destes/as pequenos/as produtores/as rurais, diante da conjuntura de transformação do espaço, com a ampliação da industrialização, que o município do Cabo de Santo Agostinho vem passando na contemporaneidade.

⁶¹ Charneca - substantivo feminino; terreno árido e inculto, em que só crescem plantas rasteiras e silvestres; planta também chamada carnicabra. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**, 1944.

6.3.2 As reuniões da Associação Vanguarda Ecológica

As reuniões da Associação Vanguarda Ecológica ocorrem no segundo domingo de cada mês às 9:00 h da manhã. Acompanhamos os encontros no decorrer de quatro meses. É relevante a participação das mulheres nas reuniões algumas acompanhando os maridos e muitas delas levam os filhos (alguns ainda crianças de colo e em período de amamentação), inclusive as mulheres integrantes da diretoria levam os seus filhos para as reuniões.

A prática de levar os filhos ainda pequenos ao local de trabalho é corrente na nossa sociedade; é comum as mulheres trabalhadoras usufruírem dos benefícios das creches oferecidas por algumas empresas (que quase sempre são nas acomodações da própria empresa) e as empregadas domésticas contam, muitas vezes, com a autorização das patroas em terem seus filhos circulando pela casa (ainda que na cozinha, no quintal e/ou na varanda) e muitas vezes brincando e interagindo com os filhos das patroas, enquanto elas executam as tarefas domésticas.

Percebendo que a média de pessoas em cada reunião era de vinte associados indagamos sobre a frequência. A diretoria atribuiu a baixa frequência à inadimplência, pois em torno de 50 associados/as têm débito com o Banco do Brasil e, destes, apenas 20 fizeram a negociação da dívida em três anos com pagamento anual sem juros.

Ainda de acordo com a diretoria, o Banco não libera novo crédito para novos/as produtores/as enquanto houver inadimplência de membros da associação. Contudo, quem quitar a sua dívida poderá fazer um novo empréstimo.

Os/as associados/as vão chegando (a pé, de moto, de carro e a cavalo) e enquanto esperam o início da reunião, vão consultar a diretoria ou interagem trocando informações sobre as práticas cotidianas do cultivo,

Antes do início das reuniões os agricultores vão chegando e a conversa que se ouve é sobre como combater as formigas na plantação; como conseguir um bom cará de São Tomé sem 'aquelas

veias arroxeadas', pois ele fica embaixo da terra e não dá para fazer o controle visual, o que acaba comprometendo o controle da qualidade; também se fala sobre os vários tipos de mamão e a diferença entre comprar as sementes selecionadas (na loja), ou utilizar as próprias sementes após consumir o mamão, esta última prática possibilita a incerteza de qual tipo de mamão pode crescer; a conversa continua sobre como cultivar a banana maçã que é bem diferente da chamada banana comprida (NOTA DE CAMPO 13/02/2011).

Os assuntos durante as reuniões gravitam ao redor das dívidas com o Banco do Brasil e a importância de quitá-la, sobre a venda das culturas no PAA, e das reivindicações que a população tem quanto à implantação e ao acesso a bens e serviços públicos, como podemos observar nas seguintes falas, as quais coletamos durante a nossa observação participante.

Eles relataram os vários entraves enfrentados no seu cotidiano, como o financiamento para a compra de insumos, sementes, o acesso e uso de máquinas como o trator e o arado, *“Há dificuldades de se manter na própria agricultura”*.

Os questionamentos referentes ao elevado índice de inadimplência dos/as pequenos/as produtores/as: *“pode ser falta de experiência e de querer também”*.

A falta de escolas e a precariedade do atendimento médico e dos serviços de saúde para a população rural é algo tratado constantemente: *“O agricultor não é só trator”; tem que parar de ver o agricultor só como agricultura”*.

É costume, ao falarmos em agricultor/a, pessoas do campo, localidades rurais visualizarmos de imediato plantações, tratores, arados e colheitas. Acreditamos que isso já faz parte do imaginário coletivo dos brasileiros, principalmente no Nordeste. E isso infelizmente, e como os relatos demonstram, não se limita apenas ao senso comum, pois se estende às instâncias públicas voltadas para este segmento social, o que o/a descaracteriza como cidadão/ã de direitos universais e desmobiliza e desarticula a comunicação e intercâmbio entre os mais diversos órgãos públicos no sentido de facilitar e encaminhar os trâmites de acesso a todos os bens e serviços públicos e não somente àqueles ligados direta e estritamente às atividades campesinas

A associação está solicitando, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a implantação de um posto de saúde na área próxima à associação Vanguarda Ecológica, e à empresa de ônibus responsável pelo transporte no município, a inserção da associação na rota da linha de ônibus ‘Pirapama’ – como um ‘circular’, pois, de acordo com eles, *“aqui a gente está perto de tudo, mas não tem alcance”*.

Nos encontros, eles/as também expressam os benefícios já conquistados por intermédio da instituição, como, por exemplo, a instalação de uma caixa postal dos Correios na associação para uso dos/as associados/as, bem como de outros moradores da área que necessitem e queiram utilizar o serviço, evitando assim, que eles tenham de se deslocar (gastando tempo e a passagem, além da demora no atendimento e para encontrar as suas correspondências) até a agência central dos Correios no Cabo de Santo Agostinho para pegar as suas correspondências. Agora, a associação dispõe de uma pequena caixa, ou gaveta numerada e com chave, para cada uma das famílias associadas.

Essas conquistas e novas aquisições das pessoas do campo são essenciais na organização e distribuição de suas atividades cotidianas. O impacto desse acesso aos serviços e bens públicos tem alcance em toda a estrutura doméstica e laboral de realização de tarefas e delimitação do tempo despendido em cada atividade.

Ressaltando a importância do investimento e do incentivo público, do acesso aos recursos e financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e da inserção no Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), eles relatam:

“antes plantava e ficava encalhado ou vendia só na feira e comia-se daquilo, agora temos a oportunidade da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Banco do Brasil”.

“o agricultor tem mais liberdade, tem que ter interesse. Vou largar o emprego na ‘firma’ e investir mais na agricultura, por que trabalhar na ‘firma’ é sempre o mesmo salário mínimo, entra ano sai ano”

Esta afirmativa foi colhida na nossa observação participante durante as reuniões da associação essa foi a fala de um jovem rapaz (ele deve ter no máximo 28 anos, considerando que as pessoas do campo, muitas vezes, tem uma aparência mais velha, fruto do árduo trabalho no campo e devido a forte influência do sol sobre a sua pele)

que está trabalhando, com a carteira assinada em uma empresa terceirizada para as obras de SUAPE, e nas horas vagas ele cuida do “seu pedacinho de terra”. Nos surpreendeu por que ele ao contrário de muitos dos jovens na região, falaremos mais sobre isso à frente, quer se dedicar mais às atividades agrícolas e melhorar as suas condições de vida e “liberdade” a partir do trabalho na “terra” por que onde está agora “é sempre o mesmo salário”.

Pensamos que está “liberdade” da qual o jovem agricultor/trabalhador fala deve ser quanto ao horário (muitas vezes com uma jornada de trabalho que oficialmente consta como sendo de 8 horas, mas na realidade pode chegar a 9, 10 ou 12 horas de trabalho diário sem a remuneração por horas extras), bater ponto e principalmente à monotonia e mecanicismo característicos de certas atividades (NOTA DE CAMPO, 01/12/2010).

A diretoria está sempre lembrando a importância de os/as associados/as procurarem os seus serviços de consultoria que sempre acontecem nas sextas-feiras no horário da manhã, na sede do SINTRAF, onde no mínimo um integrante da diretoria está durante todo o período da manhã para conferir o recebimento referente à coleta e venda das culturas, bem como dirimir dúvidas sobre o cadastro da DAP e os empréstimos e pagamentos junto ao Banco do Brasil,

Presenciamos em uma das nossas observações durante a consulta dos sócios à diretoria na sexta-feira, a conversa entre eles é de certa forma privada, considerando as instalações físicas da sede do SINTRAF onde são realizadas (tem uma pequena antessala em ‘L’ e uma outra sala que é exclusiva para as atividades do sindicato), uma jovem senhora que deixou o dinheiro para o pagamento de uma parcela da sua dívida junto ao Banco do Brasil com um membro da diretoria, por que ela não teria tempo e disse “eu confio em você”. A nosso ver isso demonstra a relação de extrema confiança e a construção de laços comunitários e uma sociabilidade sólidos que a institucionalização destas 60 famílias remanescentes da área da barragem conseguiram construir ao longo de 10 anos após o deslocamento (NOTA DE CAMPO, 04/02/2011).

Mesmo havendo esse expediente toda semana no centro da Cidade, na sexta-feira, os/as produtores/as utilizam os encontros mensais nas manhãs de domingo:

No final das reuniões, após assinarem a ata (alguns contam com a colaboração de membros da diretoria para 'assinar' a ata e sempre que eu estou presente nas reuniões pego suas carteiras de identidade e escrevo seus nomes na ata), muitas pessoas ainda procuram a diretoria para pagar a mensalidade (que tem um valor simbólico de R\$ 2,00 (dois reais) por sócio/a), mas principalmente para tirar dúvidas sobre o seu crédito, sobre o pagamento de empréstimos e assuntos relacionados ao banco (NOTA DE CAMPO 13/02/2011).

No decorrer de nossas conversas com a diretoria da Vanguarda Ecológica, nas reuniões mensais da Associação Vanguarda Ecológica e na nossa observação participante ficou clara a preocupação e a **percepção dos/as pequenos/as produtores/as rurais quanto às transformações socioambientais do espaço decorrentes das obras de SUAPE:**

O impacto aqui não é só na área imobiliária, casa para alugar aqui não se encontra, e se encontrar está acima do padrão de vida que o pessoal daqui tem. Quem casa aqui, ou compra um terreno que está absurdamente caro, ou vai morar na casa dos parentes ou pais.

Imóvel aqui está caro, é realmente coisa de empresário; dessas empresas que alugam para os trabalhadores (SULAMITA).

Aqui vemos como a ampliação do complexo de SUAPE e a implantação do Estaleiro Atlântico Sul e da refinaria Abreu e Lima têm impacto direto na vida e no cotidiano dos moradores do município. Ouvimos de proprietário de um imóvel próximo ao centro do Cabo: “eu tinha uma casa que era alugada aí eu pedi o imóvel construí eu mesmo um segundo andar e aluguei para uma firma antes eu ganhava 300,00 agora eu ganho 2.000,00 reais pelo aluguel”.

Outro impacto que está acontecendo, e que se os governos não se despertarem, por isso nós vamos ter um impacto muito maior do que esse é a questão da baixa produção, que vai começar a ter, de alimentos na agricultura familiar por que o pessoal tem que começar a olhar com outros olhos, que o estaleiro está levando todo mundo, e a agricultura? Não é? Não só os mais jovens [...] O pessoal está vindo, é proposta, é curso, é capacitação e isso é bom para o pessoal que tem esse emprego, mas tem que ver o outro lado [...] é uma minoria produzindo para a maioria [...] tem que despertar o olhar, com outros olhos para ver, para balancear isso, não pode levar todo mundo, tem que dá condições para o pessoal continuar aqui e

continuar produzindo e ter qualidade de vida; ter mais crédito, mais assistência técnica, trazer qualidade para o campo. Se não trouxer qualidade o homem do campo vai para a cidade, vai para essas empresas; é outra preocupação (SULAMITA).

Essa fala nos remete ao que Vandana Shiva e Maria Mies, no livro *Ecofeminismo* (1993), dizem: “*agora, depois dos recursos materiais das colônias terem sido saqueados, os seus recursos espirituais e culturais estão a ser transformados em mercadorias para o mercado mundial*” (p. 31). Aqui, podemos dizer que a cultura do campo, a herança da agricultura familiar e a tradição de ser agricultor entre os jovens estão sendo cooptadas pela indústria e pelo sonho de condições melhores de vida ao procurarem se inserir no ‘mercado da indústria’ em expansão no município do Cabo de Santo Agostinho,

As indústrias estão tomando espaço e os jovens procurando emprego nas indústrias; há a ausência de políticas públicas para o campo, mecanização, assessoria técnica e educação.

Se continuar assim, nossos jovens só indo trabalhar em SUAPE daqui a vinte anos nós não vamos ter macaxeira na feira, pois quem vai plantar?

De forma direta, nas suas falas, ou de forma indireta, esses pequenos produtores rurais expressam as suas opiniões, dúvidas e incertezas ante as transformações em curso no espaço do município do Cabo de Santo Agostinho, com todos os empreendimentos que estão sendo implantados e ampliados na localidade.

6.4 Práticas cotidianas e um novo lugar no município do Cabo de Santo Agostinho

Nossa análise possibilitou a elaboração de um perfil socioeconômico sumário dos sujeitos entrevistados, obtendo-se informações sobre grau de

instrução, trabalho e padrão da moradia. Priorizamos aqui a identificação das relações com a área, com a Associação Vanguarda Ecológica (econômicas, sociais e culturais), suas concepções sobre a institucionalização e sobre o meio ambiente e a água. Dessa maneira, para um melhor entendimento, as questões foram agrupadas por perguntas, separadamente.

Das 60 famílias oriundas da área da barragem de Pirapama e que permanecem na área rural do município do Cabo, entrevistamos um membro de dez destas famílias. Elas moram há aproximadamente dez anos no local, pois todas são deslocadas da área onde hoje está implantada a barragem de Pirapama.

Para entender o cotidiano das pessoas, é necessário estudar as seguintes dimensões de suas realidades: a condição de existência (do que eu vivo?), o quadro de vida (onde eu moro?) e o modo de vida (como eu vivo?) (LAMPARELLI 1985, p. 78 *apud* SCHERER-WARREN, 2005, p. 86).

Portanto, remover não é apenas transferir as populações de um espaço físico para outro e compensar as perdas materiais deste processo. Todo espaço físico humanamente ocupado é um espaço socialmente construído, é um espaço que se transforma pelo vivido, pelo cotidiano, pelo conjunto das relações sociais que o constituem. Portanto, o espaço social com todas as suas dimensões – mítica, sagrada, de representação – é o lugar privilegiado onde “novos valores” podem se transmitir por herança (BETTANINI, 1982, p. 96).

Para que um novo espaço seja construído, um velho espaço assume uma nova dimensão de significado. Para que isto ocorra é necessária uma dimensão coletiva. Uma “*dimensão coletiva ligada a uma exigência de fundamentação, refundamentação de valores*” (*apud* SCHERER-WARREN, 2005, p. 86).

E é observando que a “*temporalidade dos processos sociais vividos pelo pequeno agricultor familiar mergulhado na produção mercantil simples é determinada em grande parte pela produção direta dos meios de vida*” (MARTINS, 200, p.167), que aqui vamos analisar o seu modo de vida, as suas práticas cotidianas após o deslocamento.

Consideramos, ainda, que a invisibilidade do trabalho e do conhecimento das mulheres deriva da tendência do gênero, que é cega para uma avaliação realista do contributo das mulheres. “*Está também enraizada na abordagem*

setorial, fragmentada e reducionista do desenvolvimento que trata a floresta (o campo), o gado (a criação de animais, como um todo) e as culturas como se fossem independentes uns dos outros” (SHIVA e MIES, 1993, p. 219).

Em cada família ao menos um dos seus membros é sócio da Vanguarda Ecológica e, segundo a diretoria da associação, geralmente, as mulheres casadas são associadas, porque elas também *‘ajudam aos seus maridos’* e, ser sócia colabora na hora de reivindicar os seus direitos, como, por exemplo, o auxílio-maternidade para a agricultora.

Entrevistamos dez pessoas das quais sete são homens. Em geral, os/as agricultores/as entrevistados/as possuem em média 1 ½ há (um hectare e meio) de terras. As casas que visitamos, ou que nos foram descritas pelos entrevistados, são de alvenaria e, a quase totalidade delas possui cinco cômodos e todas com rede elétrica.

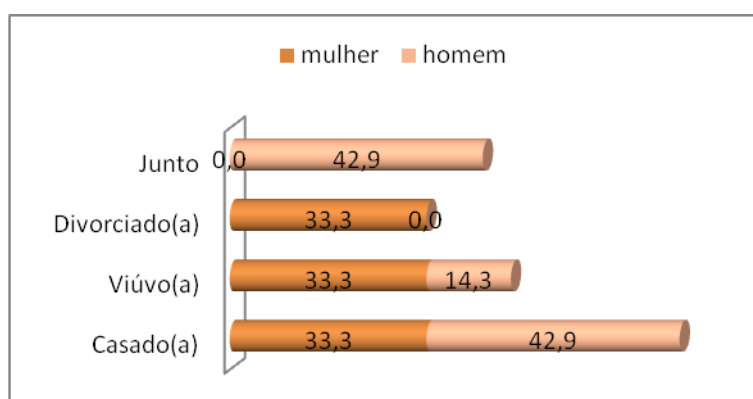
Quanto ao abastecimento de água todas as famílias utilizam cacimba⁶² e um dos entrevistados não possui e tira a água da cacimba dos seus vizinhos; já quanto ao esgotamento sanitário sete deles utilizam fossa negra⁶³ e três fazem pombo (significa realizar micção e evacuação no meio do mato e depois enterrar ou cobrir com um pouco de barro).

Entrevistamos três mulheres, uma das quais é casada, uma é viúva e a outra é divorciada. Quanto aos homens, três são casados, três são *‘ajuntados’* ou *‘juntos’* (união consensual) e um é viúvo.

⁶² Cacimba: Termo regional utilizado no Nordeste do Brasil para denominar os poços cavados no leito seco dos rios durante a estação seca. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Op. Cit.

⁶³ Fossa negra: Escavação sem revestimento interno, na qual os dejetos caem no terreno, sendo que parte se infiltra e parte sofre decomposição no fundo. Não existe nenhum deflúvio, mostrando-se portanto como um dispositivo perigoso, e que somente deve ser utilizado em última instância. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. Op. Cit.

Gráfico 1. Distribuição das pessoas entrevistadas por estado civil e sexo (%)

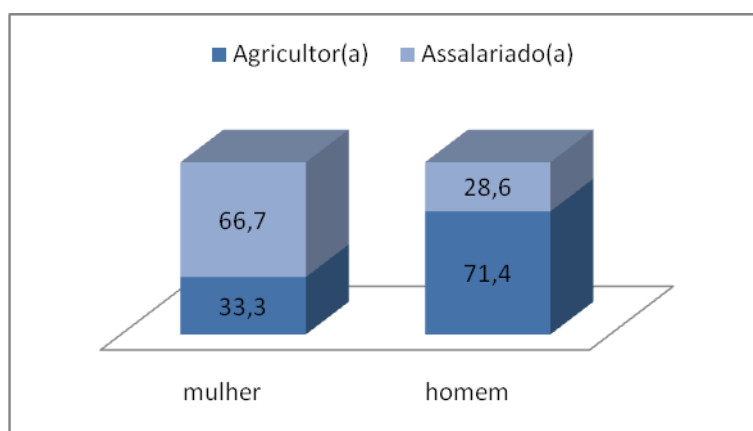


Fonte: Cicera Gomes, 2011.

Seis deles/as nasceram no município do Cabo de Santo Agostinho, dois homens e uma mulher nasceram no município de Moreno e uma mulher nasceu em Bonito. Quanto à idade, a amostra das pessoas entrevistadas tem uma média de 51 anos. Há uma média de seis pessoas residentes por domicílio; as famílias têm em torno de 8 filhos.

Ao serem questionado/as sobre quem na família trabalha, responderam que dez homens trabalham na agricultura, um numa empresa ou 'firma', como eles dizem, no município do Cabo e um na construção civil (pedreiro); uma mulher trabalha na agricultura, uma mulher trabalha como professora e uma como vendedora.

Gráfico 2. Distribuição das pessoas entrevistadas, segundo o tipo de trabalho realizado por integrantes da família e por sexo (%)

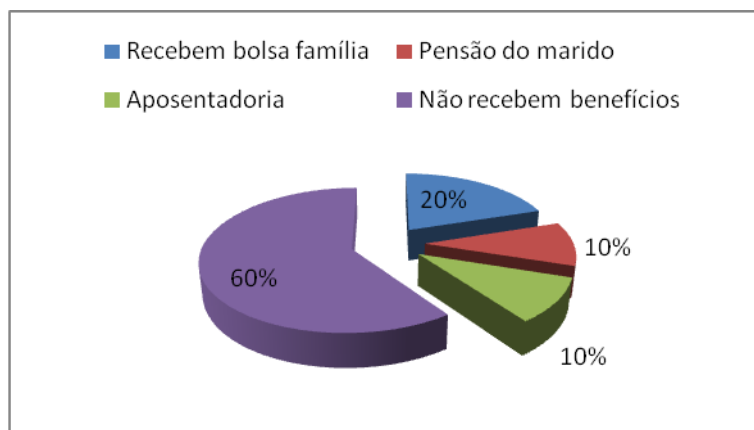


Fonte: Cicera Gomes, 2011.

Ao analisarmos esse gráfico, onde eles afirmam que, entre os membros da família, apenas três mulheres trabalham, confrontamos as disparidades, já que, nas conversas com a diretoria da associação e nas reuniões, ouvimos que as mulheres sempre estão presentes e participam das várias etapas na produção agrícola, bem como resta evidente o não reconhecimento, por parte deles, e delas também, que a participação da mulher nas atividades camponesas é somente uma “ajuda” e o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e os velhos da família não são trabalho; e somente as mulheres que vivem sozinhas, são viúvas, solteiras ou separadas e sem filhos em idade economicamente ativa são consideradas trabalhadoras do campo. Isto não é uma exceção, mas sim reflete o pensamento e a cultura da nossa sociedade quanto às mulheres que vivem no meio rural.

No que se refere ao recebimento de benefícios, duas famílias recebem bolsa-família, uma família tem a viúva que recebe como benefício a pensão do marido, uma família recebe a aposentadoria de um idoso e seis famílias não recebem nenhum tipo de benefício.

Gráfico 3: Distribuição das pessoas entrevistadas, quanto ao recebimento de benefícios pela família (%)



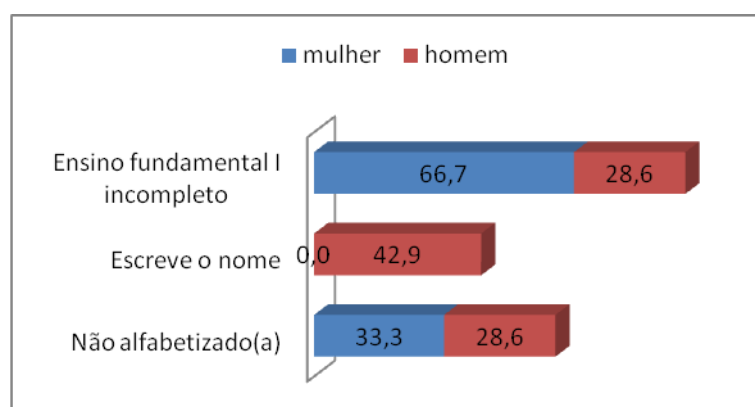
Fonte: Cicera Gomes, 2011.

Esse gráfico corrobora a realidade de muitas famílias do Nordeste brasileiro no meio rural e urbano, a relevância e importância do acesso aos benefícios e programas de distribuição de renda implementados pelo Governo Federal (e intensificados e ampliados nas duas gestões do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva (2003-2006) (2007-2010)) no orçamento e aquisições familiares.

Com relação à escolaridade do total das pessoas entrevistadas dois homens são analfabetos, uma mulher é analfabeta, dois homens e duas mulheres tem o ensino fundamental I incompleto, dois homens tem ensino fundamental I completo e dois homens apenas escrevem o nome.

Gráfico 4: Distribuição das pessoas entrevistadas, por escolaridade e sexo (%)

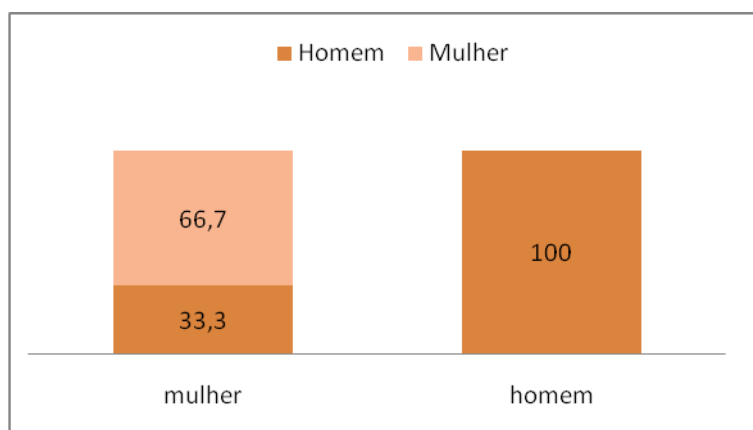


Fonte: Cicera Gomes, 2011.

Aqui estão expostas a realidade e a precariedade da educação brasileira, mais gritante ainda entre a população no meio rural. Devemos considerar que aí ainda é forte a percepção de que as mulheres, quando têm mais anos de estudo do que os homens, muitas vezes chegam a ser professoras, ratificando a posição da mulher como tendo “mais tempo para os estudos” e que os seus “dotes naturais” são para a educação e o cuidado das crianças.

Quando questionados sobre quem é o chefe da família, obtivemos como resposta das mulheres e homens casados ou em união consensual que o chefe da família era o homem, enquanto a mulher viúva disse que o chefe da família é ela e o filho mais velho e a mulher divorciada disse que o chefe da família é ela.

Gráfico 5: Distribuição das pessoas entrevistadas sobre quem é o chefe da família (%)



Fonte: Cicera Gomes, 2011.

De acordo com os dados obtidos, ficam evidentes as determinações de gênero e de poder dentro do núcleo familiar nestas respostas, pois nas famílias onde existe a figura masculina e/ou do 'marido', tanto os homens quanto as mulheres, responderam que o chefe é o homem, mesmo na família da qual a 'figura do marido está ausente', a viúva respondeu que ela e o filho homem mais velho chefiam a família, demonstrando que a figura masculina sempre está presente ainda que representada por um filho, apenas a mulher divorciada se denominou chefe da família.

Para estas famílias, na medida em que representa uma redistribuição espacial nova, o deslocamento e a (re)construção espacial tornam-se a base para novas práticas do seu cotidiano.

A saída da área de Matapagipe onde hoje se encontra a barragem de Pirapama proporcionou, para alguns agricultores, a mudança de *status*, já que estes não eram proprietários das terras, '*não tinham o papel da terra*' e agora eles são proprietários, como se evidencia nessa fala:

Por uma parte eu gostei por que uma que lá (em Matapagipe) a terra não era da gente mesmo e de uma hora para outra a gente tinha que sair e aqui é da gente mesmo, apesar da terra ser fraca, mas tem essa vantagem (RUTE).

Quanto às mudanças no cotidiano e a vida antes da construção da Barragem, as pessoas com as quais conversamos manifestavam seu desejo de

ter um pedaço de terra maior e mais fértil, pois na área em que moravam em Matapagipe suas terras eram maiores e férteis e não eram cercadas com cada metro bem delimitado pelos arames. A razão desse desejo era a possibilidade que tinham de criar animais; certamente, têm outras razões, mas essa parece ser a mais legítima:

Lá as terras eram maiores, usávamos as terras dos outros, amarrávamos os animais até nas terras dos outros, ninguém ligava. Aqui vai criar como, se já está tudo cercado? (TOBIAS).

Eu achava melhor lá. Era mais espaçoso. A gente levava os animais no rio amarrava e trazia de volta. Lá tudo era melhor até para criar uma cabra era bom e aqui não presta para criar nada. Nem porco aqui presta para criar por que é um bicho que é nojento e se botar no brejo⁶⁴ e os outros lá embaixo? E uma cabra, um cavalo a gente não pode criar por que é só ladeira, tem que amarrar e quando chegar em casa voltar para ir olhar (ESTER).

A criação de animais era melhor lá. Eu criava muito, criava um gadinho. E aqui está pior até acabei o gado, não tenho mais não (ESDRAS).

Um dos entrevistados expressa o contentamento com a nova morada em decorrência do acesso à educação, à frequência escolar dos seus filhos, ao mesmo tempo em que lamenta a perda das condições de criar animais porque a área é pequena e não possui as condições favoráveis para a criação de animais:

Acho melhor aqui por que há condições; é melhor para as crianças estudarem. É mais perto da rua. A dificuldade aqui é por que aqui as áreas são pequenas não tem nem como a gente criar; às vezes cria, mas com dificuldade; tem que ter farelo, ração, ração de macaxeira uma coisa ou outra para manter; lá tinha área, pasto, tirava daqui, amarrava ali, tinha pasto, não é? Aqui as coisas são mais difíceis para criar (TIMÓTEO).

⁶⁴ **Brejo.** Terreno plano, encharcado, que aparece nas regiões de cabeceiras ou em zonas de transbordamento de rios. Embora os brejos das regiões litorâneas geralmente sejam originados à partir de rios permanentes, os brejos de cabeceiras podem se formar em regiões com rios intermitentes. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.** Op. Cit.

O agricultor expressa a dificuldade em criar animais sem uma área maior e com pasto, e, na falta de uma área para o pasto dos animais, a alternativa que ele tem é usar os recursos naturais que a biodiversidade local oferece, como a ‘ração de macaxeira’, para conseguir alimentar e criar algum animal.

Esta fala nos lembra que:

As economias de muitas comunidades do Terceiro Mundo dependem dos recursos biológicos para o seu sustento e bem-estar. Nestas sociedades, a biodiversidade é simultaneamente um meio de produção e um objeto de consumo. A sobrevivência e a sustentabilidade dos modos de vida está, em última análise, associada à conservação e à utilização sustentável dos recursos biológicos em toda a sua diversidade. As tecnologias baseadas na biodiversidade das sociedades tribais e camponesas são, no entanto, consideradas atrasadas e primitivas, sendo por isso, deslocadas pelas tecnologias “progressivas” que destroem quer a diversidade quer os modos de vida da população (SHIVA e MIES, 1993, p. 216).

Outros/as agricultores/as preferem o novo espaço, pois este é mais próximo e mais acessível aos bens e serviços públicos, como vemos nas seguintes falas:

Achava lá melhor, por uma parte. Aqui o serviço é melhor tenho acesso a ônibus (TOBIAS).

Com toda dificuldade, mas Mercês é melhor por que lá morava no sítio e cá é na ‘ruinha’ de Mercês e tenho meu sítio; chama ruinha por que o loteamento Leonidas aumentou muito não é só a parte da usina, tem padaria, farmácia e centro comercial, lá era tudo mais difícil (ESDRAS).

Aqui é melhor, é mais próximo da vila Pirapama, lá era muito difícil o acesso; tínhamos que levar os sacos com a mercadoria na cabeça até a mangueirinha onde passa o ônibus (SARA).

“Mangueirinha” é o local, ou a referência, da última parada do ônibus Pirapama, que é embaixo de uma mangueira. De lá para qualquer outro sítio ou localidade, inclusive a sede da Associação Vanguarda Ecológica o trajeto só é

possível sem o acesso ao transporte público e é feito a pé, a cavalo, de moto, bicicleta, caminhão ou carro.

É evidente a importância que a proximidade com a área urbana e sede do município do Cabo de Santo Agostinho tem para a locomoção, diminuição do tempo gasto no deslocamento e a organização das tarefas no cotidiano das pessoas.

Uma das entrevistadas apesar de expressar descontentamento em relação à qualidade da terra atual, disse “*ficou no mesmo por que continuamos trabalhando na terra*” (Rute).

É evidente que para ela o mais importante é ter-se mantido no campo como agricultora e “*trabalhando na terra*”, independentemente das mudanças que ocorreram e apesar “*da terra ser fraca*”.

Apenas um entrevistado fez referência ao quesito violência, mencionando que a sua nova morada é bem melhor porque a localidade é menos violenta:

Eu gosto mais daqui, lá era muito violento. Matapagipe era meio violento, tanto tinha violência do dia a dia por causa de bebedeira, como tinha um povo que gostava de fazer umas tocaias por causa do valor das indenizações das terras (SALOMÃO).

Aqui ele faz referência aos diversos acontecimentos violentos que perpassaram todo o processo de desapropriação das terras, como as ameaças de morte, o atentado (em 1992) que atingiu o então líder comunitário Mariano Domingos Freire, o qual foi atingido por um tiro de espingarda calibre 12.0 no rosto – que pegou de raspão - (*Diário de Pernambuco*, 17/05/1992). O nome de seu ‘Heleno’, falecido (assassinado por um morador da região que todos tinham como um homem pacato), foi citado como de grande temor entre todos na época, lá em Matapagipe.

Ao perguntarmos sobre como eles veem o meio ambiente e a água, notamos que as repostas são sempre em relação ao acesso deles à água, à proximidade do rio e à fertilidade da terra:

Lá era uma benção, você comparando com isso aqui, isso aqui à vista de onde morávamos é uma levada, lá era uma sorte (RUTE).

Eu achava melhor lá. Era mais espaçoso, tinha terra boa para plantar e a terra daqui para plantar, só planta se tiver adubo se não tiver um adubo, um estrume, a gente planta, mas “as coisinhas” não dá. E o meu que aqui é só ladeira, não tenho nenhuma várzea⁶⁵, não tenho nada aqui é só ladeira mesmo; se o camarada tiver uma bomba suficiente ainda dá, mas a gente não pode pagar a energia; a energia aqui é cara R\$ 60,00, R\$ 70,00 (sessenta, setenta reais); eu tenho uma bomba, mas não posso nem ligar por causa da energia (ESTER).

Algumas pessoas lamentam o distanciamento do rio e, principalmente, os custos em adquirir a água, ou melhor, o custo para transportar e utilizar a água no ambiente doméstico e no cultivo, já que as terras são menos férteis e, muitas vezes, mesmo tendo poço ou cacimba, como eles chamam, é necessário o uso de uma bomba para fazer a água chegar até a casa e o uso de uma bomba requer custos com o gasto de energia que eles, muitas vezes, não podem pagar.

Outros afirmam que lá, em Matapagipe, o rio era mais perto, mas na nova morada também não falta água:

O rio lá era mais perto. Mas agora a água é própria, não falta água em casa (ESDRAS).

No loteamento onde moro tem poço da comunidade construído com recursos da Associação dos moradores de Mercês. Nós pegamos a água na rua, nas torneiras. Quem mora em áreas baixas faz uma encanação bota uma caixa d'água e enche, mas aqueles que moram nas áreas do lado de cima da água, tem uma torneirinha, assim eles pegam a água com baldes e levam para dentro de casa. Cada pessoa paga R\$ 10,00 (dez reais) por mês dessa água.

A Associação arrecadou dinheiro dos moradores cavou o poço e comprou uma bomba, quando a bomba dá problemas arrecada dinheiro de novo e conserta. Funciona bem. Não falta água não, eles tocam uma vez de manhã, de tarde toca de novo um pouquinho, dá para abastecer o povo (ESDRAS).

Outras comunidades, como as do Engenho Mercês, se organizaram por intermédio da Associação dos moradores de Mercês e por meio de cotas

⁶⁵ Várzea campina cultivada; terra chã; terreno baixo e plano que margeia os rios e ribeirões. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Op. Cit.

providenciaram diversas formas para garantir o acesso de todos os moradores à água. Quem não pode pagar encanação ou bomba tem a alternativa de “encher os baldes” e a distribuição é feita em dois horários no período diurno, todos os dias da semana.

Esta é mais uma estratégia das pessoas moradoras da área rural do município do Cabo de Santo Agostinho. Para ter acesso ao abastecimento de água, eles utilizam-se da institucionalização e da colaboração mútua para garantir o seu direito a esse bem essencial à sobrevivência de todas as espécies e de todos os processos de produção e reprodução humana.

Quanto às conquistas adquiridas por meio da associação Vanguarda Ecológica, ou, melhor dizendo, a contribuição da associação para a melhoria das condições de vida dos seus associados, temos a declaração:

Essa associação ajudou muito a gente tudo. Essa casa aqui foi devido à associação e aí fiz, por que com meu ganho não dá. Quando recebi a indenização de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) há dez anos, não deu para comprar um terreno bom, uma casa boa, pensei: a minha família é grande (ela é viúva e tem 8 filhos) não vai dá para eu viver na rua, comprar de tudo não ia dá e aqui a pessoa planta, o gás seca o camarada vai ali na mata tira um feixe lenha, não é? (ESTER, 2011).

Essa fala nos remete ao argumento de Vandana Shiva a respeito dos sistemas locais de saberes:

A floresta e o campo são um ‘continuum’ ecológico, e as atividades realizadas na floresta contribuem para satisfazer às necessidades alimentares da comunidade local, enquanto a própria agricultura é modelada de acordo com a ecologia da floresta tropical. Alguns habitantes da floresta obtêm comida diretamente de seu meio ambiente, enquanto muitas comunidades praticam a agricultura fora da floresta, mas dependem da fertilidade da floresta para a fertilidade da terra cultivável (2003, p. 25, 27).

Apesar de não estarmos num contexto onde predomina a prática da silvicultura, a agricultora ou os/as pequenos/as produtores/as dependem dos recursos que estão no seu meio ambiente, no seu *habitat*, literalmente no seu quintal, para conseguir manter o sistema alimentar da sua família e os meios para consumi-los, como o acesso à lenha para o cozimento.

É importante expressarmos que, entre as pessoas deslocadas, aquelas que saíram primeiro foram as que receberam as menores indenizações, pois, só com a implantação das associações, as negociações foram conduzidas coletivamente por meio daquelas e sem a influência dos atravessadores.

O acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) é sempre citado quando perguntamos às pessoas entrevistadas sobre a contribuição da Associação Vanguarda Ecológica para a melhoria das suas condições de vida:

se levar a mercadoria para a feira não vende, lá na associação se coloca 500 kg (quinhentos quilos), 1.000 kg (mil quilos) de uma vez, já pensou levar isso para feira? Esse total de mercadoria, ele nunca vende (TOBIAS).

Antigamente não tínhamos onde vender os produtos, agora nós temos, isso tudo é facilidade para nós.

Lá (em Matapagipe) a associação não era montada, se naquela época ela fosse montada as coisas seriam as mesmas de hoje (TIMÓTEO).

As lutas, a busca pelo cumprimento dos seus direitos e pelo acesso aos bens e serviços públicos e às políticas públicas voltadas para as pessoas trabalhadoras do campo, bem como a institucionalização destes/as pequenos/as produtores/as rurais para conseguir melhorar as suas condições de vida ficam evidentes nas falas das pessoas entrevistadas:

Naquele tempo as coisas eram mais apertadas (referindo-se à época em que morava em Matapagipe no ano de 2000). Para o agricultor não tem nada melhor do que a gente ter onde vender a mercadoria certo; por que você tem uma macaxeira ali e sabe que com 6, 7 meses, um ano você sabe onde vai vender, o dinheiro em 15 dias já sai, não tem que vender de quilo em quilo na feira.

É muita vantagem, esse governo Lula foi uma benção. A gente planta 10.000, 15.000, 30.000 kg (dez, quinze, trinta mil quilos) de macaxeira, a gente não vende nessa feira aí do Cabo, vende 150, 100 kg (cento e cinquenta, cem quilos) e o resto? Onde a gente vai vender 30.000 kg (trinta mil quilos) vendendo toda semana 50 kg, não tem como, aí é só perda (TIMÓTEO).

A associação sempre ajuda, não é? Tem coisa que a gente não sabe ela explica, ela ajuda [...]. Os caminhos, muitas coisas são difíceis para a gente (ESDRAS).

Mesmo com algumas conquistas mediadas pela institucionalização e o trabalho atuante e decisivo da Associação Vanguarda Ecológica para as pessoas trabalhadoras do campo no município do Cabo de Santo Agostinho, ainda são muitas as dificuldades descritas pelas pessoas entrevistadas, como podemos verificar:

Plantei as lavouras perdi todinhas. Plantei cará de São Tomé e não tinha a irrigação, perdi todinha; plantei 3.600 (três mil e seiscentos) pés de banana comprida e perdi quase tudo. Falta de orientação técnica eles dão o dinheiro a você e você que se vire (ESDRAS).

Ao falar sobre a falta de assistência técnica que também foi algo muito comentado pela diretoria da associação, lembramos e concordamos com a ideia de que o 'saber ambiental' é algo conseguido coletivamente na troca dos diversos conhecimentos das diferentes práticas sociais:

O saber ambiental não conforma uma doutrina homogênea, fechada e acabada; emerge e se desdobra em um campo de formações ideológicas heterogêneas e dispersas, constituídas por uma multiplicidade de interesses e práticas sociais; nas estratégias de poder inscritas no discurso teórico das ciências (economia, ecologia, antropologia, direito); no saber camponês e das comunidades indígenas integrado a seus sistemas gnosiológicos, seus valores culturais e suas práticas tradicionais de uso da natureza; no saber ambiental inscrito nas políticas de desenvolvimento sustentável, em suas estratégias e em suas práticas discursivas, e em seus instrumentos normativos e jurídicos (LEFF, 2006, p 280-281).

Apesar das conquistas alcançadas pelas pessoas trabalhadoras do campo aqui analisadas notamos que há muito para melhorar nas suas condições de vida e no seu cotidiano de trabalho na terra, bem como para terem acesso aos bens e serviços públicos como, o esgotamento sanitário, o abastecimento de água e a assistência técnica.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Este trabalho abordou os impactos e o modo como o deslocamento e as transformações socioambientais, decorrentes da construção da barragem de Piapama, afetaram a vida e o cotidiano dos/as pequenos/as produtores/as rurais numa perspectiva de gênero.

Consideramos as transformações ocorridas no espaço numa sociedade capitalista em plena expansão, onde na análise do processo de produção é essencial o estudo do espaço não somente no aspecto da produção do espaço como também na (re)produção das condições de vida e trabalho e das suas várias determinações.

Todas as transformações do espaço, as especificidades das relações e modos de produções, as relações sujeito/objeto, são determinações que atribuem novas funções e mudam o espaço o qual é permeado e ao mesmo tempo produto das relações de produção.

O debate envolvendo as mudanças do espaço na sociedade capitalista deve considerar que o desenvolvimento ocorre em um determinado tempo, e é decorrente de um processo histórico de transformação do espaço natural e social nas diversas épocas.

O município do Cabo de Santo Agostinho passa por intensas transformações no seu espaço e na sua paisagem, com a ampliação e implantação de complexos industriais, as quais foram pensadas desde a década de 1950. A Cidade, que teve uma formação preponderantemente rural, transita pela mudança que denominamos de transição do império verde ao império cinza, onde as prioridades são voltadas para os aspectos econômicos do crescimento industrial.

Os anos de 1950 foram o período básico de implantação do sistema industrial brasileiro. O projeto de desenvolvimento e a política desenvolvimentista configuraram-se como a base para as transformações do espaço e do uso e ocupação do solo no Brasil.

Considerando os reflexos desta política desenvolvimentista e essa transição do império verde ao império cinza é que analisamos os impactos socioambientais decorrentes da construção da barragem de Pirapama, vista, desde os anos 1970, como 'a melhor opção' para o aumento do fornecimento de água para a Região Metropolitana do Recife (RMR).

Há intensa influência ou participação do Estado no financiamento da infraestrutura necessária para a ampliação e implantação dos projetos de desenvolvimento dentro do sistema capitalista de produção e alguns dos maiores empreendimentos realizados atualmente no Nordeste e mais particularmente no Estado de Pernambuco, que atualmente tem grandes construções em pleno “canteiro de obras”: a Transposição do rio São Francisco, a Transnordestina, a ampliação do Complexo Industrial e Portuário de SUAPE, a implantação da Refinaria Abreu e Lima, do Estaleiro Atlântico Sul e o Sistema Pirapama.

Estas são obras financiadas com grande volume de recursos do Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC tem como conceito o investimento em infraestrutura que, aliado a medidas econômicas, visa a estimular os setores produtivos em todas as regiões do País.

Estas obras quase sempre esquecem ou têm como algo secundário as populações que são atingidas e têm, de uma hora para outra, seu modo de vida e cotidiano totalmente modificados. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) nasce como forma de protesto e luta da população contra a expropriação das suas terras, do seu espaço e do seu lugar.

As ações e mobilizações de segmentos sociais diversos procuraram alcançar transformações culturais e políticas no cotidiano das relações sociais. Isto pôde ser visto nos mais variados segmentos, seja no MAB, nos movimentos urbanos, no Movimento dos Sem Terra (MST), no movimento de mulheres, nos grupos jovens, nos sindicatos, nos movimentos de defesa dos direitos humanos. Estas múltiplas formas de manifestação política ocuparam muito a atenção dos pesquisadores e estudiosos, pois proliferaram também nas práticas sociais dos fins das décadas de 1970 e 1980.

No Brasil, o Movimento dos Atingidos por Barragens surgiu durante a década de 1970, lutando pelo direito à terra, à casa e a uma vida digna. As indenizações, o deslocamento e as condições impostas no e para o reassentamento eram o cerne das lutas e dos conflitos em torno da construção de barragens. Tais conflitos são melhor caracterizados no conceito de ecologia política, o qual propõe uma ecologia crítica, cujo objeto de estudo central são as lutas sociais ligadas aos problemas ecológicos.

A construção dessas grandes obras implicam uma considerável ocupação do espaço desocupado, ou ocupado por populações. Daí decorre um processo acelerado de mudanças, tanto nos locais onde são instalados os empreendimentos, como no âmbito das relações socioambientais, culturais e econômicas das famílias que são deslocadas.

Os custos socioambientais decorrentes das inundações são minimizados, postos como assunto de última importância ante a *opulência da obra*, e, quando lembrados, o seu enfrentamento ocorre após a implantação das obras, sendo encarados como a consequência de uma 'situação inevitável'.

A remoção dos ribeirinhos para outras áreas, às quais muitas vezes a população não está familiarizada, leva à (re)configuração de sua sociabilidade hídrica e espacial, longe do rio, em outro espaço, com novas caracterizações, no seu modo de vida e trabalho.

Ao analisarmos a remoção das populações ribeirinhas e o MAB, estamos falando de impactos causados pelas obras direcionadas para o uso cada vez maior na produção industrial e agroindustrial de um recurso natural que hoje é denominado *ouro azul* e é tido como o novo elemento que desencadeará guerras, depois do petróleo: a água.

O consumo da água doce e de qualidade é vital para a existência humana. Isto fica mais evidente se considerarmos ainda que as disputas pelo seu uso e/ou controle, em diferentes graus e escalas ao longo da história, sempre estiveram presentes desde que se formaram as primeiras comunidades ou as inaugurais aglomerações humanas.

A construção da barragem de Pirapama no município do Cabo de Santo Agostinho tem como finalidade aumentar o abastecimento de água na Região Metropolitana do Recife. E é na zona sul onde está localizado o maior polo industrial dessa região. Assim, concordamos com a ideia de que a construção da barragem e a implantação do Sistema Pirapama vão, de certa forma, trazer benefícios à população, contudo acreditamos que os maiores beneficiários serão os complexos industriais e produtivos.

Assim, analisamos neste trabalho os impactos socioambientais dessa construção para as pessoas produtoras da área rural do município do Cabo de Santo Agostinho. Estudamos as atividades agrícolas, o acesso a bens e

serviços públicos e as relações do cotidiano nas atividades das pessoas deslocadas sócias da Associação Vanguarda Ecológica.

A organização comunitária mediante a institucionalização da Vanguarda Ecológica foi uma das estratégias usadas pela população atingida pela construção da Barragem para manter as suas condições mínimas de vida no campo e para a (re)construção da sua sociabilidade hídrica e espacial.

A Associação possibilitou as pessoas deslocadas da área da barragem maior “poder” de negociação e de escolhas, algumas preferiram ou optaram por aceitar as terras que a COMPEA, como representante do Governo do Estado, ofereceu e outros preferiram negociar para ter uma indenização maior e poder investir em alguma terra ali mesmo no município do Cabo. Isto facilitou para alguns manter a proximidade física-espacial em termos idealista e simbólico de procurar alternativas para melhorar as suas condições de vida e trabalho na terra que escolheram para morar.

Desde a sua fundação, a Associação tem mulheres em seu quadro da diretoria nos cargos mais expressivo. Ao indagarmos às lideranças sobre as relações de gênero no convívio comunitário, percebemos uma visão fatalista e cristã de que é o “homem quem manda” e sobre a filiação das mulheres na Associação elas expressam que, se a mulher ‘colabora’ na produção da agricultura familiar, ela também tem direito de ser associada. Assim, há uma sexualização do espaço e do lugar. O respeito que as mulheres da diretoria têm das pessoas associadas decorre, de acordo com essas mulheres, do seu trabalho e da sua disciplina na administração e gestão dos projetos e atividades da Vanguarda Ecológica.

Entre os benefícios trazidos pela associação pelos/as agricultores/as estão, principalmente: 1) o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que proporciona o crédito para o custeio da safra e para o investimento em irrigação negociado junto ao Banco do Brasil; e 2) o convênio com o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) possibilita o escoamento de grande parte da produção - os cultivos são vendidos para a Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho

As maiores dificuldades elencadas foram: a falta de assessoria técnica, o descompasso da liberação dos recursos para irrigação e plantio e as dificuldades para pagar os empréstimo junto ao Banco do Brasil.

Ao se referirem à sua antiga, morada os/as agricultores/as eles/as mencionam o fato de terem terras maiores sem cercamento e mais férteis como os pontos mais positivos. Apesar de atualmente terem a posse da terra, lamentam as cercas e não poderem criar animais por falta de espaço e pasto. Assim, quanto a este aspecto, notamos, algumas vezes, contradições nas suas falas. Entre as reivindicações deles estão o aumento da frota de ônibus com uma linha que passe pela sede da Vanguarda Ecológica, a construção de um posto de saúde, a instalação dos computadores na sede da Associação, assistência técnica etc.

Algumas pessoas lamentam o distanciamento do rio e, principalmente, os custos para aquisição da água, ou melhor, o custo para transportar e utilizar água no ambiente doméstico e no cultivo, já que as terras são menos férteis e muitas vezes, mesmo tendo poço ou cacimba, é necessário o uso de uma bomba para fazer a água chegar até a casa e o uso de uma bomba requer custos com o gasto de energia que eles, muitas vezes, não podem pagar.

A construção de um poço com recursos financeiros da própria comunidade por meio, de Associação proporciona, o acesso desta à água. A gestão do poço, da bomba e dos demais equipamentos é de responsabilidade coletiva.

Acreditamos que cada espaço atingido por uma grande obra tem a sua sociabilidade hídrica e espacial específica, onde cada comunidade organiza, divide e realiza as suas atividades cotidianas individuais e coletivas em torno da ocupação do espaço e do uso da água de uma maneira singular. O espaço ocupado e a sociabilidade hídrica e espacial são essenciais para determinar a reprodução dos modos de vida e do cotidiano das pessoas que vivem no meio rural.

A governança da água tem uma relação direta com o que aqui convencionamos chamar de **sociabilidade hídrica e espacial**: um conjunto de fatores físico-espaciais/ambientais, a proximidade e/ou o acesso a um rio ou fonte de água, sociais/políticos, capacidade de organização e de negociação no pleito ao acesso dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e como estes fatores tem impactos diretos na organização das atividades cotidianas das populações rurais e urbanas.

A sociabilidade hídrica e espacial de uma determinada comunidade ou grupo social, tanto no plano objetivo quanto simbólico, está intrinsecamente relacionada/ligada aos seus valores e significados culturais historicamente constituídos.

REFERÊNCIAS

ABREU e LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o sindicalismo rural:** lutas, partidos, projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

AGENDA 21 DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Metrópole Estratégica:** Região Metropolitana do Recife. CONDEPE/FIDEM, Recife, 2005.

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus.** São Paulo: Editôra das Américas, 1961.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza.** São Paulo: UNESP, 1995. – (Biblioteca básica).

_____. Existe um marxismo ecológico? *In:* BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje:** problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Diagnóstico de recursos hídricos.** Brasília, 2004.

_____. ATLAS Nordeste: Abastecimento Urbano de Água. **Caracterização geral do Estado - Pernambuco,** 2005. Disponível em: http://atlas_nordeste.ana.gov.br/atlas%5Fnordeste/pe.aspx. Acesso em 12 de setembro de 2009.

_____. **Relatório de Atividades exercício 2008.** Brasília, 2009. disponível em: http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/docs/Relatorio2008/2008_RelatorioGestao.pdf Acesso em: 01 out de 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Aceleração e freios ao desenvolvimento brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

_____. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. 4^o edição.

_____. **História das usinas de açúcar em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife: Editora Massangana, 1984.

ANGROSINO, Michael; (coord). **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUA-PLAN. **Sistema de abastecimento d'água da Região Metropolitana do Recife** – barragem do Pirapama. 1987.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de, *et alii*. Dinâmica dos deslocados populacionais. *In*: ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de; CALDAS NETO, Magda de; LIMA, Ana Eliza Vasconcelos (orgs.). **Sonhos submersos ou desenvolvimento?** Impactos sociais da barragem de Itaparica. Recife, FJN, Editora Massangana, 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. O tempo e o trabalho das mulheres. *In*: LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. *et alii* (Orgs). **Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero**. São Paulo: CUT, 2002.

AZEVEDO, Luiz Gabriel Todt de; MEJIA, Abel (Coord). Banco Mundial. **Série Água Brasil**: Transferência de Água entre Bacias Hidrográficas. Brasília, 2005. 1ª Edição – 1ª Reimpressão

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudança da Agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARLOW, Maude & CLARKE, Tony. **O ouro azul**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2003.

Bíblia de promessas. Rio de Janeiro: King's cross publicações, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BONETTI, Alinne; FLEISHER, Soraya. Diário de campo: (sempre) um experimento etnográfico-literário? *In*: BONETTI, Alinne; FLEISHER, Soraya (Org). **Entre saias justas e jogos de cintura**. Florianópolis: Ed. Mulheres; SantaCruz do Sul: EDUNIC, 2007.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **A Guerra pela Água**. São Paulo: Cadernos Diplô, 2003. Nº. 3.

BRAGA, Benedito P. F. *et alii*. Pacto federativo e gestão de águas. *In*: Estudos Avançados. **Dossiê Água**. São Paulo: IEA, 2008.

BRASIL. Comissão Interministerial para preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Cima, 1991.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. **PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, maio de 1996.

BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. **Código de Águas**. Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. 16 de julho de 1934.

_____. Lei nº 9.433. **Política Nacional de Recursos Hídricos**. Diário Oficial da União, Brasília, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 1988.

BURKETT, Paul. **Marx and nature: a red and a green perspective**. New York: St. Martin's Press, 1999.

BURSZTYN. Marcel. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. *In: BURSZTYN. Marcel (org.). Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CAMDESSUS, Michel et al. **Água: oito milhões de mortos por ano. Um escândalo mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Zélia Renê. A atividade industrial em Pernambuco – uma visão global. *In: Revista pernambucana de desenvolvimento*. Recife: CONDEPE, 1979. Jul/Dez./1979.

CARVALHO, Benjamin de Araújo. **Glossário de saneamento e ecologia**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, 1981.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. *In: Revista Outubro*. São Paulo: Alameda, 2007. N°15.

CASTRO, Esteban José. Water governance in the twentieth-first century. *In: Ambiente & Sociedade*. Campinas, 2007. v. X, n. 2. p. 97-118. jul.-dez.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão**. Ensaio sobre o Nordeste, uma área explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE. **Dossiê Pirapama**. Setor de documentação do Centro de Cultura Luiz Freire. s/d.

CENTRO DE PESQUISAS ECO-NATURAIS - CEPEN. **Lista de árvores nativas do Brasil**. Disponível em http://www.cepen.com.br/arvore_nat_list.htm#Introdução. Acesso em 13/04/2011.

CÉSAR, Mônica Jesus. **“Empresa cidadã”**: uma estratégia de Hegemonia. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 2ª edição.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *In*: **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESNAIS, François. As contradições e os antagonismos próprios ao capitalismo mundializado e suas ameaças para a humanidade. *In*: **Outubro** Revista do instituto de estudos socialistas. São Paulo: Alameda, nº 16, 2º semestre 2007.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Legislação básica. Brasília-DF, 2010.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO - COMPESA. **Plano diretor de abastecimento d’água da Região Metropolitana do Recife**: proposta de ações de curto prazo. Recife, 1985.

_____. **Relatório dos impactos sociais e medidas de mitigação e compensação decorrentes da construção da barragem do rio Pirapama.** Grupo técnico-executivo Pirapama; abril de 2001a.

_____. **Plano básico ambiental – PAB:** programa de recuperação da mata ciliar. Recife, 2001b.

CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente. DFID - *Department for International Development*. **Relatório do Grupo de Trabalho (GT) diagnóstico do uso e ocupação do solo bacia do Pirapama.** Recife, 1998.

CROSBY, Alfred. **The Columbian Exchange.** Biological and cultural consequences of 1492. United States of America: Greenwood Press, 2003.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DELÉAGE, Jean-Paul. **A Nova Questão Estratégica Mundial.** São Paulo: Cadernos Diplô, 2003. Nº. 3.

DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teoria e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **São Francisco a realidade de um rio.** Recife. Suplemento especial de 27 de novembro de 2007.

_____. **RELATÓRIO ANUAL SUAPE 2009.** Recife, 18 de Março de 2010.

_____. **Um ABC diferente.** Caderno de economia. Recife, 22 de agosto de 2010.

_____. **Especial Sistema Pirapama.** 30 de junho de 2010.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. João Pessoa: SOLIBRAL Sociedade Comercial de Livros Brasileira, s/d.

DIEGUES, Savana; PAGANI, Maria Inês. **O papel dos zoológicos paulistas na conservação *ex situ* da diversidade biológica**. Anais do VIII Congresso de Ecologia do Brasil, Caxambu – MG, 2007.

DOBSON, Andrew. **Pensamiento verde**: una antologia, Madrid: Trotta, 1999.

_____. **História das crenças e das ideias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Tomo I. Vol. 2.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 1ª edição 1884.

FERNANDEZ, Carrera. **Estudo de cobrança pelo uso da água na bacia do rio Pirapama – Agenda 21**: Pirapama. Recife: Publicações projeto Pirapama – CPRH – DFID, 2000.

FERRARI, Terezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

FERREIRA, Paulo Roberto Nunes. Nukini - Em busca da cultura ancestral *In*: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM). **Povos do Acre**: história indígena da Amazônia ocidental. Rio Branco - Acre: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM), 2002.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. *In*: BAUER, Martin W & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FOLADORI, Guillermo. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. *In*: **Ambiente e Sociedade**. 1999. V. 2. Nº 5.

_____. O metabolismo com a natureza. *In: Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, 2001. Nº 12.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio; Recife: FUNDARP, 1985.

GARCÍA CARDONA, Milagros Coromoto. **Linguagem dos riscos e sujeitos posicionados**: o uso dos agrotóxicos no Vale do Quibor, Venezuela. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. Políticas de comércio exterior no pós-guerra e a exacerbação das desigualdades regionais no Brasil. *In: Revista pernambucana de desenvolvimento*. Recife: CONDEPE, 1979. Jul/Dez./1979.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

GOMES, C. M. S. **Água: recurso desencadeador de conflitos?** Os impactos sociais da construção da barragem de Pirapama. Recife: Dissertação de Mestrado - UFPE, 2004.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997. 310p.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

GUHA, Ramachandra. **El ecologismo de los pobres**. Comunicación para La conferencia internacional sobre el disenso social y la acción directa a finales del siglo XX, organizada por La Fundación Guggenheim, Otavalo, Ecuador, 16-19 junio, 1994.

HAMMERSLEY, Martyn; ATKISON, Paul. **Etnografia**. Métodos de investigación. Barcelona: Paidós, 1994.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2008.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem populacional 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

JORNAL DO COMMERCIO. **Transnordestina vai sair do papel e Transnordestina será decisiva para exportações**. 20/05/2006 -. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=353101>. Acesso em: 06/07/ 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAURELLI, Elsa. Los Grandes Proyectos: **las Políticas del Estado y la Respuesta Local em la Transformación del Territorio**. Uma Aproximación Metodológica. CEUR-CIESEU, Montevideo, Buenos Aires: 1988.

LEFEBVRE, Henri. A Reprodução das Relações de Produção. *In*: Publicações Escorpião – **Cadernos O Homem e a Sociedade**, Porto (Portugal), 1973. Tradução Antonio Ribeiro e M. do Amaral. 115 p.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991. Tradução: Alcides João de Barros.

_____. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

_____. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
Tradução: Maria H. R. Ramos; Marilena Jamur.

_____. **A respeito do Estado**. Traduzido para o português do Del' Etat. GESP (Grupo de Estudo São Paulo) – Laboratório de geografia urbana – FFLCH/USP: mimeo, 2004.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Tradução Luís Carlos Cabral.

LENZY, Cristiano Luis. **Sociologia ambiental**: risco e sustentabilidade na modernidade. Bauru: EDUSC, 2006.

LESSA, Sérgio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *In: Trans/formação*. Marília, São Paulo: Unesp, 1992. V. 15.

L'ESTOILE, Benoît. Fotografia e pesquisa de campo. *In: L'ESTOILE, Benoît; SIGAUD, Lygia. (Orgs.). Ocupações de terra e transformações sociais*: uma experiência de etnografia coletiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. *et alii* (Orgs). **Um debate crítico a partir do feminismo**: reestruturação produtiva, reprodução e gênero. São Paulo: CUT, 2002.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LUKÁCS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.

_____. **História e consciência de classe**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MAGALHÃES, Éden. 500 anos de resistência e luta pela vida. *In*: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM). **Povos do Acre**: história indígena da Amazônia ocidental. Rio Branco - Acre: Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour (FEM), 2002.

MARENGO, José Antônio. Água e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA, 2008. v. 22, n.63, p. 83-96.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da venda da terra pelo capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. *In*: **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 1986.

_____. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na sociedade anômala. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. vol.1. t.1. (1ª edição 1867).

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, liv. I v. II. (1ª edição 1867).

_____. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007. (1ª edição 1845-1846).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2008. (1ª edição 1848).

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

McDOWELL, Linda. **Gênero, identidad y lugar**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

MELLO, Flavio Miguez de. O desenvolvimento brasileiro na engenharia de barragens. Brazilian development in engineering for dams. *In: Barragens no Brasil. Dams in Brazil*. Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Brazilian Committee on Large Dams, 1982.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIELNIK, Otávio; NEVES, Cintia Costa. Características da estrutura de produção de energia hidrelétrica no Brasil. *In: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (coord). Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo - Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Relatório de Impacto Ambiental**. Projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Ministério da Integração Nacional, Ecology Brasil, Agrar Consultoria e Estudos Técnicos e JP Meio Ambiente. 2004. Julho.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Conjunto de normas legais**: recursos hídricos. 6. ed. Brasília: MMA, 2008.

MINTZ, Sidney W. O poder do doce e a doçura do poder. *In*: DABAT, Christine Rufino. (Org. e tradução). **O poder Amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003.

MOREIRA, José Roberto. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MUNIZ JR, José. **Abandono no Engenho dos Erasmos**. Jornal Cidade de Santos. 4 de julho de 1982. Disponível em:
<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0133e.htm>. Acesso em 26/04/2011

[MPO] Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria de Política Urbana. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico dos serviços de águas e esgotos -1997**. Brasília –DF, 1998.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. - (Biblioteca básica de serviço Social; v. 1).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Glossário Internacional de Hidrologia**. UNESCO. s/d. Disponível em meio digital. <http://hydrologie.org/glu/aglo.htm>.

OS PENSADORES. **Os pré-socráticos**: fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PATXOT Y FERRER, Fernando (edição). **Los héroes y las grandezas de la tierra**: anales del mundo, formacion, revoluciones y guerras de todos los

impérios, desde La creacion hasta nuestros dias. Tomo segundo. Barcelona: Imprenta de Cervantes, 1855.

PEACOCK, James L. **El enfoque de La antropologia**: luz intensa, foco difuso. Barcelona: Herde, 1989.

PEQUENO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1944.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/especiais/pnad/2010/ultimas-noticias/2010/09/08/pela-primeira-vez-em-seis-anos-cai-o-percentual-de-domicilios-com-acesso-a-rede-de-esgoto.jhtm> Acesso em 10 de setembro de 2010.

PETRELLA, Ricardo. A água. O desafio do bem comum. *In*: NEUTZLING, Inácio. (Org). **Água**: bem público universal. São Leopoldo – RS: UNISINOS, 2004. (Coleção Humanitas).

PHILIPPI JR, Arlindo. **Saneamento, saúde e ambiente**: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri – SP: Manole, 2005. (Coleção Ambiental; 2).

PIKE, Royston E. **Diccionario de religiones**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Adaptação de Elsa Cecilia Frost.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1997.

PORTAL BRASIL. **PAC2**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/> e <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/investimentos-em-infraestrutura-para-o-desenvolvimento-economico-e-social> Acesso em 15/07/2011.

PORTO, Marcelo Firpo; MARINEZ-ALIER, Joan. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do

desenvolvimento e para a promoção da saúde. *In: Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2007. Vol. 23.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Plano Diretor Estratégico do Município do Cabo de Santo Agostinho**. Mimeo, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DO CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Cabo em números**. Disponível em: <http://www.cabo.pe.gov.br/números.htm>. Acesso em: 16 de Abr. de 2003.

RÁDIO VALE ACOPIARA. **Chuvas atrasam transnordestina**. Disponível em: http://www.radiovaleacopiara.am.br/rvale/index.php?option=com_content&view=article&id=687:chuvas-atrasam-transnordestina&catid=1:ultimasnot&Itemid=56 Acesso em: 06/07 2011.

REBOUÇAS, Aldo. O Paradoxo brasileiro. *In: Cadernos Le Monde Diplomatique*. São Paulo, 2003. Nº 3.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Sundermann, 2008.

REIS, Nestor Goulart. Os engenhos da Baixada Santista e os do Litoral Norte de São Paulo. São Paulo, 1999. Revista USP, n. 41, p 62-73. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0133o.htm>. Acesso em 26/04/2011.

RIST, Gilbert . **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madrid: Ed. Los libros de La Catarata, 2002.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Evitar tragédias, corrigir problemas? *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton. (Orgs). **América Latina: Sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (série por uma geografia latino-americana).

ROSA, Pinguelli. Introdução: Os grandes projetos e o setor elétrico. *In*: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (coord). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. Políticas territoriais, ciência & tecnologia e a ação de atores locais e regionais. *In*: **Sociedade e Território**. O Pólo de Modernização Tecnológica da Serra – Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre. Sociologias. ano 6, n. 11, p.148-183, jan./jun., 2004.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: conceituando o gênero *in*: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

SANTOS, Carmen Sara Nápoles. Um acercamiento al tema de la vulnerabilidad social. *In*: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton. (Orgs). **América Latina: Sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. (série por uma geografia latino-americana).

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova** – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2007a.

_____. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2007b.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008. 12ª edição.

SAUER, Carl O. **La morfologia del paisaje**. University of California Publications in Geography, 1925. Vol. 2, Nº 2. October 12. Traducción de Guillermo Castro Herrera.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza em Marx**. Espanha: Siglo XXI Editores, 1977.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. *In*: Martins, José de Souza. (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SECTEMA - Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente. **Plano estadual de recursos hídricos**. Recife, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Tradução: Laura Teixeira.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. Tradução Dinah de Abreu Azevedo.

_____. **Las guerras del agua**: contaminación, privatización y negocio. Barcelona, Espanha: Icaria Antrazyt, 2004.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. Tradução: Fernando Dias Antunes.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979. (Coleção história e sociedade).

_____. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de sobradinho e macahdinho. *In*: ROSA, Luiz Pinguelli; SIGAUD, Lygia; MIELNIK, Otávio. (coord). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992. v. 7, n. 18, p. 18 – 28, fev.

_____. **Crença, descrença e interesses**: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. *In*: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO,

R. G.; CASTRO, E. R. (coord.). Energia na Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. v. 2. p. 551 – 570.

SILVA, Marcos Vinicius Miranda da; *et alii*. **A construção de grandes hidrelétricas na amazônia**: por que o Estado do Pará é um dos principais alvos? *In*: anais do III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens. 2010, Belém (PA) - Brasil.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro.

SWYNGEDOUW, Erik; KAÏKA, Maria; CASTRO, Esteban José. Urban water: a political-ecology perspective. *In*: Built environment, special issue on **Water Management in Urban Areas**. Oxford, 2002. Vol. 28. pp. 124-137.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TODT, Luiz Gabriel de Azevedo; MEJIA, Abel (Coord). **Série Água Brasil**: Transferência de Água entre Bacias Hidrográficas. Brasília, 2005^{1ª} Edição – 1ª Reimpressão.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TURRA, Juleusa M. Theodoro. **Água para que te quero**: anotações sobre o ensaio de geografia, água e o meio ambiente em Campinas. Campinas – SP: PUC-Campinas, 1994. (Cadernos do ICH,4).

UNESCO. **What price water?** The Unesco Courier, 1999.

UNIAGUA - Universidade da Água. **Distribuição dos recursos hídricos, superfície e população do Brasil, por região, em relação ao total do País**.

2002. Disponível em: <http://www.uniagua.org.br>. Acesso: em 12 de setembro de 2009.

VASAPOLLO, Luciano. Crescimento, guerra, meio ambiente e imperialismo: contradições capitalistas do século 21. *In: Outubro*. Revista do instituto de estudos socialistas. São Paulo: Alameda, nº 16, 2º semestre, 2007.

WALLIS, Victor. “Progresso” ou progresso? Definindo uma tecnologia socialista. *In: Crítica marxista*. São Paulo: Boitempo, 2001. Maio.

YAZBEK, Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. *In: Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2004. Nº 78, ano XXV, julho de 2004.

YIN, Robert. K. **Applications of case study research**. Applied Social Research Methods Series; v. 34, London: SAGE publications, 1993.

ANEXOS

Entrevista Semi-estruturada

Formulário nº: _____ Local da entrevista:

Data: ____/____/____ horário: Início: _____hs Término: _____hs

Nome dado pelo/a entrevistado/a: _____

1. CARACTERIZAÇÃO DO (A) ENTREVISTADO (A):

1.1. Idade: _____

1.2. Naturalidade: _____

1.3. Sexo: 1. () feminino 2. () masculino

1.4. Escolaridade:

1. () não alfabetizado

4. () ens fundam. compl

2. () escreve o nome

5. () ensino médio incompleto

3. () ens fundam. incompl

6. () ensino médio completo

1.5. Estado civil: 1. () solteiro (a) 2. () casado (a) 3. () divorciado (a)

4. () viúvo (a) 5. () outro

1.6. Tem filhos? 1. () sim 2. () não Quantos? _____

1.7. Quem é o chefe da família? _____

1.8. Há quanto tempo mora na localidade? _____ anos

1.9. Tem quantas pessoas no domicílio? _____ pessoas

1.10. Descrição tipológica da moradia

1.10.1 Paredes 1 () taipa 2 () madeira 3 () alvenaria 4 () outro

1.10.2 Telhado 1 () Brasilit 2 () telha canal 3 () outro _____

1.10.3 Abastecimento de água 1 () COMPESA 2 () poço artesanal 3 ()
outro _____

1.10.4 Esgotamento sanitário 1 () COMPESA 2 () fossa séptica 3 ()
outro _____

1.10.5 Possui rede elétrica 1 () sim 2 () não 3 () outro _____

1.11. Quantos cômodos? _____

1.12. Quantas pessoas trabalham? homens _____ mulheres _____

1.13. Em que? 1 () Agricultura 2 () construção civil 3 () comércio 4 ()
outro _____

1.14. Quantas pessoas recebem Benefícios de Prestação Continuada - BPC?
Homem _____ mulher _____ Qual? ____

2. QUESTÕES NORTEADORAS

2.1. O que representou a construção da barragem para você?

2.2. Como era sua vida antes da construção da barragem? Houve mudanças
no seu cotidiano e de sua família?

2.3. Você acha que o Estado ou a COMPESA poderia fazer algo para melhorar
as suas condições de vida e trabalho?

2.4. Como você vê o meio ambiente e a água?

2.5. Participa ou já participou de alguma organização ou associação?

() sim () não

Qual? _____

Como? () freqüentando reuniões () exercendo cargo administrativo

() outro _____

2.6 Na sua opinião a associação contribui ou pode contribuir para a melhoria
das suas condições de vida?

3.0 CONSTRUÇÃO DE UM MAPA/LINHA DO TEMPO

Levantar o cotidiano da família antes de irem morar nesta localidade, tentando descrever as relações do seu cotidiano com a água, comparando com o seu cotidiano hoje na comunidade.

Como eram as suas atividades ou trabalhos com a água antes e como acontece agora?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA E A ASSOCIAÇÃO VANGUARDA ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Cicera Maria dos Santos Gomes

Estou sendo convidado (a) a participar da Pesquisa **NA TRILHA DA ECOLOGIA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE PIRAPAMA E A ASSOCIAÇÃO VANGUARDA ECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO** que tem como objetivos: Identificar quais as transformações socioambientais decorrentes da construção da barragem de Pirapama no município do Cabo de Santo Agostinho; Analisar como a população deslocada da área da barragem, os pequenos produtores rurais, têm suas condições de vida transformadas pela execução dos grandes projetos implantados no município; Pontuar quais os mecanismos de organização utilizados pelos pequenos produtores rurais deslocados da área da barragem para garantir a sua sobrevivência e o seu acesso aos bens e serviços públicos (como esgotamento sanitário e abastecimento de água, saúde e transporte, etc).

Estou ciente de que a minha participação no Projeto implica nas respostas às questões apresentadas durante a entrevista (questionário em anexo), que servirão apenas para compor a referida pesquisa, sendo resguardado o sigilo da minha identidade no momento de exposição dos dados coletados. Quanto ao uso do gravador há a garantia do manuseio e armazenamento das informações de responsabilidade unicamente da pesquisadora supracitada e da destruição das gravações após a transcrição

feita pela mesma. Sei que poderei me recusar a participar da pesquisa, retirando o meu consentimento a qualquer momento, sem haver necessidade de justificativa e que não sofrerei nenhum prejuízo em decorrência dessa atitude.

A pesquisadora responsável pelo referido Projeto é a Assistente Social e Doutoranda (CRESS – 4ª Região). Estou seguro (a) de que a minha participação na Pesquisa não implica em nenhum constrangimento profissional ou pessoal, como também não me trará nenhum risco moral, social, físico e/ou psicológico, não me submetendo a nenhuma situação de discriminação.

Como benefício, tendo em vista que a pesquisa é qualitativa, acredito que a entrevista poderá ser um momento de orientação, esclarecimento e informação à medida que irei falar da minha trajetória e processo de vida, e do meu cotidiano.

Enfim, após ter sido orientado (a) quanto aos objetivos da pesquisa, ora realizada, manifesto meu livre consentimento em participar, estando plenamente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar, por minha colaboração, não havendo também nenhuma forma de ressarcimento financeiro. Receberei uma cópia do TCLE assinada pela pesquisadora responsável pelo projeto.

Como este projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco; Em caso de dúvidas ou reclamação, deverei entrar em contato através do telefone (81) 2126-8588 e endereço Av. de engenharia s/n, 1º andar. Cidade Universitária. Recife-PE. CEP 50 740-600.

Nome do Participante:

.....

RG.: **Data de Nascimento:**/...../.....

Sexo: F [] M []

Endereço:

nº **Complemento:** **Bairro:**

..... **Cidade:** **CEP:**

Telefone(s):

Cabo de Santo Agostinho, ____ de _____ de 2011.

.....
Assinatura do (a) Declarante e Sujeito da Pesquisa

.....
Assinatura da pesquisadora

.....
Assinatura da Testemunha 1

.....
Assinatura da Testemunha 2